



REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES



Revista do CCLA

Campinas/SP-Brasil



REVISTA DO CCLA - Nº 74 / 2025





Nº 74 - Outubro de 2025

**CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES - CCLA
ANO CXXIV, 1901-2025**

CONSELHO EDITORIAL:

Dr. Alcides Ladislau Acosta (MTB 9533/SP)
Dra. Clarissa Walidle Mendes Nogueira
Dr. Luiz Carlos Ribeiro Borges
Bel. Sandra Palermo Funari
Maria Elizabeth Ferri

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

F383r Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes - Nº. 74 (1901 – 2025)
PONTES EDITORES, 2025, Campinas – SP
ISBN: 978-85-217-0818-6

Periodicidade: Irregular

1. Artes.
 2. CCLA Centro de Ciências, Letras e Artes - Periódicos.
 3. História de Campinas.
 4. Literatura.
- I. Título. II. Assunto.
-

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Artes. 700
2. Literatura brasileira. 869
3. História do Estado de São Paulo. 981.61

Rua Bernardino de Campos, 989, Centro – CEP 13010-151 – Campinas – SP
Fone: (19) 3231-2567 – Fax (19) 3232-7119
www.ccla.org.br – Correio-e: ccla@ccla.org.br

Patrocínio



2025 - Impresso no Brasil



DIRETORIA EXECUTIVA
GESTÃO “UM FUTURO MELHOR”, 2024-2028



DIRETORIA EXECUTIVA - GESTÃO 2024-2028**Presidente**

Dr. Alcides Ladislau Acosta

Vice-presidente

Marli Aparecida Marcondes

Secretário-geral

Dr. Luiz Carlos Ribeiro Borges

Primeira-secretária

Maria Elizabeth Ferri

Segundo-secretário

Prof. Ricardo Donizete Rosa

Primeira-tesoureira

Bel. Sandra Palermo Funari

Segundo-tesoureiro

José Luiz Siqueira

Diretor de Sede

Eng. Fernando de Pina Figueiredo

CONSELHO DELIBERATIVO

Dr. Agostinho Toffoli Tavolaro

Profª. Dra. Lenita Waldige Mendes Nogueira
Dra. Eva Regina Turano Duarte da Conceição
Srª. Dayz Peixoto Fonseca**(Suplentes)**Elisiário Pires Palermo Júnior
Cassia Denise Gonçalves**CONSELHO FISCAL**Dr. Augusto César Scorzà
Genaro Campoy Scriptore
Dr. José Homero Adabo**(Suplente)**

José Luiz Siqueira

DEPARTAMENTOS/NÚCLEOS/SEÇÕES**Acervos/Pinacoteca**

Profa. Ma. Marli Aparecida Marcondes

Artes Gráficas e Visuais

Jorn. João Antônio Buhrer de Almeida

Artes Plásticas/Galeria

Profa. Marli Luiza Martins Stracieri

Ciências Humanas e da Natureza

Prof. Dr. Orlando Rodrigues Ferreira

Ciências da Vida

Dra. Clarissa Waldige Mendes Nogueira

História

Genaro Campoy Scriptore

Literatura e Revista do CCLA

Dr. Luiz Carlos Ribeiro Borges

Música

Dr. Alcides Ladislau Acosta

Assistente Administrativa

Sra. Josiani Bertoli

Biblioteca “César Bierrenbach”

Diretora: Bel. Dir. Sandra Palermo Funari

Museu “Campos Salles”

Curadora: Profa. Ma. Marli Aparecida Marcondes

Museu “Carlos Gomes”

Curadora: Profa. Dra. Lenita Waldige Mendes Nogueira

Memorial Niza de Castro Tank

Alcides Ladislau Acosta

Ciências Exatas

Fernando de Pina Figueiredo

Memórias de Campinas

Prof. Ricardo Donizete Rosa

Eventos

Maria Elizabeth Ferri

Logotipos do CCLA:

Orlando Rodrigues Ferreira

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES – CCLA..... 8

PALAVRAS DO PRESIDENTE 15

Alcides Ladislau Acosta

A SEGUNDA ABOLIÇÃO: RACISMO, ESCRAVIDÃO MODERNA E AS NOVAS FACES

DA EXCLUSÃO 16

José Luiz Siqueira

ANTONIO LUÍS PATRÍCIO DA SILVA MANSO - O MÉDICO, BOTÂNICO, FAZENDEIRO,
ESCRITOR E POLÍTICO 23

Genaro Campoy Scriptore

BRASIL: UMA SÓ LÍNGUA 34

Agostinho Toffoli Tavolaro

BIBLIOTECA CÉSAR BIERRENBACH: GUARDIÃ DA MEMÓRIA CAMPINEIRA 38

Priscila Gomes C. Santos e Kelly Keiko Koti Dias

O QUE É 40

Sandra Palermo Funari

MÚSICA, CULTURA E SOCIEDADE: A TRAJETÓRIA SOCIAL DOS MÚSICOS NO BRASIL 43

Caius Marcelus Godoy

O ORGANISMO SÁBIO 47

Clarissa W. Mendes Nogueira

ESCOLA DOS LIBERTOS 55

José Galdino Pereira e Lívia Sgarbosa

O PIANO DE CARLOS GOMES	64
Gustavo Mazzola	
IMPRESSÕES FUGAZES E IMPRESSOS EFÉMEROS	66
João Antônio Bührer	
GEORGES SNYDERS, RECONHECIDO EDUCADOR	69
Maria Eugênia Castanho	
CCLA NA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL.....	72
Adilson Roberto Gonçalves	
INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS, UM PIONEIRO EM RISCO	77
Marco Antônio Teixeira Zullo	
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS E IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO ATUAL	84
Thiago Ribas Bella	
QUANDO OS TAMBORES RESSOAM	88
Luiz Carlos R. Borges	
10 POEMAS SUTIS	93
Maria Elizabeth Ferri	
PROJETO HISTÓRICO DO CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES É ROTEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	96
José Pedro Soares Martins	
JÚLIO DE MESQUITA FILHO, EXEMPLO DE JORNALISTA.....	101
Duílio Battistoni Filho	
UM PRESIDENTE MAIÚSCULO, MARINO ZIGGIATTI	105
Alcides Ladislau Acosta	
MINHAS PINCELADAS SOBRE A VIDA E O LEGADO DE GUILHERME DE ALMEIDA.....	109
Adriana S. C. Ferraz de Toledo	
FRANKLIN E JEFFERSON, DOIS GÊNIOS EM PARIS	113
Sérgio Castanho	
ONDE OS ONTENS?	116
Geraldo Affonso Muzzi	

PROGRESSO: O HINO OFICIAL DA CIDADE DE CAMPINAS	117
Lenita W. M. Nogueira	
O MELHOR SERMÃO DO VIGARINHO: A PROPÓSITO DO SESQUICENTENÁRIO DA SANTA CASA DE CAMPINAS.....	122
Giovanni Galvão	
NOTÍCIAS DO CCLA – 2023 - 2024	127



APRESENTAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES – CCLA

A REVISTA DO CCLA é uma centenária publicação cultural do Centro de Ciências, Letras e Artes, que circulou pela primeira vez em 1903, como porta-voz desta entidade fundada em 31 de outubro de 1901, em Campinas, São Paulo, por um grupo de cientistas, artistas e intelectuais, onde se destaca admirável trio de mestres: Prof. Henrique Maximiano de Coelho Neto, João César Bueno Bierrenbach e José de Campos Novaes. Essa iniciativa nascida de inteligências privilegiadas surgiu com o objetivo de criar em Campinas uma instituição em que eles mesmos pudessem se reunir para o estudo e produção de atividades científicas, artísticas e literárias. O pioneirismo da ideia provou-se notável em termos de Brasil do século passado que, conjugado com os ideais positivistas e republicanos, demonstraram a importância de Campinas no citado período histórico.

Durante as primeiras décadas do Século XX, mercê da inexistência de órgãos de governo dedicados exclusivamente à Cultura, e quase nenhuma entidade artístico-cultural, o CCLA se ocupou em reunir e promover grande parte das produções culturais naqueles primórdios. Personalidades de projeção nacional, nascidas em Campinas no Século XIX, mantiveram estreitos vínculos com o CCLA, participando de sua fundação, das atividades culturais e até educacionais, e doando acervos pessoais, que foram cuidadosamente preservados pela entidade. Muitas foram as contribuições dos primeiros diretores, a exemplo de César Bierrenbach, José Pedro de Sant'Ana Gomes, José de Campos Novaes e Manuel Ferraz de Campos Salles. Reconhecido como entidade pública por leis Municipal, Estadual e Federal, o CCLA conta hoje com associados, diretores e conselheiros, uma biblioteca de aproximadamente 150.000 volumes, Pinacoteca, com dezenas de quadros de pintores exponenciais; Museu Carlos Gomes e Memoriais de Campos Salles e Niza de Castro Tank; Galeria de Arte Egas Francisco, Auditório para 220 pessoas, Secretaria, Mesa de Reunião e Vitrine Cultural, que complementam o vetusto complexo cultural entronizado na sede localizada no centro urbano de Campinas.



1901 / 2025
124 ANOS A SERVIÇO DA CULTURA

UNIMED CAMPINAS: 55 ANOS DE LIDERANÇA, INOVAÇÃO E CUIDADO COM A VIDA E A SAÚDE

Líder absoluta em saúde suplementar, e atuando com excelência e humanização na região há 55 anos, a Unimed Campinas se destaca por sua sólida estrutura de atendimento, que contempla também 15 serviços próprios. Essa verticalização fortalece ainda mais o cuidado, com iniciativas recentes como a AMPLIA II, clínica de assistência aos autistas, e o novo Centro Clínico Indaiatuba. Em 2026, a cidade e a região ganharão o NOS (Núcleo de Oncologia e Saúde), uma referência nacional em Oncologia. Com investimentos em inovação e tecnologia e focada na sustentabilidade, a cooperativa projeta o futuro, mantendo seu compromisso com a saúde e o bem-estar.

Em dezembro, a Unimed Campinas celebra 55 anos de história, marcados por liderança, inovação e compromisso genuíno com a saúde da comunidade. Com sede em Campinas e atuando em outras 12 cidades da região, a Cooperativa se consolidou como referência no setor, com mais de 70% de participação no mercado regional de planos e seguros saúde. Isso significa que, a cada 100 pessoas da região com cobertura médica suplementar, mais de 70 são clientes da cooperativa campineira. Essa representatividade confirma sua posição como a maior Unimed do interior do país. O protagonismo regional da Unimed Campinas é sustentado por uma operação robusta, que atende mais de 750 mil vidas com excelência e acolhimento. A maior parte dos beneficiários está vinculada às mais de 14 mil empresas clientes presentes em sua área de ação.

ESTRUTURA ASSISTENCIAL

Ao todo, a Cooperativa oferece um corpo clínico que reúne mais de 3.600 médicos cooperados atuantes em 51 especialidades e uma estrutura assistencial que inclui 1.700 pontos de atendimento incluindo consultórios clínicas e laboratórios. São 20 hospitais credenciados e 15 serviços próprios, que contam, entre outros, com um hospital, uma unidade de pronto atendimento, um centro diagnóstico por imagem, um centro de quimioterapia ambulatorial, um centro clínico oncológico, com a assistência domiciliar, um centro de promoção à saúde e duas unidades da clínica AMPLIA, especializada no atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por meio dos quais a Cooperativa reafirma seu propósito de cuidar com resolutividade, qualidade e humanização.

A verticalização — nome que define a expansão da oferta de serviços próprios pelas operadoras de saúde, em reforço à rede de serviços credenciados — é um dos principais diferenciais da assistência oferecida pela Unimed Campinas.

“Um dos pilares que dão sustentação ao modelo de gestão que empregamos na Unimed Campinas é a verticalização parcial do atendimento. Isto porque, ao integrar nossos serviços próprios à rede credenciada, a cadeia assistencial é remodelada, promovendo mais eficiência, previsibilidade e qualidade. E todos ganham com isso, especialmente os nossos beneficiários”, pontua o Diretor Presidente, Dr. Gerson Muraro Laurito.

Nos últimos dois anos, importantes movimentos de expansão fortaleceram os serviços próprios. Entre eles, destaque para a inauguração da AMPLIA II, unidade que dobrou a capacidade de atendimento de crianças autistas; a criação do Centro Clínico Indaiatuba, projetado para aumentar a acessibilidade a consultas e atendimentos ambulatoriais de menor gravidade às crianças, jovens e adultos; e o lançamento do Núcleo de Oncologia e Saúde (NOS), que está em construção desde o ano passado, com previsão de inauguração e funcionamento no primeiro quadrimestre de 2026.

A clínica AMPLIA II foi concebida com foco no bem-estar de pacientes e familiares, reunindo profissionais especializados, ambiente de elevado nível técnico e uma gestão integrada que proporciona acompanhamento clínico personalizado e relatórios regulares sobre a evolução dos pacientes.

Em junho, a Unimed Campinas inaugurou o Centro Clínico Indaiatuba, segundo serviço próprio fora da cidade-sede, com o objetivo de atender os mais de 45 mil clientes que vivem no município. Localizado em frente ao Parque Ecológico de Indaiatuba, a unidade conta com uma estrutura moderna de 500 m², incluindo oito consultórios, sala para procedimentos simples, sala de estabilização e duas outras salas de medicação, sendo uma para adultos e outra para crianças.

Já o NOS representará um marco nacional na assistência oncológica. Com investimento de R\$ 250 milhões, as instalações vão totalizar quase 18 mil m² de área construída, divididas em três blocos. O primeiro será dedicado exclusivamente à Oncologia, reunindo serviços de infusão, quimioterapia, radioterapia, consultas especializadas, ambulatório de cuidados paliativos e um completo centro de imagem. A unidade localizada em Campinas, nas imediações do corredor Dom Pedro, também abrigará um espaço voltado à pesquisa clínica do câncer, aberta a outros convênios e às demais singulares do sistema Unimed. Os blocos adicionais ampliarão o modelo de cuidado, podendo abrigar uma unidade de Pronto Atendimento exclusiva para clientes Unimed ou um Centro de Especialidades Médicas.

“Com essas entregas e uma gestão orientada para a inovação e a sustentabilidade, a Unimed Campinas reafirma sua vocação de cuidar da saúde dos seus clientes com responsabilidade, humanização e excelência. Dessa maneira, preservaremos os valores que construíram a história da nossa cooperativa ao longo de cinco décadas e meia, projetando o futuro com visão integrada e compromisso contínuo com a saúde e o bem-estar das pessoas”, completa Dr. Gerson.



Centro Clínico Indaiatuba



AMPLIA - Clínica de Atendimento ao Autismo



Serviço Diagnóstico por Imagem



Sede Mário Siqueira



Pronto Atendimento Unimed Campinas - PAUC



Hospital Unimed Campinas - HUC



PALAVRAS DO PRESIDENTE

Alcides Ladislau Acosta

Esta edição da Revista do CCLA (nº 74) emerge em momento e contexto marcado por inquietudes que abalam o homem em qualquer meridiano, ou latitude, que se encontre. Estamos mergulhados em eventos que nos atingem por inteiro e não há refúgio onde se possa deles escapar. Aquecimento global, ou crise climática, afeta australianos, europeus, asiáticos, africanos, árabes e americanos, seja com fogueiras devastadoras, seca e calor, inundações catastróficas. A assustadora realidade, ou a ameaça de guerra, consome em banhos de sangue populações impotentes, imola inocentes e deixa em ruínas cidades e patrimônios edificados com sacrifício. Governantes, engolfados na embriaguês do poder, queimam riquezas incalculáveis em disputas insanas de comércio, territórios, tecnologia, supremacia impossível de saciar. A humanidade está atordoada e sitiada, pela natureza enfurecida e por seu próprio desvario. Haverá, algum dia, um retorno à racionalidade; a Paz terá chance de ser apenas palavra e um sonho?

Desde seus primeiros exemplares, a partir de 1902, a publicação do Centro de Ciências, Letras e Artes elegeu, como conteúdo a abordar em suas páginas, as questões relacionadas às proposições originais da entidade, ciências, letras e artes. Nessa esteira, muitos artigos, ensaios, teses e reflexões estiveram no rol de assuntos aqui estampados. Os temas foram sempre coerentes com a época em que aqueles historiadores, articulistas e intelectuais vivenciaram. Assim, os trabalhos que nesta edição estão enfeixados, igualmente, refletem os tempos em que vivemos nós. Serão encontrados nas páginas seguintes: resgates da história da cidade e relembrados seus atores e cenários; a literatura comparece em crônicas, poetas e poesias; a música faz-se representar perpassando o samba de bumbo, piano de Carlos Gomes, seu hino Progresso, que a cidade escolheu como trilha sonora e a luta do Músico no Brasil; a ciência pensa a Inteligência Artificial, a evolução da Medicina, a luta do nosso Agronômico e a desafiante questão das crises climáticas, e mais assuntos abrilhantam esta memorável edição.

Finalizando este intróito cabe lembrar que, em 2026, o CCLA celebrará seus 125 anos de fundação e trajetória. Será crucial poder produzir mais uma Revista do CCLA e, assim, contar os lances dessa já longa história e, quiçá, relatar uma conjuntura mundial mais feliz para o novo lustro.

A SEGUNDA ABOLIÇÃO: RACISMO, ESCRAVIDÃO MODERNA E AS NOVAS FACES DA EXCLUSÃO

José Luiz Siqueira

A história da humanidade, desde seus primórdios, é marcada por perseguições contínuas entre seres humanos, revelando-se em múltiplas formas de escravidão, racismo e atentados aos direitos sociais. De práticas brutais no início a modelos mais sofisticados ao longo dos séculos, a opressão assumiu novas máscaras, mas nunca deixou de existir.

Das obras que estudei e pesquisei, concluo que as mazelas apontadas — ora sutis, ora escancaradas — permanecem até hoje. Engana-se quem vê na abolição formal da escravidão um marco definitivo. Muitos estudiosos ressaltam, com razão, o fato de o Brasil ter sido um dos últimos países a acabar com a escravidão. Mas essa vergonha nacional serve, muitas vezes, como um triste calmante para nossas almas inquietas. ‘Gasolina na fogueira’, o fato é que não queremos ver a realidade dos exemplos que se sucedem.

Dirigentes lavam a consciência coletiva com frases de efeito e programas supostamente inclusivos, uma panaceia que mascara a realidade. Ainda assim, os sinais de renovação do pensamento humano se anunciam. A conscientização crescente das populações, aliada ao avanço da tecnologia e da comunicação, age como uma onda que expõe, dia após dia, a persistência de antigas violências sob novas e antigas formas.

Comecei esta pesquisa em 2020, motivado por uma entrevista da historiadora Lilia Moritz Schwarcz ao programa Roda Viva, da

TV Cultura. O artigo que apresento aqui — assim como o volume II do livro que venho desenvolvendo — tem por base citações fiéis de trechos da obra “Brasil: Uma Biografia”, de sua autoria em coautoria com Heloisa Murgel Starling, referentes aos temas que estudo e pesquiso: escravidão, racismo e direitos sociais. É um livro que recomendo com entusiasmo. Naquele mesmo ano, Cacá Veloso, em entrevista à GloboNews, citou Joaquim Nabuco ao afirmar: “é preciso uma segunda abolição” — comentário que sintetiza o constante descalabro.

A escravidão, em suas muitas faces — explícitas ou veladas — não se restringe aos negros. Trata-se de um modelo mais amplo de dominação do ser humano pelo ser humano, perpetuado há milênios. O racismo, por sua vez, também se atualiza. Algumas de suas versões atuais disfarçam-se sob a cordialidade que Sérgio Buarque de Holanda conceituou, sendo sustentadas por teses e discursos que, na superfície, parecem progressistas.

H. G. Wells, ao se referir às mulheres, nos primeiros tempos da humanidade, escreveu: “As fêmeas eram as escravas protegidas dos machos.” A frase resume com exatidão a lógica da dominação, não sutil, escancarada do mais forte sobre o mais fraco.

Casos recentes ilustram essas persistentes. Em diferentes estados brasileiros, especialmente no Rio Grande do Sul e na

Bahia, trabalhadores têm sido resgatados de situações análogas à escravidão. São pessoas levadas de suas cidades de origem com promessas de emprego, instaladas em locais distantes e em condições degradantes: sem banheiro, quartos sem janelas, jornadas exaustivas do amanhecer ao anoitecer, e salários tão baixos que mal cobrem a alimentação — cobrada pelos próprios empregadores. O ciclo de servidão, aqui, é seguido pela pobreza extrema, pelo desespero, pela omissão e pela indignação.

Em outra dimensão, o racismo se expõe sem vergonha nos campos esportivos. Vini Júnior, jogador do Real Madrid, foi alvo de insultos racistas repetidas vezes em campeonatos espanhóis. Chamado de macaco, viu torcedores imitarem símios nas arquibancadas. O que se presencia nesses episódios não é exceção, mas evidência do que ainda pulsa em camadas da população.

Essas violências cotidianas têm raízes históricas. Em Portugal, muitos séculos atrás, destacavam-se os tributos cobrados especificamente de judeus e de mulheres da mancebia — evidências precoces de racismo e desigualdade de gênero. A instalação da Inquisição, ainda no reinado de D. Manuel, institucionalizou distinções entre cristãos-velhos e cristãos-novos, estes últimos descendentes de judeus recém-convertidos. A marca da exclusão, desde então, acompanha os processos de construção nacional, em Portugal, e no Brasil.

Como primeiro exemplo histórico a respeito de preconceitos quanto à mulher, já na narração da viagem de Cabral: prostitutas escondidas em meio à tripulação. Masculino por excelência, esse mundo não abria mão das mulheres, que por vezes engravidavam e

tinham seus filhos em pleno mar, durante a travessia de Portugal à América Portuguesa.

Ainda sobre as viagens ao tempo de Cabral: em vista das mortes praticamente diárias, a única saída era estender os cadáveres no convés, até que um fizesse uma breve oração e por fim os corpos fossem atirados na água. No caminho dos mares desconhecidos também não faltaram cenas de violência, roubos e toda sorte de corrupção.

Sobre os índios: Uma população estimada na casa dos milhões em 1500 foi sendo reduzida aos poucos a cerca de 800 mil, que é a quantidade de índios que habitam o Brasil atualmente. São muitos os fatores que explicam tal desastre populacional. Em primeiro lugar, existiu de fato uma barreira epidemiológica favorável aos europeus. No caso da América, eram os índios que morriam atacados por agentes patogênicos da varíola, do sarampo, da coqueluche, da catapora, da difteria, do tifo, da peste bubônica até mesmo de uma hoje quase inofensiva gripe.

Sobre os jesuítas: Com o tempo a Companhia transformou-se numa verdadeira potência econômica. No início viviam de esmola real, aos poucos os jesuítas enriqueceram, emprestando casas, arrendando terras e controlando o rico comércio de especiarias cultivadas nas aldeias por eles dominadas. A hegemonia era tal que no século XVIII as Coroas ibéricas extinguiram a ordem. Os jesuítas foram expulsos de Portugal e das colônias em 1759.

Nas décadas de 1620 e 1630, ao arrepio da lei e diante do protesto dos jesuítas, expedições bandeirantes quase pareciam grupos paramilitares, tal era seu tamanho

e os recursos mobilizados. Bandeirantes sob o comando de Manuel Preto, Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes, apenas para mencionar alguns nomes, dizimaram populações locais e causaram muita tensão com os jesuítas e a Coroa. Os bandeirantes ficaram tão conhecidos na historiografia nacional que sua imagem, devidamente alterada, seria usada pelos paulistas, no começo do século XX, como um símbolo do espírito aventureiro e intrépido da região.

No Brasil todo, na colônia, os títulos de nobreza correspondiam a uma recompensa individual por serviços prestados ou logrados em troca de pagamento. Assim, se havia uma pretensão de nobreza, não se pode imaginar que esses seriam barões da cana, com um poder estável. Como dizia o viajante Alexander von Humboldt: ‘En America, todo blanco es caballero’. Num território marcado pela escravidão de africanos, o mero fato de ser de uma cor diversa do negro já representava mérito com direito a nobilitação. Um funcionário régio, no ano de 1789, afirmara que a colônia era o lugar em que ‘uma pessoa de posses e origens das mais modestas dá-se ares de grande fidalgo’. E até mesmo doutos magistrados ou abastados comerciantes, e origem burguesa, aspiravam a status de aristocracia.

O que definia a nobreza no Brasil era o que ela não fazia. Dedicar-se ao trabalho braçal, cuidar de uma loja, atuar como artesão e demais atividades eram coisas para gentios ou cativos. Talvez por isso persista aqui um preconceito contra o trabalho manual, considerado símbolo de atividade ‘inferior’ e menosprezada. Já os nobres deveriam viver do rendimento de aluguéis e de cargos públicos. Melhor ainda, se o capital permitisse, era ser proprietário de engenho e se cercar de um

grande número de agregados, parentes e criados. Capital, domínio, autoridade, posse de escravos, dedicação à política, liderança sobre vasta parentela, constituíram-se nas metas desse ideal de nobreza, que dominava a sociedade colonial. Tal modelo idealizado perdurou durante todo o período açucareiro, criando uma sociedade patriarcal pautada num padrão de família estendida. Se a família biológica era o núcleo do engenho, fazia parte do cabedal de um senhor contar e surpreender agregados, parentes, criados e escravos.

Já nas senzalas da cana, em Pernambuco, residiam dezenas de escravos, que podiam chegar às centenas, com frequência presos pelos pés e braços, deitados em chão de terra e em péssimas condições de higiene – como ter numerosos escravos era sinal de prosperidade e abastança, o senhor preferia quantidade a qualidade.

Por aqui, a cor da pele rapidamente se tornou um marcador social. As categorias eram fluidas, variando com o tempo e o espaço, mas sempre determinando acesso, status e direitos. No Recôncavo Baiano, por exemplo, os escravizados chegaram a representar mais de 75% da população. E o contraste urbano-rural só ampliava a precariedade: em 1823, as capitais do Império somavam apenas 8,49% da população; em 1872, 10,41%; em 1890, 9,54%. Mesmo nesses centros urbanos, a concentração era brutal — mais da metade dos habitantes urbanos vivia em apenas três cidades: Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Finalizando os comentários sobre a colônia, cuja base de trabalho, de norte a sul, pautava-se pelo escravismo, pressupõe violência. Porém, a violência não era moeda corrente apenas na relação entre senhores

e escravos. Outros focos de tensão estouravam nas diversas partes do país. E a reação grassou diuturnamente, com a revolta dos colonos contra a distância e o isolamento; contra o jugo português, que se afirmava em situações de opulência, mas também de crise, e contra o desmando das elites locais, que agiam com total autonomia diante da costumeira displicênci da Coroa no momento de legislar sobre o imenso e longínquo Brasil. Velho mito nacional, a imagem do paraíso humano e natural marcado pela harmonia e pela convivência pacífica não se sustenta quando observada a partir de lentes que focalizam a realidade cotidiana e do trabalho forçado. Nesta história não pode haver ‘final feliz’.

Durante o período de D. João VI no Brasil, até logo antes da Independência, tinha-se aqui a maior concentração de escravos, sendo que, no Rio de Janeiro, seu número se equilibrava com os descendentes europeus. Mas a balança tendia a pender para um dos lados: com as levas de cativos arrebanhados pelos negreiros, e que não paravam de afluir, a cidade ganhava mais e mais um aspecto africano. Próximo ao Paço, por exemplo, a concentração era de tal ordem, que a região passou a ser chamada de Pequena África. E, de fato, o ‘Rio mais parecia cidade da costa da África’, com o desfile de grupos de diferentes origens que portavam, orgulhosamente, escarificações e marcas de nação no rosto e no corpo, numa evidente indicação de que as sociedades inscrevem suas marcas nos corpos de seus indivíduos. Paradoxalmente, a chegada da família real e a concomitante abertura dos portos, em lugar de restringir o tráfico, acabaram por elevá-lo a níveis ainda mais altos. O número de africanos era tão expressivo, e preocupante

na visão das elites, que se empreenderam políticas em ‘prol da povoação branca’.

A decisão de realizar a independência com a forma de uma monarquia constitucional representativa significou uma opção política. Ela visava, em primeiro lugar, evitar o desmembramento da ex-colônia, a exemplo do que ocorreu na América espanhola, quando quatro vice-reinados se converteram em catorze países distintos. Além do mais, a opção por colocar o rei no poder referendava o perfil das elites políticas brasileiras, majoritariamente educadas em Coimbra e nos moldes da realeza.

D. Pedro foi aclamado imperador em 12 de outubro de 1822 – data que a princípio os brasileiros consideraram mais importante que o próprio Sete de Setembro.

Antes de tecer alguns comentários sobre a República, talvez o maior desvio de toda a história brasileira aos temas deste trabalho tenha sido, nos primeiros anos de país independente – entre 1822 e 1824 –, os debates sobre a primeira Constituição brasileira e o Poder Moderador. Nada de projetos democráticos e populares na condução do país. Os ‘liberais exaltados’ lutavam por transformações mais amplas, advogando mudanças não só sociais como políticas.

O ambiente era nervoso, e demonstrações de xenofobia tornaram-se cada vez mais frequentes. O conjunto das propostas soava como clara provocação, e em 12 de novembro de 1823 o imperador cercou e dissolveu a Assembleia Constituinte, mostrando que não aceitava ter seus poderes limitados e se transformar num mero símbolo. Apesar da pressão do Exército, que se manteve leal ao imperador, os deputados permaneceram em

sessão durante a madrugada e declararam d. Pedro I um ‘fora da lei’. Foi então que o monarca assinou o decreto fechando a Constituinte. O episódio ficou conhecido como Noite da Agonia, por conta da resistência dos políticos que se recusaram a deixar o recinto. A despeito de muitos deputados terem declarado que somente sairiam do local ‘pelas baionetas imperiais’, a maioria voltou tranquilamente para casa. Apenas seis representantes foram deportados para a França: entre eles os três Andrada. É irônico pensar que não só o modelo de independência brasileira preconizou uma monarquia em lugar de uma república, como nosso primeiro projeto constitucional foi vetado, e nem chegou a vingar. Aliás, em 1824 d. Pedro apresentaria, ou melhor, imporia um novo texto constitucional à nação. A alcunha pegou, e até hoje, a primeira Constituição brasileira é conhecida como a Outorgada. Ninguém há de negar que o começo da vida política no Brasil como nação independente foi no mínimo complicado e tortuoso.

Para evitar equívocos, dessa vez o imperador reuniu a portas fechadas dez pessoas de sua inteira confiança: todos brasileiros natos e juristas, membros do Conselho de Estado, criado em 1823, e formados em Coimbra. O texto constitucional foi elaborado em apenas quinze dias.

O documento seguia o modelo liberal francês, prevendo um sistema representativo baseado na teoria da soberania nacional. A forma de governo era monárquica, hereditária, constitucional e representativa, dividindo-se o país em províncias. A novidade ficava por conta da introdução não de três poderes, mas de quatro, seguindo-se e adaptando-se a proposta de Benjamin Constant, que defendia a existência de cinco poderes: o real, o executivo, o representa-

tivo da continuidade, o representativo da opinião e o poder de julgar, estando este acima dos demais. Constant era suíço, fora educado na Universidade de Edimburgo, tendo passado anos na França, Suíça, Alemanha e Grã-Bretanha. Intelectual de renome em seu tempo, tornou-se influente na política francesa e, durante a segunda metade da revolução – de 1815 a 1830 – foi líder do grupo de oposição conhecido como ‘os independentes’, que seguiam o modelo liberal de esquerda. Em 1819 publicou “A liberdade dos antigos comparada à liberdade dos modernos”, em que discorria sobre o papel dos indivíduos, em relação ao Estado. Preconizava o formato da monarquia constitucional da Grã-Bretanha, mas chegava a defender a continuidade da escravidão; isso para que os cidadãos pudessem participar das atividades civis. Publicou também “Curso de Política constitucional”, de onde veio a inspiração para o Poder Moderador, logo introduzido no texto da Constituição brasileira.

De uso privativo do imperador, o Poder Moderador estava acima dos demais poderes e a eles se sobreponha, cabendo a seu detentor força coativa e a atribuição de nomear e demitir livremente ministros de Estado, membros vitalícios do Conselho de Estado, presidentes de província, autoridades eclesiásticas, o Senado vitalício, magistrados do Poder Judiciário, bem como nomear e destituir ministros do Poder Executivo. O imperador era ainda inimputável e não respondia judicialmente por seus atos. Assim, se pelo projeto de 1823 o chefe do Executivo guardava apenas poder de veto, agora ele se transformava numa espécie de fiel da balança. O Poder Moderador tinha a função, segundo o texto, de garantir harmonia e equilíbrio ao Estado.

Durante a Primeira República, apenas brasileiros adultos, homens e alfabetizados podiam votar. Estavam excluídos não só as mulheres, mas também os soldados de baixa patente, os religiosos com votos perpétuos e os pobres. A cidadania foi, desde sempre, um privilégio.

Ainda sobre as eleições: O controle do governo federal era decidido, a partir de então, apenas pelos estados de Minas Gerais e São Paulo. Numa República onde se regulava a distribuição do poder pela hierarquização da importância das unidades da federação, a força política de um estado sustentava-se no tamanho de seu eleitorado e na consequente extensão de sua presença parlamentar. Por sua vez, a estabilidade política da República estava garantida por três procedimentos principais: empenho dos governos estaduais em manter o conflito político confinado à esfera regional; reconhecimento por parte do governo federal da plena soberania dos estados no exercício da política interna; manutenção de um processo eleitoral em que, a despeito dos mecanismos políticos que tentavam controlar as disputas locais, as fraudes continuavam frequentes. Aliás, fraudes aconteciam em todas as fases do processo eleitoral – do alistamento de eleitores até o reconhecimento dos eleitos. Entretanto, alguns procedimentos ficaram famosos. A eleição de ‘bico de pena’ vem do Império e diz respeito às diversas manipulações feitas pelas mesas eleitorais, como a falsificação de assinaturas e adulteração das cédulas eleitorais. A ‘degola’ significava o não reconhecimento do eleito pela Comissão de Verificação da Câmara dos Deputados – procedimento que eliminava os adversários, anulando sua eleição. O ‘voto de cabresto’ era quase uma prática político-cultural – um

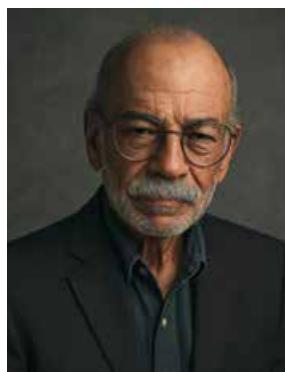
ato de lealdade do votante ao chefe local. Por fim, o ‘currall eleitoral’ aludia ao barra-cão onde os votantes eram mantidos sob vigilância e ganhavam uma boa refeição, dali só saindo na hora de depositar o voto – que recebiam num envelope fechado – diretamente na urna.

Sobre as mulheres: elas representam mais de 50% da população e têm escolaridade média superior à dos homens. Mesmo assim, seguem como minoria nos cargos eletivos e nos postos de maior prestígio. Onde estão, ganham menos que os colegas homens — mesmo exercendo funções idênticas. O mesmo vale para negros e pardos, igualmente sub-representados e sub-remunerados. A democracia formal não venceu a desigualdade histórica.

Mas nem tudo é negativo. Acaba de tomar posse na Academia Brasileira de Letras, a escritora Ana Maria Gonçalves, autora do livro “Um Defeito de Cor”, sucesso mundial, recebeu o prêmio Casa de Las Americas, sendo o livro avaliado na 7ª posição dentre os duzentos livros mais importantes para se entender o Brasil (Folha de S. Paulo, 2022).

A falsa ideia de progresso ainda serve para adormecer consciências. O que se vê é continuidade disfarçada. O fim da escravidão foi, sem dúvida, um marco — mas longe de representar sua erradicação. É necessário nomear a permanência da opressão. Mais do que isso: é preciso interrompê-la e substituí-la pela igualdade entre todos os seres humanos.

A liberdade real, plural, concreta — ainda está por acontecer. E só virá quando a segunda abolição deixar de ser apenas uma ideia.



José Luiz Siqueira (Zezo-1951) nasceu em Campinas (SP). É economista, empresário e consultor, com longa trajetória como estudioso de História, Filosofia e Literatura. Leitor contumaz e pensador atento às camadas profundas da experiência humana tem escrito, ao longo da vida, ensaios e reflexões, agora organizados em obras de maior fôlego. É autor dos livros **O Tempo na Filosofia, na Religião, na Ciência e na Memória** e **O Tempo no Espiritismo**, ambos publicados em formato digital. Atualmente, trabalha na finalização de sua nova obra em dois volumes: **História Brasileira da Escravidão, dos Racismos e dos Direitos Sociais**, onde aprofunda sua análise crítica sobre os mecanismos históricos e atuais de exclusão no Brasil.

ANTONIO LUÍS PATRÍCIO DA SILVA MANSO

O MÉDICO, BOTÂNICO, FAZENDEIRO, ESCRITOR E POLÍTICO

Genaro Campoy Scriptore

Escrever sobre um personagem nascido no final da década de 1790 é um grande desafio para qualquer pesquisador, apesar dos inúmeros mecanismos de busca e artigos que o mundo digital oferece atualmente a historiadores e estudiosos. Minha motivação, no entanto, baseou-se na admiração pelo trabalho de Benedicto Octávio de Oliveira e sua série de artigos publicados na Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, que sempre me inspiraram pelo rigor e sensibilidade na abordagem de personagens históricos pouco explorados.

Antônio Luís Patrício da Silva Manso, personagem que pretendemos abordar neste artigo, traz em sua biografia as marcas de um homem notável que viveu na vila de São Carlos. Seus feitos, embora expressivos, permanecem desconhecidos por muitas gerações de campineiros. Ganhou notoriedade não apenas por seus méritos, mas também pelas desventuras que marcaram sua trajetória pessoal e pública.

Benedicto Octavio considerava que Antônio Patrício teria nascido em 1788, na cidade de Santos, com base em informação fornecida pelo Doutor Ricardo Gumbleton Daunt¹. No entanto em um artigo publicado na Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, o próprio Benedicto Octavio reproduz uma cópia da “*Carta régia de cirurgião*”, na qual se lê que o mesmo é “natural da cidade

de São Paulo”². Essa origem parece ser confirmada pelo registro de batismo, realizado na Paróquia da Sé, em São Paulo, na data de 16 de março de 1790.³

Seu pai, José Patrício da Silva Manso, dedicava-se à pintura de arte sacra. Por volta de 1785, pintou na sacristia da Igreja da Ordem Terceira do Carmo de São Paulo a obra “*Nossa Senhora com o Menino e Santa Teresa*”, fato confirmado pelo crítico de arte Mário de Andrade, em 1945. Essa obra teve restauro executado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) em 2007 e está tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sob o nº 1176-T-85.

Sobre a família de José Patrício, o doutor Ricardo Gumbleton Daunt dá a entender que ela se estabeleceu na vila de São Carlos em 1812, onde passou a explorar comercialmente um engenho de cana-de-açúcar. Doutor Ricardo também ressalta a notável qualidade artística de José Patrício, cujas obras ainda hoje podem ser apreciadas na matriz de Itu.⁴

O doutor Ricardo Gumbleton Daunt e Benedicto Octávio de Oliveira são enfáticos ao reconhecer o talento artístico do pai de Antônio Luís Patrício da Silva Manso nas obras realizadas na Igreja Matriz de Nossa Senhora

1 Daunt Ricardo G in Almanach Literário de São Paulo, 1880, Ano V □ Reminiscências de Campinas □ Bairro, Freguesia e Cidade publicado por José Maria Lisboa, Tipografia da Província, São Paulo:1879 p.38 □ 39

2 Oliveira, Benedicto Octavio in Revista do Centro de Ciências Letras e Artes, Fascículo III n.19 de 30 de setembro de 1908, Campinas Tipografia Brasil de Rothschild & Co. São Paulo: 1908 - p. 80

3 Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo – Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Assunção – São Paulo - Paroquia da Sé □ Livro VII folhas 54 verso.

4 Idem 2

da Candelária, em Itu. A esse reconhecimento soma-se, ainda, o naturalista e memorialista francês Auguste de Saint-Hilaire, que também destaca a qualidade das pinturas sacras atribuídas a José Patrício da Silva Manso:

*“O teto da capela-mor é ornado com pinturas que mostram que seu autor nasceu com talento natural e que, para tornar-se um verdadeiro artista, só lhe faltaram bons modelos. Não se pode deixar de lamentar que uma igreja tão bela quanto a da Candelária não tenha torre (campanário), que ela não esteja perfeitamente alinhada com o centro da praça onde foi construída, e que a nave esteja sem teto”.*⁵

José Patrício traz consigo, para a vila de São Carlos (atual Campinas), sua filha, dona Maria Bibiana do Carmo, irmã de Patrício Manso, que anos mais tarde se empregaria no serviço público como professora de meninas, tornando-se célebre por sua energia disciplinadora. Difícil imaginar que a infância e a juventude de Antônio Luís Patrício da Silva Manso não tenham sido profundamente influenciadas pela arte, pela cultura e por uma educação refinada.

Benedicto Octávio narra dois fatos interessantes em seu artigo *Campinas Antiga*, que revelam a busca de Antônio Luís Patrício da Silva Manso por afirmar sua identidade profissional. O primeiro refere-se à tentativa de firmar contrato para a construção de um matadouro e de açougues destinados à distribuição de carnes na vila de São Carlos, proposta que acabou invalidada pelo ouvidor-geral e corregedor da comarca, doutor Miguel Antônio de Azevedo Silva. O segundo fato, ocorrido em 1816, registra

o trabalho de Antônio Luís Patrício Manso nas atas da Câmara Municipal de Campinas como credor por serviços de pintura dos nomes e emblemas dos vereadores em seus respectivos assentos.

Não deixava de registrar o nobre associado do Centro de Ciências, Letras e Artes, Benedicto Octávio que, já naquela época, nosso personagem demonstrava vocação para a arte de curar, na qual buscava continuamente se aperfeiçoar.

Evidências de que Patrício Manso já praticava a medicina na vila de São Carlos encontram-se registradas em um atestado emitido ao capitão Ignacio Caetano Leme, datado de 26 de dezembro de 1819. Nesse documento, ele se declara explicitamente como **Professor de Cirurgia, Medicina e Farmácia**, conforme os termos do “*Regimento de Sua Majestade, que Deus guarde*”, coletado por Benedicto Octávio, e cuja cópia apresentamos a seguir:⁶

Documento I - pertencente ao Centro de Ciências Letras e Artes, na época.

Atestado

(Copia) — Antonio Luis Patrisio da Silva Manso, Profesor de Sirurgia, Medisina, e Farmacia, conforme o Regimento de Sua Magestade que Deus guarde, etc. — Atesto: que o Capm. Inacio Caetano Leme padese ua afesão sefálica, cronica, e por mün conhesida a mto. que se aumenta progresivamente; outros que para o seu tratamento, o pro. e indispensavel ponto de Igiene é abster-se o mais que for possivel de todo o cíersisio de espirito. Porque a pra. é verdade, e a segunda eu assim o entendo, passo a presente que afirmo com juramento. S. Carlos 26 de Dezbro. de 1819. — Antonio Luis Patrisio da S.^a Manso. — Reconheço a Lettra e firma da Altestação supra ser do proprio punho do nella conteudo por ter da mesma cabal conhecimento em fé do que me assigno em publico e razo nesta Villa de São Carlos aos 17 de Abril de 1820. Em testemunho (signal publico) de verdade — Silverio Ourgel do Amaral Coitinho. D. 80 pg.

⁵ Saint-Hilaire, Auguste de – *Voyage dans les Provinces de Saint Paul e de Sainte Catherine par M. Auguste de Saint Hilaire – Tome I* Arthus Bertrand, Libraire-Éditeur, Librairie de la Société Géographie – Paris :1851– p.343p.344

⁶ Idem 3 p.80-81

Benedicto Octávio, em seu artigo, prossegue de forma brilhante ao registrar fielmente o início da carreira médica de Patrício Manso, agregando à narrativa a devida *Carta Régia de Cirurgião*, emitida em 5 de agosto de 1820 pelo rei Dom João VI, que lhe concedia permissão oficial para o exercício da medicina, após ter sido aprovado em um rigoroso exame.

Documento II - pertencente ao Centro de Ciências Letras e Artes, na época.

II. (Documento pertencente ao arquivo do Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas) — *Carta régia de cirurgião, dada a Antonio Luiz Patrício da Silva Manso.* — « Dom João por graça de Deus rey do Reyno Unido de Portugal, e Algarves, d'aquem, e d'alem mar, em África, senhor de Guiné, da Conquista, Navegação, Comercio da Etiópia, Árabia, Persia, e da Índia, etc. — Fago saber que Antonio Luiz Patrício da Silva Manso, filho legítimo de José Patrício da Silva Manso, natural da Cidade de S. Paulo, Me representou que elle pertencia usar da Arte de Cirurgia nos Meus Reinos, e Senhorios pela ten aprendido, e praticado, como mostrou por Certidão, que foi vista pelo Meu Cirurgião Mór do Reino Unido, o qual foi examinado na presença de Seu Sub-Delegado na Comarca da Vila de Itú Bernardo José de Sesa Motta Magalhães, pelos examinadores Antonio José de Babe Broxado, e Francisco Mariano da Costa, Cirurgões aprovados, os quaes o derão por aprovado *neminis discrepante cum laude*, para exercitar a dita Arte, por leum do que Me pedio lhe mandasse expedir Carta, para que livremente possesse usar da dita Arte na forma do Regimento, e Leis do Reino, ao que não tendo duvida o dito Meu Cirurgião Mór do Reino Unido : Fui servido Ordenar, que se lhe passasse a presente Carta, para que em sua observância possa curar da Cirurgia nos Meus Reinos, e Senhorios, sem que a isso se lhe possa pôr duvida alguma por Minhas Justiças, antes lhe darão todo o favor e ajuda, quando sem Minha especial Autoridade se lhe queria pôr algum embargo ao seu exercicio : polo qual poderá demandar os Salarios que lhe forem devidos perante o Meu Cirurgião Mór do Reino Unido, a quem para esto effeito tenho nomeado por seu Juiz privativo, e só perante elle poderá ser demandado dos erros que cometer da dita Arte. Será esta Carta primeiro por ella assinada, e passará pela Minha Chancelaria Mór do Reino do Brasil, e onde o dito Antonio Luiz Patrício da Silva Manso haverá o Juramento dos Santos Evangelhos, ou porante o Corregedor da Comarca onde pertencescer, para usar da dita Arte, como deve, guardando o Meu Serviço em utilidade do bem publico. Pagou-se novos Direitos mil e secentos reis, que forão carregados ao The soureiro delles Folhas 191 do Livro 6.º de sua receita, e se registrou o conhecimento em forma no Livro 16.º Registo Geral dos Novos Direitos a Folhas 39 verso. El-Rey Nosso Senhor o mandou pelo Doutor José Correia Picanço, do seu Conselho, e seu Cirurgião Mór do Reino Unido. Dada e passada nesta Corte do Rio de Janeiro aos 5 de Agosto de mil oitocentos e vinte. Esta vai subscrita por Luiz Bandeira de Gouveia, Escrivão Secretario do Cirurgião Mór do Reino. Pagou-se de feito desta quinhentos reis, de Impressão sete mil e duzentos reis, e de assinatura duzentos reis. E eu, Luiz Bandeira de Gouveia, que a subscrevi. — O Conselheiro José Correia Picanço — José Albano Frugoso — Pg. seis mil cento e quarenta reis e aos officiaes mil reis. — Rio 17 de Agosto de 1820. — José Maria Raposo de Andrade e Souza. — Registrada na Chancelaria Mór do Reyno do Brasil a fls. 65 do Livro 19.º da Prov., Cartas, e Alvarás. Rio 17 de Agosto de 1820. — Nicácio José da Costa. — 6.140+500+500=7.140. (À direita) Sello — 1.600 Pg. mil e secentos do sello. Rio 12 de Agosto de 1820. — Medeiros — (À esquerda) — Registrado no Livro 5.º — Bandeira. — Pg. 250. (Embaixo, uma fita beige).»

Verso da carta — (À direita) — « Por despacho do Conselheiro Cirurgião Mór do Reino Unido, de 31 de Julho de 1820. — Pg. oito mil e quatrocentos rs. Emolumentos do Conselheiro Cirurgião Mór do Reino Unido ». — (À esquerda) — « Termo de juramento — Aos quatro dias do mês de Março de mil oitocentos e vinte e tres annos nesta Cidade de Guyabá em as Casas de morada e Residência do Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Antonio José da Veiga onde eu Escrivão adianto nomeado fui visto e sendo ali aparecendo presente e pessoalmente o Cirurgião Mór Antonio Luis Patrício da Silva Manso, e logo o dito Ministro lhe deferiu o Juramento dos Santos Evangelhos em hum livro delleas na forma da Ley sob cargo do qual lhe encarregou o inteiro cumprimento de suas obrigações e recebido por elle o dito Juramento assim o prometeu Cumprir. E para constar mandou o dito Ministro lavrar o presente termo que rubricou com o deponente. Eu Francisco Pires de Moraes Jardim Escrivão da Ouvidoria Geral e Correição da Comarca que o escrevi. — Veiga. — Antonio Luiz Patrício da Silva Manso ».»

Basílio da Gama de Magalhães — historiador, professor, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras — foi aprovado, em 1900, para lecionar História do Brasil no Ginásio Estadual Culto à Ciência, na cidade

de Campinas, assumindo a cátedra no ano seguinte, em 1901. Em 1919, Basílio realizou um trabalho notável ao compilar informações de Benedicto Octávio de Oliveira e do eminente médico doutor Joaquim dos Remédios Monteiro, biógrafo de Antônio Luís Patrício da Silva Manso.

O trabalho a que me refiro, de autoria de Basílio da Gama de Magalhães — intitulado *Biografia de Antonio Luís Patrício da Silva Manso* — corrigiu a versão então corrente sobre a ida de Patrício Manso para Cuiabá, esclarecendo que sua mudança ocorreu após seu envolvimento nas lutas pela Independência, em 1822, conforme o verso da carta Régia de cirurgião documento II, mencionado no artigo de Benedicto Octávio:

*“Logo depois, como se faz certo por um documento em meu poder (vide doc. IV, in fine), pedia ao rei e deste obtinha, em 1821, o logar de cirurgião-mór da província de Mato Grosso, para onde seguiu, em trabalhosa viagem, a sua própria custa, pois que também não percebia vencimento algum do sobredito cargo, do qual prestou juramento em Cuiabá a 4 de março de 1823**”.*

**Nota de Rodapé Explicativa do autor, Basílio de Magalhães: “Enganou-se, portanto, o dr. J. Remédios Monteiro, quando asseverou (in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LIII, §5, p. 387) que: “Patrício Manso foi mandado para a província de MattoGrosso como empregado da Repartição da Fazenda.”⁷

O doutor Joaquim dos Remédios Monteiro — médico brilhante, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e atuante em cidades como Resende, Dester-

⁷ Magalhães, Basílio da Gama de in Arquivos do Museu Nacional Volume XXII – Biografia de Antonio Luís Patrício da Silva Manso Imprensa Nacional Rio de Janeiro:1919 p.77 - 96

ro (atual Florianópolis), Salvador e Feira de Santana — deixou uma descrição precisa de Antônio Luís Patrício da Silva Manso:

“Conheci-o em 1836 quando achava-se no Rio de Janeiro... Vinha em alguns domingos jantar com minha família...”.

“Patrício Manso era um tanto moreno, alto de estatura, musculoso, de ombros largos e um tanto gordo, tinha cabeça grande, cabelos pretos, duros, grossos, corredios; eram regulares os lineamentos do rosto. Ao vê-lo dir-se-ia, que corria-lhe nas veias o sangue dos antigos índios Caiapós ou Guaranis.

A voz pausada, descansada em certas sílabas, tinha o sotaque mui pronunciado dos filhos da província de São Paulo. Trajava muito simplesmente. Toda sua pessoa tinha um tanto de grosseiro e austero, como de um homem exercitado por igual nas lutas do corpo, nas viagens por terra e nas fadigas do espírito. Um tipo de homem que escapou dos excessos da sensibilidade, das bebidas fermentadas, das vigílias, que estragam a saúde dos habitantes das grandes capitais.

Mostrava ter vívido sempre fora da malária urbana, tão sadia era à sua constituição”.⁸

Desde sua chegada a Cuiabá no ano de 1823, Patrício Manso desempenhou papel de liderança na sociedade local. Casou-se com dona Brandina Eudóxia da Silva Manso e geraram três filhos, um menino e duas meninas. Ficou viúvo no período em que viveu em Cuiabá.

Na biografia escrita por Basílio de Magalhães há uma passagem documentada e especialmente interessante que revela a atuação científica de Patrício Manso logo após chegar a Cuiabá. Em 24 de maio de 1823, poucos meses após seu estabelecimento na cidade, Patrício Manso solicitou permissão

ao governo imperial para remeter ao Museu da Corte — atual Museu Nacional — uma série de produtos naturais por ele coletados na região. Esse gesto o coloca entre os primeiros estudiosos a colaborar com o acervo científico da instituição, que, à época, contava com apenas cinco anos de existência.

Sua vida pública em Cuiabá foi profícua no sentido de servir à população. Ocupou diversos cargos de confiança: foi secretário do novo governo provincial, instalado após a Independência; prestava serviços médicos nos hospitais; realizava estudos em história natural e, em 1832, assumiu a direção do Jardim Botânico. Além disso, foi presidente da *Sociedade dos Zelosos da Independência*, entidade fundada no Brasil em 7 de setembro de 1822 e em Cuiabá, em 1833, com o objetivo principal de defender os ideais da Independência, promover o sentimento de unidade nacional e organizar a resistência contra os portugueses e os simpatizantes do movimento que desejava restaurar o Brasil como colônia.

Com esse histórico de vida pública, não teve dificuldades para se eleger como Deputado único de Mato Grosso à terceira legislatura de 1834-1837.

Antes de considerarmos a carreira política de Antônio Luís Patrício da Silva Manso é imprescindível mencionar a revolta, de inspiração liberal, conhecida como “Acontecimentos de 30 de maio de 1834” — ou, ainda, pela expressão marcante usada por seus biógrafos: “Mata-emboabas”. Esse episódio teve influência inequívoca na vida de Patrício Manso.

Na região do rio Coxipó, ao sul da cidade de Cuiabá, na localidade conhecida como

⁸ Monteiro, Remédios J.— Biografia do doutor Antonio Luiz Patrício da Silva Manso in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LIJ, p. 1º, p. 385 – p. 2º, p. 385

Vila do Pilar, ocorreu em 18 de maio de 1834 um violento embate entre os partidários da Independência e os chamados restauradores. Entre os defensores da Independência estavam diversos membros da “Sociedade dos Zelosos da Independência” que, durante o tumulto, atacaram de forma brutal os restauradores. O confronto resultou na morte de vários portugueses e estrangeiros que defendiam o retorno do Brasil à condição de colônia de Portugal. Entre as vítimas estavam diversos “emboabas”, termo usado à época para designar estrangeiros, em sua maioria portugueses ligados ao partido Caramuru.

Para sufocar o movimento, o governo enviou à região o tenente-coronel João Poupinho Caldas, oficial português incorporado às forças do Império do Brasil, com a missão de restabelecer a ordem. No entanto, ao saberem que a capital estava desguarnecida, os partidários da Independência tomaram o quartel de Cuiabá e passaram a exigir a deportação imediata de todos os brasileiros nascidos em Portugal — incluindo o próprio João Poupinho Caldas — e a execução de qualquer um que desafiasse a Regência ou se manifestasse em defesa da restauração.

De um universo de aproximadamente cem portugueses que residiam em Cuiabá — muitos acabaram debandando para outras vilas e cidades —, ao menos trinta foram mortos pelos insurgentes. As vítimas não foram poupadadas, mesmo diante das ordens contrárias do primeiro juiz de direito, doutor Paschoal Domingues de Miranda. A sede por extermínio era tamanha que nem mesmo o bispo Dom José Antônio dos Reis conseguiu obter a misericórdia dos insurgentes. Teve seus apelos ignorados, mesmo erguendo o crucifixo e bradando em alta voz por compaixão.

Do amanhecer de 30 de maio de 1834 até meados de setembro do mesmo ano, segundo diversos historiadores, os acontecimentos se desenrolaram na capital de Mato Grosso e em suas redondezas. Com a represão devidamente instaurada, os insurgentes foram presos, processados e justiçados — embora alguns tenham conseguido evadir-se com alguma sorte.

Benedicto Octávio relata que cinco dos insurgentes foram enviados para a Corte por ordem de Poupinho Caldas e foram absolvidos. No entanto, em 9 de maio de 1835 ele foi assassinado em frente de sua casa com uma bala nas costas.

Após ser eleito em 1834, Patrício Manso já se encontrava longe de Mato Grosso, mas sua memória permaneceu execrada, devido ao protagonismo que exerceu à frente da Sociedade dos Zelosos da Independência e à sua atuação nas tensões políticas da época. Tal envolvimento lhe rendeu o apelido de “Tigre de Cuiabá”, em alusão à sua postura firme e combativa. Embora nunca tenham sido apresentadas provas concretas de sua participação direta na rebelião, tudo o apontava como autor intelectual e principal fomentador das ideias rebeldes.

Basílio de Magalhães relata que uma senhora de notável coragem, dona Ignes Ferreira da Silva — viúva de uma das vítimas da chacina e avó do doutor Augusto de César Miranda de Azevedo —, movida por assombroso destemor, dirigiu-se ao Parlamento no dia em que Patrício Manso iniciava sua legislatura e aos gritos de “Assassino! Assassino!” constrangeu o deputado diante de seus pares.

Os portugueses e estrangeiros sobreviventes da chacina fugiram para outras

cidades e províncias. Alguns deles estabeleceram-se na vila de São Carlos, onde constituíram família, como Manoel Rodrigues do Prado, Antônio Rodrigues do Prado e Antônio Joaquim de Vasconcellos Pinto — este último, segundo relatos populares e a narrativa de Benedicto Octávio, causava grande temor a Patrício Manso.

No exercício do cargo de deputado por Mato Grosso, durante a legislatura de 1834 a 1837, Patrício Manso não se destacou nem como orador, nem como político. Nesse período, passou a residir na cidade do Rio de Janeiro, acompanhado de seu filho, então com 12 ou 13 anos, enquanto suas filhas, Ângela Penélope e Maria Thereza, permaneceram na vila de São Carlos, sob os cuidados de sua irmã, dona Bibiana.

Como intelectual, Patrício Manso foi amplamente reconhecido como um homem da ciência. Em 1831, foi admitido na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, por indicação do doutor José Martins da Cruz Jobim, um dos fundadores da entidade e, à época, seu presidente.

Dedicava-se ao estudo da Botânica desde 1819, conciliando sua prática médica com o interesse pelos estudos naturais. Em 1836, apresentou à Academia Imperial de Medicina a tese intitulada “*Enumeração das Plantas Brasileiras que podem promover a catarse*”. Além disso, publicou diversos artigos na Revista Médica Fluminense, consolidando sua reputação como estudioso da medicina e da flora brasileira.

Manteve correspondência com o renomado cientista Carl Friedrich Philipp von Martius, que demonstrava grande apreço por seu trabalho — citando-o, inclusive, em

duas de suas principais obras: *Flora Brasiliensis* e “*Systema Materiae Medicae Vegetabilis Brasiliensis*”.

Martius, médico, botânico e antropólogo, tornou-se célebre por suas pesquisas sobre o Brasil, especialmente na região amazônica, ao longo do século XIX. Esteve no país entre 1817 e 1820, acompanhado de Johann Baptist von Spix. As obras de ambos tiveram grande impacto nos estudos de história natural, etnografia e na compreensão da diversidade cultural e ambiental brasileira.

Patrício Manso retornou a vila de São Carlos após o período de sua legislatura de 1834 - 1837 e casou-se com dona Ana Brandina da Silva Manso, que não lhe deu filhos.

As memórias de Cuiabá e o receio de vingança por parte de seus inimigos — que pudessem atingi-lo ou a seus familiares — transformaram Patrício Manso em uma pessoa profundamente desconfiada, solitária e antissocial.

Passou a reforçar a segurança de seu sítio revestindo com couro peças de taquaruçu, uma espécie de bambu abundante nas margens do rio Atibaia, numa tentativa de amenizar a insegurança e a mania de perseguição que desenvolvera ao longo dos anos. A propriedade, situada na então vila de São Carlos e inicialmente conhecida apenas como sítio do Taquaruçu, passou a ser chamada pela população de “*Engenho dos Castelos*”, em alusão às fortificações improvisadas construídas por Patrício Manso.

Contudo, o infortúnio veio de dentro da própria propriedade. Benedicto Octavio narra que o filho sempre presente e companheiro na vida de Patrício Manso pereceu, ainda na

juventude, vítima de uma fatalidade ocorrida na fazenda. Grande foi o desgosto pela perda do filho amado — aquele que o acompanhara ao Rio de Janeiro, que recebia dele aulas de escultura e grego e que, em 1836, dividia com o doutor Joaquim dos Remédios Monteiro momentos de jogos e brincadeiras.

Um tanque, uma cisterna ou um poço fechado — não se sabe ao certo — recebeu, por circunstâncias inimagináveis, o corpo do jovem. Patrício Manso, em completo desespero, mandou arrombar o tanque e empregou toda a sua energia e esforços para retirar o filho. No entanto, lamentavelmente, o rapaz não voltou à vida.

Além da dor, Patrício passou a cultivar um profundo remorso por não ter utilizado o último recurso possível para casos como aquele. Na época, as práticas mais comuns de reanimação eram a respiração boca a boca e a massagem cardíaca indireta — ainda rudimentares, longe do desenvolvimento técnico da medicina moderna. Talvez tenha sido a isso que se referiu Benedicto Octávio ao mencionar as chamadas “fricções de escovas”, um procedimento então utilizado na tentativa de estimular a circulação e restaurar os sinais vitais.

A perda do filho, as reminiscências do morticínio de Cuiabá e tantas outras lutas enfrentadas por Patrício Manso são suficientes para se compreender o seu estado psicológico, que já apresentava sinais de deterioração desde quando tentou suicídio, envenenando-se com láudano de Sydenham, uma preparação medicamentosa à base de ópio, na época usado como analgésico, sedativo, antiespasmódico e até calmante para distúrbios nervosos. Tudo porque lhe fora negada a mão de uma nobre senhora de São

Paulo. Um indicativo talvez de insanidade mental grave.

Seu isolamento e a vida conturbada que vivia deram motivo ao povo para criar lendas em torno de seu nome na vila de São Carlos. O povo dizia que ele dava nome de pessoas aos bois da fazenda e que, certa vez, um boi chamado *João* estragara toda uma rua do seu cafezal, e o castigo fora uma ordem para os serviços arrancarem os cascós do animal.

Corria também, naquela época, a voz entre o povo de que Patrício Manso recebia ouro de Cuiabá, em tropas de burros que apareciam trazer tamarindos e que, na sua fazenda, acumulava-se um verdadeiro tesouro em ouro e em moedas. Boatos que atiçavam as mentes doentias de salteadores e bandidos à prática de assaltos no *Engenho dos Castelos*.

Conforme a narrativa de Benedicto Octávio, Patrício Manso e sua família foram vítimas de uma tentativa de roubo e assassinato.

No dia 3 de junho de 1840, Patrícioacionou o doutor Manoel Gomes da Graça, juiz de paz da vila de São Carlos, solicitando autorização para reunir uma força composta por civis armados e soldados, com o objetivo de se proteger de uma agressão iminente contra sua propriedade. O pedido foi prontamente deferido e o juiz designou o oficial de justiça José Martins de Oliveira para acompanhar o caso e repelir, com o apoio necessário, qualquer ação violenta.

A ameaça chegara ao conhecimento de Patrício Manso por meio de seu amigo, o comerciante e fazendeiro Antonio Joaquim

Vianna, proprietário de um armazém que abastecia os roceiros da vila. Durante uma visita ao estabelecimento, uma mulher chamada dona Petronilha, esposa de Manoel Freitas, confidenciou que o marido havia sido coagido a colaborar com um plano para assassinar Patrício Manso — sob pena de ser morto, caso recusasse.

Dias depois, o próprio Manoel Freitas, talvez ciente de que a esposa havia feito a revelação, procurou Antonio Joaquim Vianna e confirmou a história. Comprometeu-se, inclusive, a avisar o dia em que sairia para comprar as armas destinadas ao assalto à casa de Patrício Manso.

Na data combinada, Vianna seguiu à distância Manoel Freitas e um cúmplice conhecido apenas como Lourenço, até a loja de Diogo Benedicto dos Santos Prado, situada na rua do Comércio (atual rua Doutor Quirino). Lá, testemunhou a compra de munição e pistolas. Em determinado momento, Freitas comentou sobre uma arma específica; Lourenço pegou a pistola, encaminhou-se para fora da loja e ordenou a Freitas que fizesse o pagamento, dizendo que posteriormente fariam o acerto.

Diante da gravidade da situação, Vianna enviou um mensageiro para avisar Patrício, que não se encontrava em casa. Informaram o mensageiro que Patrício encontrava-se na fazenda de Antonio Manoel Teixeira realizando alguns negócios. Vianna então recorreu ao doutor Miguel Arcanjo Ribeiro dos Santos Camargo, que despachou Antonio Corrêa Bittencourt para alertar Manso. Foi com base nesses fatos que Patrício solicitou formalmente o envio de uma força armada para sua proteção.

Lourenço, desconfiado de que o plano havia sido descoberto, antecipou o ataque para a noite de 4 de junho, data que Manoel Freitas prontamente revelou a Vianna, que novamente avisou Patrício Manso.

Naquela noite, várias pessoas amigas de Patrício — entre elas Antonio Joaquim Vianna, Manoel Rodrigues, Florentino e Casemiro — dirigiram-se ao *Engenho dos Castelos*, acompanhando o oficial de justiça, José Martins de Oliveira, e mantiveram-se em vigília.

Entre 10 e 11 horas da noite, aproximaram-se da propriedade os agressores: Lourenço, seu irmão Francisco (conhecido na vila como valentão), e Manoel Freitas. Chegaram à porta principal e bateram, sendo recebidos pelo oficial de justiça, que lhes deu voz de prisão. A resposta foi imediata: uma descarga de tiros, aparentemente direcionada a Antonio Joaquim Vianna, mas sem sucesso.

Com a porta entreaberta, Manoel Freitas tentou se arrastar para dentro da casa, separando-se do grupo invasor. Nesse momento, Francisco, irmão de Lourenço, atirou nas costas de Freitas, ferindo-o.

Do lado de dentro, a força defensiva composta por Vianna, Manoel Rodrigues, Florentino e Casemiro conteve os invasores numa luta intensa, travada na soleira da porta.

Os criminosos já eram experientes em ataques dessa natureza. Anos antes, Francisco fora o primeiro a invadir o sobrado de um morador chamado Vilaça, assassinado durante um roubo.

Conforme o inquérito conduzido pelo oficial de justiça, Lourenço conseguiu fugir — era conhecido como “camarada” de Ângelo Custódio Teixeira. Francisco, porém, foi morto durante a investida. Ambos eram filhos de uma mulher identificada como Marcelina.

No dia seguinte, à porta da cadeia, foi realizado o exame de corpo de delito no cadáver de Francisco, conduzido pelos peritos Manoel Francisco Monteiro e Custódio José Inácio Rodrigues, sob o olhar atento de uma multidão curiosa. A presença popular e os comentários que circulavam contribuíram para amplificar o burburinho de que Cuiabá teria enviado emissários com a missão de eliminar Patrício Manso e sua família.

Abalado psologicamente, Patrício passou a restringir severamente o acesso à sua propriedade, não admitindo mais visitantes ou estranhos. E sempre que saía de suas terras, fazia-o acompanhado por seus homens, todos armados — ele incluído.

Mesmo diante de tudo isso, Patrício Manso não se manteve alheio à Revolta Liberal de 1842, cuja principal batalha na região ocorreu na cidade de Campinas, conhecida como a Batalha da Venda Grande. No dia 5 de junho de 1842, Patrício estava em campanha em favor dos liberais na cidade de Limeira, quando foi preso — razão pela qual não participou diretamente do confronto ocorrido no dia 7 de junho. No entanto, a revolta teve um desfecho pessoalmente doloroso para ele: teve nos braços, agonizante, seu amigo Antonio Joaquim Vianna, um dos líderes liberais na Batalha da Venda Grande.⁹

⁹ Scriptor, Genaro Campoy – Freguesia, Vila e Cidade de uma Campinas Velha 1774 – 1889 1^a Edição Editora Particular – Campinas, São Paulo:2023 p.138

Esta noite (5 do corrente) foi preso o grande *Patrício Manso*, autor da *rebellião de Cuiabá*, e se acha na cadeia d'esta cidade (Campinas) não se tendo feito outras caçadas similares por não haver o segredo preciso nas diligencias.....

(*Carta particular de um empregado da cidade de Campinas de 5 do corrente*)
(*Gorenista.*)

*Jornal Diário do Rio de Janeiro, Edição 131 de 17 de junho de 1842 página 1
Typographia da Rua da Ajuda, Rio de Janeiro - RJ*

Entre os anos de 1844 e 1846, Antônio Luís Patrício da Silva Manso recolheu-se completamente ao *Engenho dos Castelos*. Por ocasião da primeira visita do jovem imperador Dom Pedro II à cidade de Campinas, em 1846, manifestou o desejo de conhecê-lo, já que sua fama ultrapassava as fronteiras nacionais. Ainda assim, foi com grande esforço por parte de seus amigos que Patrício Manso aceitou ser conduzido à presença do imperador e da corte.

Dois anos depois, no dia 17 de janeiro de 1848, Antônio Luís Patrício da Silva Manso foi assassinado dentro de seu cafezal dos *Castelos*, conforme se pode verificar no atestado de óbito da matriz de Santa Cruz

*Cirurgião Mór Antonio Luis Patrício da Silva Manso
que descoito de Janeiro de mil oitocentos e quarenta e oito
folhas apresenado esse falecimento o Cirurgião mór
M. Tadeu Lopes Patrício da Silva Manso falecido na
sua casa de sua Dona Anna Brandina da Silva Manso
de sua residência de São Paulo e recomendado solenemente
para o Cemitério envolto em habits de São
Francisco. Wm J. Jones M.D. Ano de 1848*

“Cirurgião Mór Antonio Luis Patrício da Silva Manso
Aos dezoito de janeiro de mil oitocentos e
quarenta e oito faleceu assassinado e sem
sacramentos o cirurgião mór Antonio Luís
Patrício da Silva Manso, natural de Itu casado
com Dona Anna Brandina da Silva Manso de
quarenta anos e recomendado solenemente
jaz no Cemitério envolto no habit de São
Francisco¹⁰

¹⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – Campinas - Paróquia de Santa Cruz – Livro V folhas 25 verso.

É muito digno de registro o relato de Benedicto Octávio, nosso primeiro secretário do Centro de Ciências, Letras e Artes, cuja narrativa procuramos humildemente atualizar para os leitores de hoje.

Segundo Benedicto Octávio, Patrício Manso contratou um marceneiro ituano para realizar alguns serviços no *Engenho dos Castelos*. Contudo, o trabalho ficou inconcluso e aquém dos padrões exigidos por Patrício, gerando diversas divergências entre as partes.

Algum tempo depois, o irmão do carpinteiro, identificado apenas como Leandro de Tal, morador da região da Terra Preta (área que hoje corresponde aproximadamente aos bairros Botafogo, Guanabara e Castelo), foi até o engenho para cobrar o pagamento pelo serviço não concluído. A conversa entre eles foi tensa e pouco proveitosa. Enquanto isso, o cavalo do carpinteiro, acostumado às pastagens do engenho, entrou na propriedade como de costume. Patrício, já esperando por esse tipo de incidente, ordenou a seu capanga que matasse o animal.

Ao retornar em busca do cavalo e não o encontrar, Leandro voltou para reclamar. Patrício respondeu friamente que procurasse o animal, pois ele estava enterrado em um bagaceiro de cana. Inconformado, Leandro sacou uma arma e atirou ao que um dos capangas de Patrício reagiu prontamente, disparando contra o agressor, que agonizou e morreu no dia seguinte.

Naturalmente, as conversas se multiplicaram por Campinas e muitos passaram a atribuir a trágica morte de Patrício Manso a antigos ódios e ao sentimento de vingança ainda presentes entre os envolvidos nos “Acontecimentos de 30 de maio de 1834”.

O espólio de Patrício Manso foi dividido entre sua segunda esposa, dona Ana Brandina da Silva Manso, e suas filhas dona Ângela Penélope e dona Maria Thereza.

Pouco tempo depois, em 18 de março de 1848, Ângela Penélope casou-se com João Leite de Moraes, conhecido como *João Mandy*. E no dia 22 de abril de 1848, Maria Thereza casou-se com José Theodoro de Barros Cruz, o “*Tenantinho*”, natural de Mogi Mirim, filho do capitão Luiz Silvério de Barros e de dona Esméria da Cruz.

Antônio Luís Patrício da Silva Manso, mesmo tendo vivido em uma época marcada por truculência, instabilidade e conflitos pessoais, permanece como uma figura histórica de relevância incontestável. Seu legado intelectual, sua dedicação à ciência e sua atuação como divulgador da cultura *paulista* no interior do Brasil — e até mesmo no exterior — o tornam um personagem digno de respeito e memória, especialmente por sua colaboração notável nas áreas médica e das ciências naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. José Patrício da Silva Manso (1740-1801): um pintor colonial paulista restaurado. São Paulo: 9.^a SR / IPHAN, 2007. Projeto Documentação de Bens Culturais e Monumentos Tombados.

DAUNT, Ricardo G in Almanach Literário de São Paulo 1880 Ano V – Reminiscências de Campinas – Bairro, Freguesia e Cidade publicado por José Maria Lisboa Tipografia da Província, São Paulo:1879

MAGALHÃES, Basílio Gama de in Arquivos do Museu Nacional Volume XXII – Biografia de Antonio Luís Patrício da Silva Manso Imprensa Nacional Rio de Janeiro:1919

MONTEIRO, Remédios J.— Biografia do doutor Antonio Luiz Patrício da Silva Manso *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LIII

MURAYAMA, Eduardo Tsutomu. A pintura de Jesuíno do Monte Carmelo na Igreja da Ordem Terceira do Carmo de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Instituto de Artes da UNESP, 2010. Orientador: Dr. Percival Tirapeli

OLIVEIRA, Benedicto Octavio *in Revista do Centro de Ciências Letras e Artes Fascículo III n.19 de 30 de setembro de 1908*, Campinas Tipografia Brasil de Rothschild & Co. São Paulo :1908

SAINTE-HILAIRE, Auguste - Voyages dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine par M. Auguste de Saint Hilaire – Tome I Arthur Bertrand, Libraire-Éditeur, Libraire de la Société Géographie – Paris :1851

SCRIPTORE, Genaro Campoy – Freguesia, Vila e Cidade de uma Campinas Velha 1774 – 1889 1ª Edição – Ed. Particular Campinas-SP :2023

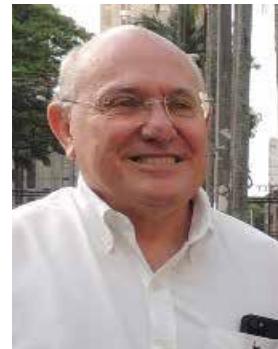
TIRAPELI, Percival. Igrejas Paulistas: barroco e rococó. São Paulo: UNESP - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 2004

Foram consultados Arquivos e Periódicos

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo – Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Assunção – São Paulo - Paroquia da Sé – Livro VII folhas 54 verso.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – Campinas - Paroquia de Santa Cruz – Livro V folhas 25 verso.

Jornal Diário do Rio de Janeiro – Edição 131 de 17 de junho de 1842 p.1



Genaro Campoy Scriptore é administrador de empresas, especialista em Tecnologia da Informação, pesquisador, escritor e membro do Conselho Fiscal do Centro de Ciências, Letras e Artes da cidade de Campinas. Atua principalmente nas áreas de E-commerce, Inovação e Inteligência Artificial, com experiência em consultoria para desenvolvimento de sistemas automatizados. É também escritor e autor do livro Freguesia, vila e cidade de uma Campinas Velha, 1774-1889 (2023). Contato: gcampoyscriptore@yahoo.com

BRASIL: UMA SÓ LÍNGUA

Agostinho Toffoli Tavolaro

Não são poucos, no exterior, aqueles que se surpreendem ao saber que no nosso Brasil a língua que falamos é o português e não o brasileiro. Mais lhes causa surpresa, ainda, ao saber que não existe língua brasileira. Fastidioso ainda nós explicarmos-lhes os eventos históricos que nos levaram a termos nosso linguajar no idioma luso, bem como lhes explicar que não obstante nossa extensão territorial que nos coloca no 4º lugar das maiores nações do mundo e uma população de cerca de 213 milhões de habitantes, nossa língua é una, sem maiores distinções entre as várias unidades da federação. Desde logo, cabe-nos assinalar que a assertiva da unicidade da nossa língua não é pacífica dentre os estudiosos, para quem a homogeneidade linguística brasileira constitui um semióforo, falsa percepção de que vivemos em um país monolíngue, como escreve Rute I. Simões Conceição, contrapondo-se à Academia Brasileira de Letras, para quem “temos a sorte e o destino de possuir uma só e poderosa língua de cultura”.

Cabe aqui, em um escrito inserido em publicação de uma casa de saber qual o CCLA – Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, fundado em 1901 e que desde sua concepção sempre teve à sua frente e em sua composição luminares da literatura brasileira, ressaltar as origens de nosso falar e escrever desde o sermos descobertos por Cabral até os nossos dias.

Observando as limitações de espaço, temos aqui de perpassar ao de leve as etapas escritas e orais de nosso linguajar, percorrendo desde a língua geral brasílica, a língua geral paulista, a classificação dialetal brasileira, o por alguns chamado de dialeto paulista, o dialeto caipira e sua persistência nas cantigas e canções populares, a absorção de termos das correntes imigratórias para chegar às letras e linguajar de nossos dias e concluir com nossa antevisão do que nos oferta o futuro.

A língua geral brasílica (mistura de línguas indígenas, português e castelhano a que se agregaram posteriormente línguas africanas – 1500/1700), a língua ensinada pelos jesuítas, no afã de pregar a fé cristã aos nativos, teve seu ensino proibido pelo Marquês de Pombal ao expulsar os jesuítas (Alvará Régio de 28/07/1759). Fatos que a nosso ver merecem destaque é referir que o Santo José de Anchieta escreveu “*A Arte da Gramática da Língua Mais Usada nas Costas do Brasil*”, como assinala Arnaldo Niskier e que o Padre Antônio Vieira em seu Sermão do Espírito Santo, pregado em São Luiz do Maranhão quando ali esteve (1655/1661), refere-se à existência de mais de 150 línguas indígenas, destacando ainda que ao designar os brasileiros usava o gentílico “*brasís*”, mencionando ainda a lenda de que Cristo, ao atribuir aos apóstolos a missão de propagar pelas várias áreas geográficas do mundo, teria dado a Tomé, “*o mais culpado de incredulidade*”, a missão de pregar no Brasil, pois

onde “maior a culpa maior a penitência”. Esta língua geral dividia-se em dois ramos: o setentrional (Região Amazônica) e o meridional (posteriormente denominado língua geral paulista), este tendo na formação indígena a predominância do guarani.

A língua geral paulista teve origem no falar dos bandeirantes, misto de dialetos dos índios tupi de São Vicente e do alto Tietê, do português, do espanhol e do guarani, utilizada nas terras por onde passaram os desbravadores e se estabeleceram alguns, praticamente extinta, pois sobre ela somente poucos documentos foram escritos, conhecendo-se até 2014 apenas o dicionário de verbos do naturalista Carl Friedrich Von Martius e uma pequena lista de vocábulos do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, como informa o IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística de Florianópolis – SC, que saudou para orgulho nosso de Campinas, o trabalho da linguista Fabiana Raquel Leite que, na nossa UNICAMP, em sua dissertação de mestrado *A Língua Geral Paulista e o Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasílica* apresentou 1.311 entradas, nela ainda identificando um manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, provavelmente do século XVIII, intitulado “Vocabulário da Língua geral dos Índios das Américas”, conforme noticiou o Jornal da Unicamp, ano 2014, nº. 591. A extinção da língua paulista geral deveu-se principalmente à descoberta pelo bandeirante Borba Gato das minas de ouro na região de Vila Rica e Sabará, ao fim do século XVII, que gerou uma verdadeira corrida do ouro às então “minas gerais”, atraindo principalmente pessoas de fala da língua portuguesa, fenômeno similar ao que ocorreu no final do século seguinte na América do Norte, ali denominado “gold rush” para a região do Klondike.

No século 19 tivemos, na antiga província de São Paulo, o dialeto caipira, modo de falar distinto e inconfundível, que dominava a grande maioria da população e estendia sua influência à própria minoria culta, como assertou Amadeu Amaral, nascido na antiga freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio de Água Choca, nome Água Choca, pelo qual ainda nos anos 1950 ouvimos designar aqui em Campinas a hoje cidade de Monte Mór, então integrante do município de Capivari, e que nós, do curso científico do saudoso Colégio Ateneu Paulista e colegas do Dr. Azis Calil Kisma Canfur, usávamos Água Choca derrisoriamente para designar sua cidade natal. Da sua esplendida obra “O DIALETO CAIPIRA” publicada em 1920 e que lhe valeu dentre outras a cadeira nº. 15 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a nada mais nada menos que a Olavo Bilac, cabe assinalar que na Introdução descreve o menosprezo ao modo de falar paulista, de tal modo que quando se tratou no Senado do Império da criação dos cursos jurídicos no Brasil, em 1827, “houve quem alegasse contra isto o linguajar dos naturais, que inconvenientemente contaminaria os futuros bacharéis, oriundos de diferentes circunscrições do país...”.

Primeiro filólogo a estudar cientificamente um dialeto nacional, em um verdadeiro tratado sobre o tema, em sua Introdução formula normas para a aferição e estudo dos temas de dialeto, capitulando em 186 páginas sua divisão como segue: I – Fonética, II – Lexologia, III – Morfologia, IV – Sintaxe e V – Vocabulário. Atualizando seu labor, anota que o dialeto paulista achava-se acantonado em pequenas localidades e subsistia fora daí, na boca de pessoas idosas. Escrito em 1920 cabe-nos, 125 anos depois, dizer que o dialeto caipira não mais existe como tal,

remanescendo, no entanto como folclore no cantar sertanejo, onde encontramos canções como "Mi Leva", cantada por Ivon Curi e Carmelia Alves (1949), que assim principia: "*Mandei arriá meu cavalo, Qué hora d'eu viajá, Pertei a mão da morena, Ela se pois a chorá, Num chora não moreninha, Que eu vô e torno a vortá, Me dá um abraço apertado, Qui é p'ra mim salembrá, Antonce ela falô Mi leva*"; ou ainda Maringá, canção de Joubert de Carvalho, lançada por Gastão Formenti em 1932, que nos anos 1946/47 era cantada pelos retirantes e roceiros do norte do Paraná e do oeste de São Paulo, que viam a chance de com suas pás e picaretas ter um emprego certo na construção de uma nova cidade, cantavam o estribilho no seu linguajar que depois deu o nome à cidade: "*Maringá, Maringá, Vorta aqui p'ru meu sertão, P'ra di novo o coração, Dum cabroco assussegá.*"

Aberta a trilha por Amadeu Amaral, destaquemos a pesquisa que realizou Cândida Mara Ribeiro Leite, em tese de doutorado defendida e aprovada na Unicamp, datada de 2010 em que justifica a ênfase que dá à pesquisa em nossa Campinas, cidade que apoda "capital do interior paulista", focando a fonética do "/r/", que viu como estigmatizado por parte da população, vemos que lhe seguiu os passos Livia Carol Baenas Barizon que, em tese defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFLCH), da USP, vendo o dialeto em desuso de um modo geral, principalmente na faixa etária dos jovens (18/25 anos).

Volvendo à nossa afirmação de que nossa língua é monolítica, não mais existindo dialetos em nosso país, fazêmo-lo sem olvidar que autores de nomeada, partindo do conceito de que dialeto é forma de expressão linguística de uma comunidade ge-

ograficamente inserta em uma comunidade maior de usuário da mesma expressão vocal, vale dizer, do mesmo idioma. Partindo deste conceito, a Wikipédia, a encyclopédia hoje mais utilizada no mundo, relaciona para a língua portuguesa nada mais nada menos que 43 dialetos, nesta relação figurando 15 dialetos brasileiros a saber: amazonense, baiano, português brasileiro, brasiliense, caipira, carioca, fluminense, gaúcho, mineiro, nordestino, paulistano, recifense, serra amazônica, sertanejo e sulista. Temos para nós, contudo, que dialeto é a linguagem de uma comunidade que é ininteligível para outra do mesmo país. Na verdade, em nosso país, o que temos são pequenas diferença de expressão que não afetam o entendimento de quem as ouve, ainda que residente em outras unidades da federação, ou mesmo em outros municípios. Por exemplo, a fruta cítrica denominada mexerica ou mixirica, em uma região do Brasil, recebe em outras denominações, quais tangerina, poncan, bergamota, laranja-cravo, Clementina, facilmente sendo entendida em outra região do país. Qualquer brasileiro deslocando-se no território nacional comprehende a designação, como também acontece com gírias diversas e expressões idiomáticas.

Não nos esqueçamos ainda que a saída de palavras do léxico, como ensina nosso confrade da Academia Campinense de Letras, Antônio Suárez Abreu, pode ter como motivos seu envelhecimento, ou desaparecimento das coisas que designa, ou sua redenominação, citando como exemplo a expressão *cérebro-eletrônico*, hoje substituída pelo que chamamos *computador*. Não olvidemos também que a imigração nos traz palavras estrangeiras que são incorporadas ao nosso linguajar com o passar do tempo,

como as utilizadas na culinária, nas artes e na ciência e que com o advento da tecnologia vem sendo incorporadas ao nosso léxico e, aquilo que nós, os da geração dita prateada, abominamos, as siglas, expressões e imagens substituindo, nas redes sociais, vocábulos que apreendemos nas escolas e, no dia a dia, pela IA (outra sigla que não conhecíamos até pouco tempo atrás = inteligência artificial ou, no vocabulário atual AI, em inglês). De lembrar que Sir Arthur Conan Doyle colocou na boca de Sherlock Holmes a crítica de que é necessário que o pensador deve ter a capacidade de ponderar todos os fatos e conhecimento, mesmo nesses dias de educação livre e encyclopédias (*days of free education and encyclopaedias*) é um feito raro (e aqui, lembramos nós, nos dias em que havia somente a encyclopédia britânica). Isto no ano de 1892, quase se aproximando já dos duzentos anos.

Se o esperanto não teve sucesso como língua universal, será que aos nossos pós-teros estará reservada uma nova forma de expressão, nem sequer verbal?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Suárez - *Gramática Integral da Língua Portuguesa: Uma Visão Prática e Funcional*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, p.116.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS - *Língua e Unidade*. <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1005&infoid=1>.
- AMARAL, Amadeu - *O Dialeto Caipira*. http://groups.google.com/group/digital_source
- BARIZON, Lívia Carolina Baenas. *O Léxico Caipira: Tesouro da Língua às Margens do Anhembi*. USP 2022
- CONAN DOYLE, Arthur. – *The Adventures of Sherlock Holmes – The Five Orange Pips*. p.139 – Flame Tree Publishing- London-2019, p.138.
- CONCEIÇÃO, Rute Izabel Simões. *A Língua portuguesa no Brasil: a construção de um semiófero*. www.fflch.usp.br/dlcvlport/pdt/slp27/04.pdf
- LEITE, Cândida Mara Raquel Britto. *O /R/ Em Posição de Coda Silábica na Capital do Interior Paulista: Uma Abordagem Sociolinguística–Campinas*, 2010, UNICAMP
- LEITE, Fabiana Raquel - *A Língua Geral Paulista e o “Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasílica”* – Campinas, 2013 - UNICAMP - Também “in” Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.
- NISKIER, Arnaldo - *História da Educação Brasileira: de José de Anchieta aos dias de hoje-1500/2010.3^a*. ed. São Paulo: editora Europa, 2011, p.45.
- TAVOLARO, Agostinho Toffoli – Segunda Coletânea Cívica – Clube dos 21 irmãos Amigos de Campinas – *A língua portuguesa: Fator da Unidade Nacional* – 2014 – pag. 147.
- VIEIRA, Padre Antônio - *Sermão do Espírito Santo*. <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documents/?=download&id=28.742>



Agostinho Toffoli Tavolaro – Advogado, sócio de Tavolaro e Tavolaro Sociedade de Advogados, Membro da Academia Paulista de História, da Academia Campinense de Letras (Presidente 2006/2016), do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Campinas, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e Conselheiro do CCLA.

BIBLIOTECA CÉSAR BIERRENBACH: GUARDIÃ DA MEMÓRIA CAMPINEIRA

Priscila Gomes C. Santos e Kelly Keiko Koti Dias

A Biblioteca César Bierrenbach, situada no Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA), em Campinas, é um dos espaços ricos e históricos de preservação do conhecimento na cidade. Com um acervo de mais de 150 mil livros, abriga coleções especiais, obras raras e documentos que atravessam mais de um século, revelando a trajetória cultural e intelectual da cidade e região. Foi criada junto ao centro, através de doações dos seus associados, entre eles diversas personalidades do campo da medicina, direito e literatura como o escritor Affonso Arinos (1930-2020), o pintor Benedito Calixto (1853-1927), o jurista Clóvis Bevilacqua (1859-1944), o escritor Coelho Neto (1864-1934), um dos fundadores de nossa entidade e que enfatizou a importância da literatura em Campinas, bem como o político e ex-presidente da República, Manuel Ferraz de Campos Salles (1841-1913), o qual teve enorme contribuição sob o pensamento positivista e republicano dos sócios.

Além da rica História do Centro e de sua biblioteca, que é uma construção do pensamento desses intelectuais ativos em sua trajetória, devemos ressaltar que uma das preciosidades do espaço é a *Coleção Campiniana*, dedicada exclusivamente à história, cultura, geografia, política e sociedade de Campinas. Essa coleção está em constante crescimento e se tornou o centro das atenções após uma recente reestruturação na política da biblioteca: o foco agora

está voltado prioritariamente para materiais relacionados à cidade de Campinas e seu entorno, abandonando o antigo objetivo de reunir acervos generalistas ou globais. Essa mudança estratégica reflete um esforço consciente de fortalecer a identidade local e valorizar as fontes de memória regional.

A reestruturação veio sob a urgência da pandemia de COVID-19, como muitas instituições culturais, a biblioteca precisou fechar suas portas. Esse período também marcou o fim de uma era, com o falecimento da bibliotecária Maria Alice Paganote, figura ilustre e dedicada, que deixou um legado de zelo e paixão pelos livros.

Com sua reabertura, a biblioteca retomou suas atividades sob administração da diretora Sandra Palermo Funari, que providenciou recursos para melhoria e formação de uma nova equipe formada por uma historiadora e estudante de biblioteconomia, além de uma bibliotecária que assumiu o trabalho de reorganizar todo o acervo. O desafio é grande, pois o sistema anterior Winisis de catalogação foi perdido por ter se tornado obsoleto e não houve a migração para uma nova base de dados, exigindo um recomeço praticamente do zero.

Essa situação demandou a urgência em configurar uma Política de Acervo, contando com o debate e construção através das funcionárias da biblioteca e da gestão atual do CCLA, principalmente por ser um

documento que dá um direcionamento à biblioteca e futuros projetos. Os pontos chaves da Política foram com a preocupação na aquisição, desabastecimento, doações, base de dados e funcionários. Com essas questões em mente e esse norte, a equipe optou pelo uso do software aberto, livre e gratuito BibLivre, uma base de dados como alternativa moderna e acessível para a gestão do acervo. Até o momento, cerca de 1.500 livros já foram catalogados, e mais de 100 títulos de periódicos identificados e alguns inseridos na nova base de dados. O trabalho também inclui a difícil tarefa de organizar os cerca de 50 mil títulos de periódicos existentes, além da higienização, reconhecimento dos demais livros e a busca em atender aos usuários. Outra preocupação é com o processo chamado desbastamento, que consiste na remoção criteriosa de materiais que não se alinham mais com a nova linha curatorial. Essa etapa visa abrir espaço para as novas coleções, melhorar a organização do acervo e oferecer um atendimento mais eficiente ao público.

Um dos claros objetivos da biblioteca é dar acesso aos usuários. Por isso, embora esteja aberto a estes, é necessário agendamento prévio, permitindo que a equipe prepare o ambiente e faça levantamento de obras para as visitas especializadas. Essa medida busca garantir uma melhor experiência para os visitantes — que, inclusive, vêm de várias partes do Brasil e do mundo em busca de materiais que, muitas vezes, só existem ali. O esforço constante e planejado da Biblioteca César Bierrenbach segue, assim, como uma instituição viva, que se reinventa, mas não abandona sua missão: preservar, organizar e disponibilizar o saber, com um olhar atento e afetuoso para a história de Campinas.



Priscila Gomes Cruz Santos – Bacharel em Ciência da informação e Biblioteconomia pela (PUC-Campinas). Especialista em Desenvolvimento do Potencial Humano dentro das Organizações (PUC-Campinas), vasta experiência com catalogação de acervos na UNICAMP, PUC-Campinas, Faculdade São Leopoldo Mandic. Bibliotecária do CCLA.



Kelly Keiko Koti Dias, Historiadora e auxiliar da Biblioteca do CCLA-Campinas

O QUE É

Sandra Palermo Funari

Le lac

Alphonse de Lamartine

*Ainsi, toujours poussés vers de nouveaux rivages,
Dans la nuit éternelle emportés sans retour,
Ne pourrons-nous jamais sur l'océan des âges
Jeter l'ancre un seul jour ?*

Tarde mansa de domingo, sol morno, sentidos embotados pela lassidão...

Nesse cenário me deixei ir simplesmente olhando o céu todo polvilhado de nuvens “pecorelle”, como diria minha avó, afeita a frases da tradição oral dessas que atravessam gerações. Muitas são repetidas sem ao menos sabermos exatamente o significado, mas sempre soam perfeitamente adequadas.

Enquanto meu pensamento flutuava nas ondas do passado, relembrando minha querida avó que me criou até os 7 anos e à qual agradeço eternamente pelas lições transmitidas, olho novamente o céu e as “pecorelle” já tinham desaparecido, substituídas por nuvens gorduchas, parecendo bochechas, daquelas que dá até vontade de beliscar.

Mais uma vez deixei minha mente voar. Ao fundo, clamor do povo fanático pelos gols marcados pelo time de futebol de sua escolha. Aliás, nunca consegui entender todo fanatismo e irracionalidade que cerca a multidão diante de um embate esportivo. Saltou à minha mente informações colhidas durante uma das minhas viagens à Espanha – curiosamente aprendi mais sobre os esportes romanos na Espanha que em Roma. Em

Mérida vi um dos melhores museus sobre a arte romana: imperdível.

Assim como mandatório é visitar o Teatro e o Anfiteatro, este construído no ano 8 a.C., onde aconteciam as lutas entre gladiadores, feras selvagens e competições esportivas.

Do histórico dá pra depreender que os gladiadores, na maioria escravos, ganhavam fábulas de dinheiro, quando comparado à remuneração geral da população. Abastados, compravam sua independência e usufruíam de uma vida nababesca, nada semelhante com o viver dos demais “mortais”.

Os romanos formaram uma excelente civilização. Mas, não são mais. Se foram como outras tantas civilizações, das quais só podemos beber da herança que nos deixaram, transformada e enriquecida no correr dos séculos. Entre os legados constava o requinte em saber distrair a população através do “pão e circo”.

Desde sempre a espécie humana fez do entretenimento um elemento vital na sua existência. Muda-se o cenário, mas o conteúdo é sempre o mesmo: boxe, corridas (sejam elas de quais tipos forem), futebol (inglês ou americano), basquete, tênis e tantos outros, considerados esportes de competição, figuram como contraponto ou ponto de fuga às realidades materiais ou mentais. A par e passo surgem as artes, que não são competitivas na sua essência, mas que nos

levam também a um estado de confronto com a realidade e apaziguam o nosso ânimo.

E assim deixe-me surfar nos pensamentos e nas conclusões de quanto são necessários esses “alimentos”, muito embora também sejam fugazes: um tempo fora do tempo.

Tentei me erguer da poltrona, não sem antes olhar novamente o céu, curiosa, e claro, não me desiludi: novas formas pintavam o céu. Nuvens diáfanas, diluídas no azul tímido, como que em busca de uma forma mais adequada, sem conseguir alcançar o objetivo. Tamanho bálsamo aos olhos me fez esquecer o porquê eu queria me levantar e me deixei ficar na poltrona, enlevada....só uma vida fluida. Sonhar não custa nada.

Pelo reduzir da temperatura me dei conta que o Sol estava se despedindo, dando espaço para sua irmã Lua brilhar no firmamento, não sem antes tingir o céu com tons róseos de baunilha – vanilla sky. As nuvens, solidárias, também se retiraram para deixar as estrelas marcarem sua presença.

Mais um novo cenário! O que era, não é mais.

Toda essa movimentação me trouxe de volta a uma afirmativa inquestionável: façamos o que fizemos não conseguimos deter o tempo. O relógio roda. A Terra gira. Os elementos se transformam. Quantas vezes, nos raros momentos de felicidade gostaríamos que o relógio parasse, a Terra se detivesse e pudéssemos usufruir daquele instante e fazer dele eterno? Somos, assim como as nuvens, arrastados para novas paragens, sem o direito de lançar a ancora onde e quando quiséssemos. O que é não será mais, inexoravelmente.

BORN LOSER 00

Meu cão felizmente me serve de estímulo e justificativa para andar pelo menos meia hora todo dia. Os meus médicos agradecem e meu cão muito mais.

E lá vamos nós passear pelo bairro. Muitas árvores, plantas de todas as espécies. Casas bem construídas denotando um status de vida no qual me sinto meio peixe fora d'água. Digo meio porque meus filhos, por mais que eu relute, dizem que somos pertencentes a uma elite privilegiada dentro deste país. Éta país pobre! Afinal, me sinto classe média – bem média – fazendo contas antes de gastar e caminhando horrores para economizar alguns trocados. Enfim... tudo é uma questão de relatividade!

Passear também torna a pessoa mais próxima ao cotidiano das pessoas que moram no pedaço. Mas não tão próximas já que essas pessoas não saem de casa, a não ser dentro de suas potentes máquinas despejadas das entradas das casas através das bocas escancaradas dos portões eletrônicos. E foi através de um desses portões que vi sair uma bela máquina prateada, dirigida por um “alienígena” escondido atrás dos vidros escuros.

Estava o portão por fechar quando dele saiu, tropeadamente, um senhorzinho de idade indefinida (seria velho ou surrado pela vida?), moreno à la mineira, magrinho, ligeiramente encurvado, boné enterrado na cabeça, calças surradas de um preto indefinido e uma camiseta de cor cinzenta. Nela, gritando em amarelo forte, os seguintes dizeres:

BORN LOSER
E no mesmo amarelo berrante: *00*
Qual seria a ironia?

O senhorzinho se inclinou com toda a humildade junto à janela do passageiro inexistente e perguntou algo ao motorista alienígena. Não vi a continuação dos fatos, pois seria sumamente descortês de minha parte ficar ali plantada observando algo que não me dizia respeito.

Prossegui no meu caminho, mas meu pensamento já não mais me pertencia. Estava aprisionado na questão da eterna dualidade. Haveria fatalidade em se vestir com algo que representava a vida daquele senhorzinho? Teria sido ele a querer compartilhar com o mundo a razão da sua existência? Estaria ele tão conformado que achava melhor já deixar isso claro logo de pronto?

Ou, mais tristemente, ter-lhe-ia sido dada a referida camiseta por alguém, sabedor que o coitado mal apenas conseguia falar a língua nativa, quanto mais um estrangeirismo... E se esse fosse o caso... "shame on him or her!"



Cheguei a casa ainda sob o peso do impacto da frase e perdida na indagação:

- quantas pessoas estariam carregando seu destino, sua vida, em emblemáticas frases em uma simples camiseta.

- FATALIDADE À MOSTRA -

Incertezas...

*Não sei o que existe em mim
Tristeza vã das horas vãs
Horas vazias do amanhã*

*Não sei o que existe em mim
Talvez a certeza da incerteza
Que em mim chega ao fim*

Fim de mim

Sombras Projetadas

*Possamos projetar as sombras de nossas
virtudes*

*E nos tornar grandes:
Dar não só o que temos
Mas dar o que somos
Compreender o pensamento e não a palavra
Sentir a emoção e não a explosão
Lutar pela HARMONIA sem cair na discórdia
Absorver o positivo e ignorar o negativo
Viver a alegria de viver sem pensar na partida
E, acima de tudo, amar
Eterna e longamente amar*



Sandra Palermo Funari é 1ª. Tesoureira e diretora da Biblioteca “César Bierrenbach do CCLA; bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais; italiana por nascimento e brasileira por adoção; especializada em Técnicas de Negociação.

MÚSICA, CULTURA E SOCIEDADE: A TRAJETÓRIA SOCIAL DOS MÚSICOS NO BRASIL

Caius Marcelus Godoy

A música ocupa um lugar central nas práticas simbólicas da sociedade brasileira, atravessando diferentes épocas, camadas sociais e espaços culturais. Para além de seu valor artístico ou expressivo, é relevante lembrar que a música é produzida por pessoas, como músicos, compositores, intérpretes, arranjadores, regentes e produtores, que historicamente enfrentaram distintas formas de valorização, marginalização e transformação social. Reflete-se, aqui, sobre a complexa relação entre música, cultura e sociedade no Brasil, com ênfase na posição social dos profissionais da música desde o período imperial até os dias atuais, além de considerar as influências da música erudita e do jazz na formação de repertórios e identidades musicais brasileiras.

MÚSICA COMO PRÁTICA CULTURAL E SOCIAL

Entender a música como prática cultural significa reconhecê-la como um fenômeno que transcende a estética e se enraíza nos modos de vida. A música se constrói em contextos sociais concretos, revela valores, memórias e visões de mundo, e participa ativamente da constituição de identidades e disputas simbólicas. No Brasil, essa prática nunca foi homogênea: desde o início da formação do país, diferentes segmentos sociais atribuem sentidos diversos à música, que ora é elemento de prestígio e elevação, ora de resistência e denúncia.

Os músicos, nesse processo, atuam como mediadores entre a tradição e a inovação, o sagrado e o profano, o oficial e o popular. Historicamente, porém, a profissão de músico oscilou entre reconhecimento e invisibilidade. Durante séculos, músicos foram considerados “serviçais”, empregados de igrejas, casas aristocráticas ou do Estado, sem o status pleno de artistas ou intelectuais. Mesmo entre os compositores de formação erudita, a luta por reconhecimento social foi constante, sobretudo no contexto de um país marcado pela desigualdade e pelo racismo estrutural.

IMPÉRIO, IGREJA E MÚSICA ERUDITA: A FUNDAÇÃO DE UMA AMBIGUIDADE

No período imperial, a música erudita desempenhou papel fundamental na formação da cultura oficial brasileira. Os músicos ligados à corte, às irmandades religiosas e às bandas militares formavam um grupo relativamente respeitado, mas ainda subordinado às elites políticas e religiosas. Muitos desses músicos eram homens negros, libertos ou escravizados, cuja formação e desempenho musical contrastavam com o preconceito social que sofriam. A música sacra e de concerto representava, ao mesmo tempo, uma expressão de sofisticação estética e um espaço marcado pela exclusão social.

Por outro lado, a influência da música clássica europeia nesse período foi determinante para a organização das instituições

musicais: conservatórios, sociedades filarmônicas e escolas de música foram criadas com base nos modelos europeus. Essa herança moldou a prática e o ensino da música no Brasil por gerações, valorizando a escrita musical, a forma-sonata, o contraponto e os ideais de “alta cultura”, muitas vezes em detrimento das tradições orais ou populares.

Ao mesmo tempo, surgiram experiências híbridas. Músicos que transitavam entre a partitura e a improvisação, entre o templo e a rua, entre o concerto e o batuque. Esse trânsito é revelador da originalidade da cultura musical brasileira, mas também da tensão constante entre reconhecimento institucional e marginalização social.

REPÚBLICA, URBANIZAÇÃO E O MÚSICO COMO TRABALHADOR

Com a proclamação da República e o avanço da urbanização, a música brasileira passou por mudanças importantes. A emergência de gêneros como o choro, o maxixe e, posteriormente, o samba urbano, revelou o protagonismo de músicos populares na construção de uma identidade sonora nacional. Embora muito admirados, esses músicos, em sua maioria negros, mestiços e pobres, continuavam sendo alvo de preconceitos e exclusões.

A profissionalização da música como ofício passou a ser reivindicada com mais força no início do século XX. Músicos batelaram por regulamentação da profissão, sindicatos e acesso a direitos trabalhistas. Ainda assim, muitos continuaram exercendo múltiplas funções: eram ao mesmo tempo

instrumentistas, professores, copistas, compositores e regentes, muitas vezes com baixos rendimentos e reconhecimento limitado.

Ao mesmo tempo, a tradição erudita se modernizava. Orquestras sinfônicas, festivais e escolas de música foram fortalecidos, em parte com apoio estatal. Músicos eruditos passaram a disputar espaço no cenário cultural como representantes de um “Brasil culto”, ainda que frequentemente distantes da realidade social da maioria da população. A música clássica, assim, se afirmava tanto como legado quanto como projeto, tendo seus profissionais inseridos em estruturas de prestígio institucional, mas nem sempre com estabilidade profissional.

JAZZ, BOSSA NOVA E A HIBRIDIZAÇÃO DA IDENTIDADE MUSICAL

A partir da década de 1950, o jazz norte-americano passou a exercer influência marcante sobre a música brasileira, sobretudo no contexto da bossa nova. Elementos como a harmonia complexa, o fraseado rítmico e a liberdade de improvisação foram incorporados ao samba, criando uma sonoridade refinada e cosmopolita. Músicos brasileiros passaram a dialogar com o jazz não apenas como referência estética, mas também como modelo de performance e valorização do intérprete-criador.

Esse movimento, entretanto, não se deu isoladamente. A influência da música clássica também foi central na construção dessa nova linguagem. A formação de muitos músicos em conservatórios e escolas formais propiciou a assimilação de estruturas composicionais eruditas, técnicas de arranjo orquestral e um senso de sofisticação formal que se

expressava mesmo em gêneros populares. Esse entrelaçamento de tradições africanas, europeias e americanas se tornou um dos traços mais distintivos da música brasileira do século XX.

A figura do músico nesse período passou a ocupar novos espaços: o palco, o estúdio, a televisão, o rádio. O músico popular urbano tornou-se ícone cultural, ao mesmo tempo reverenciado e mercantilizado. Ainda assim, as desigualdades persistiam: o acesso à formação musical de qualidade continuava restrito, e o prestígio artístico nem sempre se traduzia em condições dignas de vida.

MÚSICOS E INDÚSTRIA CULTURAL: ENTRE O ESPETÁCULO E A PRECARIEDADE

A partir dos anos 2000, com o avanço da indústria cultural, da mídia de massa e da era digital, os músicos passaram a integrar engrenagens cada vez mais complexas. Se, por um lado, surgiram novas oportunidades de carreira, projeção e visibilidade, por outro, a lógica do mercado passou a influenciar fortemente as decisões estéticas e os rumos profissionais, muitas vezes em detrimento da autonomia criativa e da estabilidade material.

A figura do músico independente surgiu como alternativa à relação de exclusividade e subordinação com as grandes gravadoras, mas também implicou novos desafios: autogestão, informalidade e instabilidade financeira. A era digital trouxe possibilidades inéditas de produção e difusão musical, mas também intensificou a concorrência, a desvalorização do trabalho autoral e a dificuldade de sustento por meio da arte.

Músicos eruditos enfrentam dilemas semelhantes. Orquestras públicas enfren-

tam cortes de verbas, músicos concursados veem seus salários congelados ou postos de trabalho extintos. Ao mesmo tempo, projetos sociais com orquestras jovens e escolas populares de música têm ampliado o acesso ao ensino musical, promovendo transformações importantes no perfil dos novos músicos profissionais.

MÚSICA E TERRITÓRIO: RESISTÊNCIA E REINVENÇÃO

A música é também expressão territorial. As sonoridades do Brasil não são apenas estilos ou gêneros, mas paisagens sonoras vividas: o maracatu do Recife, o tambor de crioula do Maranhão, o funk das favelas do Rio, o forró das periferias nordestinas, o sertanejo dos interiores, a música de câmara nas igrejas barrocas de Minas, o rap nas quebradas de São Paulo.

Nesses territórios, músicos não apenas produzem cultura: eles resistem, educam, denunciam e constroem comunidades. A presença de festivais de jazz ou de concertos sinfônicos em bairros periféricos revela como a arte pode cruzar fronteiras simbólicas e sociais, quando há políticas públicas e projetos sustentáveis que reconhecem os músicos como agentes transformadores da sociedade.

A valorização plena da música brasileira passa, necessariamente, pelo reconhecimento da dignidade e da diversidade dos músicos brasileiros. Isso inclui desde mestres da cultura tradicional até jovens produtores digitais, passando por regentes, percussionistas, educadores musicais, técnicos de som e compositores experimentais. A história da música brasileira é, sobretudo, a soma das

vozes, saberes e experiências de quem a realiza em suas múltiplas formas.

Ao longo dos séculos, a música brasileira afirmou-se como uma das expressões mais ricas e inventivas da cultura nacional. No entanto, essa riqueza sonora só é possível porque há sujeitos que dedicam suas vidas à arte de fazer música, muitas vezes em contextos de exclusão, luta e invisibilidade.

Entender a música como prática cultural é, portanto, também reconhecer os músicos como protagonistas da história social brasileira. Seja na tradição erudita, na reinvenção popular ou na experimentação contemporânea, os músicos estão na linha de frente das transformações simbólicas do país.

Celebrar os 124 anos do Centro de Ciências, Letras e Artes é, também, reconhecer essa trajetória, marcada por sons, saberes e vozes que tecem, dia após dia, o Brasil profundo e plural que pulsa através da música.



Caius Marcelus Godoy é advogado, administrador de empresas e músico. Membro do CCLA – Centro de Ciências Letras e Artes – Carlos Gomes. O presente artigo é uma adaptação de sua monografia apresentada ao curso de Direito nas Universidades Salesianas em 2014, e integra um projeto acadêmico no âmbito de Mestrado em Musicologia.

O ORGANISMO SÁBIO

Clarissa W. Mendes Nogueira

*Voceis são rei de tudo/ Da mais alta realeza/
Mais ninguém pode mandar/
é na Santa Natureza.
Téo Azevedo, poeta e cordelista*

DOENÇA, PROCESSAMENTO VITAL

a doença não é apenas desequilíbrio e desarmonia; ela é também, e talvez sobretudo, o esforço que a natureza exerce no homem para obter um novo equilíbrio. A doença é uma reação generalizada com intenção de cura. O organismo desenvolve uma doença para curar a si próprio. (CANGUILHEM, 1943).

O entendimento de doenças como a face perceptível de processamentos em curso no organismo no sentido de manter a condição vivente nas melhores condições possíveis é concepção bem estranha para a ciência médica ocidental contemporânea. Todavia, é parte de sua história e consequência inexorável de uma análise isenta de conhecimentos por ela mesma produzidos.

Segundo o filósofo francês Georges Canguilhem (1904-1995), em sua obra seminal “O Normal e o Patológico”, duas representações de doença oscilam no curso da história da medicina, uma de caráter ontológico, isto é, doença-ser, persona, localizada, corporificada, “que entra e sai do homem”, como sugeriu o historiador Henry E. Sigerist (1891-1957). De outro modo, a doença dinâmica e totalizante, em que “a perturbação do equilíbrio/harmonia de um organismo é que se manifestaria como doença”.

A concepção ontológica formata medicinas centradas na doença, enquanto a concepção dinâmica é própria de medicinas centradas no homem doente, visão consonante com o aforisma de Hipócrates (460 a.C.-377 a.C.) “não existem enfermidades, apenas enfermos”.

Em sua obra Canguilhem visita o pensamento do médico francês François Broussais (1772- 1838), para quem “os fenômenos patológicos são somente variações quantitativas da fisiologia normal”, o que leva o filósofo a refletir sobre os conceitos de normal, anormal e anomalia, concluindo que, “para além da variabilidade, a doença compõe uma nova normatividade da vida”.

Canguilhem se inclina para o modo dinâmico, predominante nas medicinas ancestrais do oriente, e até meados do século XIX bastante presente no Ocidente, convivendo com ideações mágicas ou sendo subjugado pelas dominâncias religiosas, na dualidade corpo-alma do cristianismo, o corpo indigno, instrumento da divindade para castigo ou redenção. Essa visão foi abalada no século XVI quando Descartes (1596-1650) desestruturou o todo para analisar, o todo é a soma das partes e o ser humano uma reunião de maquinetas mecânicas.

Ao despontar da Revolução Científica, a doença transmuta-se em personagem depredadora desse maquinário e, invasora ou carreada no genoma, tem atitudes, espírito,

mau caráter, crueldade, hábitos, armamentos e até personalidade. É malévola, assassina, silenciosa, traiçoeira, feroz.

Segue-se um grande esforço dos cientistas em caracterizar e catalogar as doenças, que para serem vencidas devem ser “desmascaradas”, o que se reflete na atualidade no uso de exames laboratoriais e de imagem cada vez mais sofisticados, que invadem corpos, esmiuçam as lesões, seus modos de funcionamento, seus esconderijos, assim descobrir a doença propiciará fulminá-la, ou pelo menos, colocá-la sob rédeas. A imagem do caranguejo traiçoeiro, que irrompe mínimo e silencioso, nutrindo-se e esgueirando-se pelo corpo até declarar-se, vigoroso e cruel. O tratamento deverá atracar-se com ele ainda infante, arrancá-lo como erva daninha, ou então abatê-lo com drogas fortes e destrutivas, sofisticadas, complexas e cada vez mais caras, tendo por modelo as guerras insanas entre os homens.

A história da civilização humana não segue um sentido único, acontecimentos especiais, cataclismos, novos conhecimentos e outras variáveis impactam a evolução dos conceitos e paradigmas vigentes (*dóxa*), para o bem e para o mal. Da antiguidade, entre os meandros do pensamento mágico, despontam os egípcios já conceituando, em parte, causas naturais para o adoecimento, assim como os chineses, na unidade do equilíbrio do Yin/Yang e, sobretudo, os hipocráticos da escola de Cós, as várias gerações de médicos gregos denominados Hipócrates, o mais famoso deles no século V a.C., que associava as doenças aos Ares, Águas e Lugares.

Guerras e ocupações de territórios desbancaram o império da razão. O braço pesado dos vitoriosos desmanchou certezas, empoderou mentes brutais e impôs novas

verdades. Galeno de Pérgamo (129-216), médico militar na Roma Imperial, de origem grega, reinterpreta o legado de Hipócrates desvirtuando em parte sua filosofia natural e acentuando o papel dos humores, de maneira pouco consonante com o vitalismo hipocrático. Vai influenciar a medicina por séculos, par a par com o cristianismo, na busca da salvação da alma e desapego ao corpo fonte do pecado. Resistem as feiticeiras, os raizeiros e os barbeiros-cirurgiões, as instâncias religiosas detêm o conhecimento e os limites do que pode ser pensado e realizado.

Surpreendentemente, no século XII, à margem do Reno, a freira beneditina Hildegarda de Bingen (1098-1179) antecipa a revolução teológica de São Francisco de Assis e, com conceituação ecológica extremamente atual, utiliza um sistema de cura aplicando tratamentos naturais, ervas e dietas, receitas que ela declara ter recebido do Altíssimo nas ricas visões místicas que com frequência experimentava, em crises de enxaqueca que atormentaram seus dias até falecer aos 82 anos, em desgosto ao ter seu convento penalizado pelas autoridades eclesiásticas.

A partir do século XIII, o Renascimento revive a sistematização da razão. No despontar da Revolução Científica Descartes valoriza o racional e o mundo físico, Newton e Locke acentuam a visão do mundo como um relógio, assim também o corpo humano. Sucedem-se descobertas contundentes: William Harvey (1578-1657) descreve corretamente a circulação sanguínea, a dissecção de cadáveres por Andreas Vesalio (1514- 1564) revelou a anatomia e as lesões internas, a alquimia dispara a química e a farmacologia. Os novos conhecimentos configuram novas formas de compreensão das doenças e predomínio dos mecanicistas sobre os vitalistas.

Em meados do século XVIII, James Lind (1716-1794), oficial da marinha britânica, observava marinheiros que se recuperaram do escorbuto com suco de limões, que mais tarde se saberia conterem a vitamina C, cuja carência produz aquela enfermidade. Anos depois o holandês Christiaan Eijkman (1858-1930) se dá conta que as galinhas de seu laboratório alimentadas com arroz polido sofriam de um quadro semelhante ao beribéri humano, enquanto galinhas que recebiam arroz integral estavam saudáveis. Atribuiu o fato a uma possível contaminação do arroz polido por microrganismos ou toxinas. Seu sucessor, Gerrit Grijns (1865-1944), é que inferiu a deficiência de algo presente na casca do arroz, caracterizando a doença por privação de substâncias essenciais, no caso a vitamina B1, descontinando o papel da nutrição na produção de doenças.

O nascimento da clínica, os avanços na cirurgia e a difusão da vacinação no início do século XIX vão de encontro, na segunda metade do século, aos micróbios de Louis Pasteur (1822-1895) e Robert Koch (1843-1910), favorecendo a ideia de uma doença, que do exterior, penetra o vivente.

Entretanto a questão se mostrou muito mais complexa. O corpo é composto por unidades básicas, as células, como os vegetais, declaram Schleiden (1804- 1891) e Schwann (1810-1882), elaborando a Teoria Celular, a qual Virchow (1821-1902) acrescenta: “uma célula sempre provém da divisão de outra célula preexistente”, o que derrubou o conceito disseminado de geração espontânea. Contemporâneo a eles, Claude Bernard (1813- 1878) reconhece o “meio interno” sempre à procura do equilíbrio, a homeostasia.

O organismo é um sistema dinâmico com alta capacidade de compensação que põe em

prática seus programas ancestrais de regulação e adaptação. Programas que são leis da natureza. (EBERHARDT, 1942)

O século XX trouxe a biologia molecular e a genética. Hans Selye (1907-1982) revela as reações de alarme e fuga que permeiam os mecanismos de defesa frente a tensões e Sigmund Freud (1856-1939) envereda pelo metabolismo da mente. O desenvolvimento tecnológico permitiu aprofundar e desvendar os milhares de processos que compõem os seres vivos, até onde o conhecimento permite, tecidual, celular, molecular, atômico, subatômico.

Mas, afinal, o que é doença? A resposta parece óbvia, dor, sofrimento, perigo, invalidez ou morte. Todavia, essa definição contém abismos profundos e intrincados labirintos de imenso impacto na abordagem prática dos processos que permeiam a vida. Tanto no plano individual quanto coletivo, em seus múltiplos aspectos: psíquicos, emocionais, culturais, étnicos, econômicos e sociais.

O caminho escolhido para a resposta é crucial para a tomada de decisões perante indivíduos em sofrimento, ou sob ameaça, em risco de abreviação da vida ou de interferir em bem-estar, objetivos, intenções, ações e humores de homens e mulheres, também para o planejamento de ações de saúde, a tomada de decisões sanitária e propiciando discriminar quem merece amparo ser responsabilizado, aqueles que devem ser isolados e os que receberão benefícios previdenciários e bonificações sociais.

Para estabelecer um diagnóstico clínico, os dados a serem garimpados dependem do que está sendo procurado: um invasor? uma alteração? um desequilíbrio, um modo de ser. Há uma encruzilhada no ponto de partida: na perspectiva da doença ou do doente? Se da doença, exa-

mes laboratoriais e imagens são fundamentais, se do doente, é o interrogatório, a observação atenta, a palpação, os sentidos, os hábitos, dietas, a classe econômica e a inserção social, o colorido da pele, o brilho nos olhos, que são atributos também necessários na trilha da doença, porém menos enfatizados. O tratamento será combater a doença ou regular e restaurar a unidade orgânica.

O abalo provocado pelas descobertas de Pasteur trouxe os micróbios para a cena principal e as doenças para as “mãos” desses inimigos invisíveis e poderosos, que passaram a assombrar a vida moderna. “Para cada doença um micrório”, a ideia penetra profunda na ciência médica, delineando algo com vida própria e intenções anímicas, que se faz invisível ao olho humano, mas detectáveis à luz dos microscópios. Cada micrório na sua especificidade levaria a terapêuticas específicas. Assim, a ciência sai em busca das “balas mágicas”.

Balas mágicas foi o termo cunhado pelo ganhador do Nobel de Medicina de 1908, Paul Ehrlich (1854-1915): cada doença estaria atrelada a um alvo químico, bastando descobrir o antagonista correto para eliminá-la. As balas atingiriam apenas o alvo da doença, deixando intactas as outras estruturas do organismo. Foi quase verdade para doenças infecciosas bacterianas e parasitárias, porém as doenças vírais e as enfermidades não infecciosas continuam a desafiar o mundo científico.

A concepção doença-ser convive com dois outros conceitos próprios da mecânica: doença como defeito estrutural e “fadiga do material”. O defeito original, seja “de fábrica”, ou adquirido por exposição a toxinas ou carência de nutrientes essenciais, minerais como zinco, cálcio, magnésio, vitaminas, proteínas, lipídeos e carboidratos, substâncias imprescin-

díveis para fabricar hormônios, desenvolver músculos, formar ossos, permitir aprendizado enfim, compor todas as instâncias da existência.

Fadiga do material é o termo utilizado para a degradação pelos anos corridos, o temível envelhecimento, cuja assunção irrestrita desconsidera a propriedade dos sistemas vivos em desafiar o princípio da entropia, a tendência de toda matéria a se desagregar com o tempo. Essa propriedade é realizada através de seus próprios mecanismos intrínsecos e próprios de construção, regeneração e restauro. O envelhecimento é incontornável, entretanto pode ser suave e mais harmônico, se a vida é cumprida em acordo com as leis da natureza, especialmente quando enriquecidas pela sapiência humana.

A conceituação de doença como inimiga feroz pressupõe combates, armas poderosas e sofisticadas, alta tecnologia, inovações constantes e dispendiosas. Pouca ênfase dará no reforço das atividades orgânicas naturais.

É linguagem comum “Tenho asma”, “Peguei uma gripe”, “Ele foi levado por um câncer”, “Um vírus o atacou”, “Morreu após lutar bravamente contra a doença”, “Ganhei uma úlcera”. E mais: “as vítimas da AIDS”, e “os possuídos por uma psicose”. São autistas, diabéticos, paranóicos, alérgicos, pneumopatas, esquizofrênicos, todos submetidos a doenças assassinas, traiçoeiras, malignas, silenciosas, alojadas, possessoras. Como se os doentes tivessem sido capturados por algo vivo, um animalzinho sádico e invisível, ou um espírito maléfico, dedicado a espalhar, gratuitamente, ruína, sofrimento e morte.

A idealização do corpo enfermo como um campo de batalha onde um “ser” doença, portador de intrínseco espírito de crueldade,

intenta levar desse mundo a criatura, depois de submetê-la a toda sorte de sofrimentos e humilhações, é um conto de terror moderno com raízes na Idade da Pedra.

Na concepção dinâmica, por estranho que pareça, as doenças não existem! Doenças não estão na natureza, não estão escondidas em um misterioso baú, não são miasmas saídos dos esgotos. As entidades são constructos da racionalidade humana buscando categorias analíticas, conforme as diferentes apresentações e localização dos problemas. Nessa ótica, as doenças não assassinam, não torturam, não aleijam, não maltratam. Também não estão ocultas, disfarçadas, e nem são sorrateiras, não estão aí para serem descobertas ou desvendadas.

No limite, ninguém morre de câncer, tuberculose ou infarto. A morte é o resultado do esgotamento natural dos processos vitais ou da privação dos elementos essenciais oxigênio, água e nutrientes nas estruturas orgânicas indispensáveis à manutenção da dinâmica vital, seja a competência do coração em propulsionar o sangue para os tecidos, o abastecimento de estruturas por vasos sanguíneos contraídos, obstruídos ou lesionados, a deficiência crítica de minerais e enzimas ou a invasão de venenos que destroem as vias do movimento vital e da capacidade do organismo de se reorganizar e fabricar a energia que o impulsiona, enfim, de ter uma normatividade compatível com a vida na sua completude.

A não ser em condições extremas, doenças são o resultado perceptível desses movimentos interiores. Nenhuma doença é composta de elementos estranhos à biologia do doente, o câncer mais indiferenciado provém de uma célula original, em divisão desordenada. A doença, portanto, é produto da ação do próprio organismo, é construída dentro dele, em reação às condições a que está submetido,

no sentido de busca pela sobrevivência nas melhores condições possíveis.

O organismo é ativo e age na integralidade. Os processamentos do vivente para reorganizar a sua fisiologia abalada podem acontecer no sentido de verter para a superfície, buscando expulsar algo que o ameaça através de exonerações e secreções, transpassando a pele e mucosas produzindo diarreias, coriza, catarros e corrimentos, sudorese, eczemas, na maioria das vezes utilizando o mecanismo fundamental da inflamação, a via que possui para procurar restabelecer a potência individual, presente, em diferentes formas e graduação, em quase todos os quadros clínicos. A inflamação não está para ser abolida, e sim modulada e conduzida.

"A inflamação é uma reação dos tecidos vascularizados a um agente agressor, caracterizada morfologicamente pela saída de elementos do sangue e líquidos para o interstício". (ROBBINS, 1996).

Se não houver condições para a externalização, o movimento irá se dirigir para o interior, recônditos embriológicos mais profundos, formando depósitos, tumores benignos, obesidade, placas de ateromas. São processos em que a estruturação orgânica é preservada, com conservação da integridade das estruturas celulares, as quais só secundariamente serão afetadas. A ação se dá prioritariamente no espaço extracelular. Se esse espaço é ultrapassado, grupos celulares serão afetados, seja em nível mais superficial das membranas celulares ou mais interior, ocupando o citoplasma, danificando mitocôndrias, pervertendo o núcleo e o DNA.

A doença que se nos apresenta é o que conseguimos ver, sentir ou captar dos movimentos bioquímicos e biofísicos, que acontecem, no mais das vezes silenciosos e no sentido de preservação da vida. Os sintomas são o perceptível desses

movimentos, ou as dificuldades e falhas funcionais geradas nessa atividade subterrânea, em que apenas algumas poucas funções ou estruturas estão prejudicadas, entre tantas preservadas.

Nessa ótica, combater a doença seria um desvio conceitual, antagonizar os sintomas não atenua o problema subjacente, se o organismo não se recupera por si, ou não muda seu status quo, a doença recrudesce ou pior, surge em níveis mais profundos, mais difíceis de serem superados, e mais graves.

O tratamento adequado deveria visar fornecer à unidade orgânica possibilidades de utilização completa de suas propriedades de reorganização e restauro, suprir suas necessidades de água, oxigênio e nutrientes e, especialmente, remover os obstáculos que detém sua ação, promover a livre circulação vascular, a ativação dos mecanismos fisiológicos de excreção, depuração e reparo. Recentemente se torna cada vez mais clara a importância fundamental para a saúde de regular o microbioma, os trilhões de bactérias que habitam os seres pluricelulares, formando uma carapaça de defesa e com participação indispensável em muitos processos metabólicos.

Assim, não há esquemas próprios de tratamento para cada doença, há que avaliar o ser na sua individualidade e os seus processamentos alterados, que acontecem por três vias: a inflamação, de diferentes formas, a desorganização ou a degeneração de estruturas vitais. Há que avaliar as funções deterioradas e o nível em que se desenrolam esses processos, se extracelulares, membranares ou intracelulares.

A guerra às doenças, o combate ao diabetes, vencer o câncer, a promessa de um futuro sem doenças são bem interessantes ao mundo dos negócios, por induzir a utilização anárquica, intensa, massiva e desenfreada atos médicos,

equipamentos e medicamentos, ações que muitas vezes geram novas enfermidades e, cada vez mais caros, vão escravizando, não só os doentes, mas todos os seres sobre a Terra.

O pensamento de Canguilhem, baseado na representação dinâmica do processo saúde-doença, aproxima-se das ciências pós-modernas – teoria sistêmica, complexidade –, onde a doença é uma forma de obrigar o organismo a buscar um novo equilíbrio para a manutenção da homeostase: adoecer e sarar são ambos partes integrantes e inseparáveis da auto-organização de um ser vivo. A cura é a reconquista de um estado de estabilidade das normas fisiológicas; não é a volta à “inocência biológica”: “curar é criar para si novas formas de vida, às vezes, superiores às antigas”. O processo saúde-doença, por conseguinte, é fundamental na evolução do ser humano. (MACHADO, 1994)

A maioria das pessoas não têm noção da complexidade de si, de seu sistema de existência. Sabem que estão com fome e que a comida de algum modo será processada em seus órgãos, transformando-se em tecido muscular ou adiposo, sentem premência para defecar, suor frio escorre pelas suas faces nas trincheiras do medo. Tudo é muito natural, e mesmo doutos, com frequência, não se dão conta da vastidão sob seus olhos. Nesse ínterim, suas entradas trabalham pela vida, e cuidar bem de si é o principal componente da manutenção da saúde.

DETERMINANTES EVOLUTIVOS

“Nada em biologia faz sentido senão sob a luz da evolução”. (T. DOBZHANSKY, 1947).

Em 1859 Charles Darwin trouxe a público “Sobre a Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural ou a Preservação de Raças Favorecidas na Luta pela Vida”, produto de

seus estudos e observações na longa viagem que fez pelo mundo observando os espécimes da natureza. Ele guardou suas conclusões por mais de 20 anos, receando a enorme repercussão que teriam ao afirmar que:

“a diversidade biológica é resultado de um processo de descendência com modificação, onde os organismos vivos se adaptam gradualmente através da seleção natural e as espécies se ramificam sucessivamente a partir de formas ancestrais, como os galhos de uma grande árvore”. (DARWIN 1859)

Darwin concluiu que as espécies atuais são descendentes “revisados” de espécies anteriores, ou seja, as espécies evoluem, e estão em constante mudança. Esse processo se dá pela Seleção Natural “que atua de forma a privilegiar organismos cujas variações resultam num maior grau de adaptabilidade ao ambiente”. Assim, a diversidade biológica é resultado de um processo de descendência com modificação, onde os organismos vivos se adaptam gradualmente através da seleção natural e as espécies se ramificam sucessivamente a partir de formas ancestrais, como os galhos de uma grande árvore.

Os debates entre os biólogos demonstraram que essa asserção não é totalmente correta, mas é tácito que a espécie humana é fruto de milhares de eventos evolutivos em que sobreviveram os indivíduos mais aptos, e também de alguns eventos acidentais, a chamada deriva evolutiva. Portanto, os órgãos e estruturas de um homo sapiens sapiens são derivados de aprimoramento natural na escala biológica e tem papel vital.

“Um produto organizado da Natureza é um produto em que tudo é fim e meio reciprocamente; nele, nada há de inútil, nada sem objetivo ou devido a um cego mecanismo natural”. (EMMANUEL KANT, 1785)

Humberto Maturana e Francisco Varela definiram a vida como algo com propriedade “autopoética”, isto é, ela se auto-organiza e se reorganiza. Nos seres avançados da escala geológica, a fusão de um óvulo e um espermatozóide produz o zigoto que, sob a receita da sua espécie e de seu legado genômico, vai criando a si mesmo, utilizando seus próprios meios, acrescidos dos insu- mos que retira do mundo exterior. Assim, o organismo se faz inteiro, construindo sua sobrevivência pela qual trabalha incessante- mente até esgotar o seu potencial.

Produtos químicos, alimentação tóxica, vida desregrada e sentimentos ruins desgastam essa incrível obra da natureza, a vida. A natureza não está fora de nós. Somos seres racionais, mas também natureza pura. Acasos e necessidades se juntam à razão e engenho humano para aperfeiçoar a estadia de cada ser sobre a Terra. Isso deve necessariamente ocorrer em harmonia com as leis da natureza. Pensar a doença nessa perspectiva e sob a luz do extraordinário cabedal de conhecimentos acumulados pela ciência atual pode produzir seres e ambientes mais saudáveis e contribuir para impedir a consumação das terríveis ameaças que pairam sobre o futuro da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AROUCA, ANTONIO SERGIO Silva. **O Dilema Preventivista:** contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva livro.pdf (347.9 MB) Editora Fiocruz Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.2003, <https://arca.fiocruz.br/items/dd80073e-96f6-49f9-81b5-8f8a8af887b6>. Acesso em 20/08/2025.
- BINGEN Hildegard. **Physica.** Trad. Priscilla Throop. Rochester: HealingArts Press, 1998.
- C ANGUILHEM, Georges. O Normal e o Patológico, <https://app.uff.br/slab/uploads/Georges Canguilhem-O Normal e o Patológico>.

pdf acesso 20 ago 2025. COTRAN Ramzi, COLLINS Tucker, KUMAR, Vinay.

ROBBINS. **Patologia Estrutural e Funcional**, 4^a edição, 1996 Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. <https://archive.org/details/A.Origem.das.Especies-Charles.Darwinnova.traducao.1ed>. Acesso 20.08.2025

DESCARTES Rene. **Discurso do Método**. São Paulo 2005 L&PM Pocket.

EBERHARDT, Hans-Georg. **Medicina que Cura Medicina que Adoece**. Rio de Janeiro, 2009. Armazém das Letras Gráfica e Editora.

FRANCO, Fábio Luís Ferreira Nóbrega. **A natureza das normas: o vital e o social na filosofia de Georges Canguilhem**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Acesso em 20/08/2025.

HIPOCRATES. **Sobre o Riso e a Loucura**. São Paulo 2013 Editora Hedra LTDA.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa 2007: Edições 70.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro, 1978: Edições Graal.

MATURANA Humberto, VARELA Francisco Autopoiese e Cognição: A Realização do Vivo. Santiago do Chile, 1980. Segunda edição. Editora D. Reide.

SIGERIST, Henry. **Civilização e Doença**. São Paulo 2011, Editora Hucitec.

VAZ, Nelson. O ensino e a saúde: um olhar biológico - Cad. Saúde Pública vol.15 suppl. 2, Rio de Janeiro, 1999.



Clarissa W. Mendes Nogueira: exerceu a vice-presidência do CCLA (2018-2020, 2020-2022 e 2022-2024) e participa da seção Ciências da Vida do CCLA; graduada em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da FCM-UNICAMP, especialização em Saúde Pública, mestrado e doutorado em Tocoginecologia pela Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP); participou da criação e desenvolvimento da rede de Saúde da Prefeitura Municipal de Campinas em funções assistenciais, educativas e de gestão; Docente aposentada do Departamento de Tocoginecologia da FCM-UNICAMP e da residência de Saúde da Família. Pós-graduação sensu latu em administração Hospitalar, Acupuntura e Homotoxicologia; dedica-se ao estudo de História e Epistemologia das Ciências da Saúde, com foco na análise dos conceitos de saúde e doença na História e nas diferentes rationalidades médicas e suas formulações terapêuticas.

ESCOLA DOS LIBERTOS

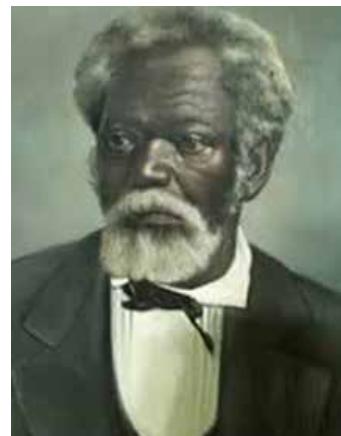
José Galdino Pereira e Lívia Sgarbosa

*Uma casa de educação onde
os filhos do homem de cor bebessem
as luzes necessárias para
as lutas da vida. (Oliveira, 1903)*

A história da educação no Brasil, especialmente quando examinada sob a ótica da população negra, revela profundas contradições entre os ideais republicanos de cidadania e a realidade excludente herdada da escravidão. Com o fim do regime escravocrata em 1888, o Estado brasileiro optou por negligenciar a inserção social da população negra recém-liberta, negando-lhe os direitos mais básicos, como moradia, trabalho e, sobretudo, educação. A ausência de políticas públicas estruturantes foi acompanhada pela difusão de ideologias eugênicas que marginalizavam os negros e naturalizavam sua exclusão sob o argumento da inferioridade racial. Neste contexto, uma iniciativa de construção de espaço educacional autônomo pela população negra vai se configurar como resistência e, também, como afirmação de pertencimento, cidadania e dignidade.

Campinas, cidade marcada pelo protagonismo econômico no ciclo do café e pelo forte conservadorismo político, foi também palco de uma experiência significativa de organização negra voltada à educação. Uma dessas experiências foi idealizada ainda no período escravocrata, com a fundação da Irmandade de São Benedito em 1835, liderada por Mestre Tito, homem negro liberto cuja trajetória de devoção religiosa e enga-

jamento comunitário sintetiza os desafios e as estratégias da população negra para conquistar espaços de sociabilidade e instrução. A proposta de Mestre Tito ia além da fé: seu projeto original previa a construção de uma capela e de uma escola destinada à educação de pessoas negras, o que, em si, representava uma subversão à lógica racista que dominava a estrutura do século XIX.



Mestre Tito

Como parte desse projeto, surgirá a Escola dos Libertos, iniciativa precursora que expressava o anseio por instrução como caminho de liberdade e cidadania no Brasil escravista. O presente artigo analisa ainda a trajetória do Colégio São Benedito de Campinas e da Federação Paulista dos Homens de Cor (FPHC) como expressões dessa luta histórica por educação e reconhecimento. A partir da atuação de figuras centrais como Francisco José de Oliveira e Benedito Evangelista, investiga-se como a militância negra articulou o saber, cultura, memória e ação política como estratégias de enfrentamento

ao racismo institucionalizado. A análise se debruça sobre as tensões entre autonomia e dependência nessas instituições, as alianças com setores da elite republicana e os impactos das transformações políticas do século XX, especialmente a ascensão do Estado Novo e o endurecimento da repressão estatal, na continuidade desses projetos voltados à população negra.

Ao resgatar essa história, pretende-se compreender não apenas as formas de Resistências protagonizadas por essas lideranças e instituições, mas também os mecanismos de exclusão que, ao longo de décadas, minaram a possibilidade de construção de um projeto educacional negro plenamente autônomo no interior paulista. O caso do Colégio São Benedito, e a longa batalha judicial travada por Evangelista para preservar seu legado, revela como a educação esteve no centro da luta antirracista, funcionando tanto como instrumento de emancipação quanto como campo de disputa simbólica e material no Brasil pós-abolição.

Este artigo é resultado das reflexões e dos diálogos entre os pesquisadores e suas pesquisas de mestrado dedicadas à história do Colégio São Benedito em Campinas: Os Negros e a Construção da Sua Cidadania: Estudo do *Colégio São Benedito e da Federação Paulista Dos Homens de Cor*, do Me. José Galdino Pereira, *Colégio São Benedito e a escolarização da população negra em Campinas-SP no início do século XX*, da Me. Lívia Sgarbosa. A partir dessas investigações, o texto está organizado em três eixos: Contexto histórico: pós-abolição e luta por educação; A instalação do Colégio São Benedito e a Federação Paulista dos Homens de Cor; e O fechamento do Colégio São Benedito e a atuação de Benedito Evangelista como procurador dessa mesma Federação.

CONTEXTO HISTÓRICO: PÓS-ABOLIÇÃO E LUTA POR EDUCAÇÃO

Com a abolição da escravatura, o Estado brasileiro não se responsabilizou por garantir os direitos básicos à população recém-liberta. A negação de políticas públicas voltadas à habitação, trabalho e educação deu lugar à propagação de ideologias eugênicas que associavam a população negra à degenerescência e ao atraso. O racismo científico, amplamente disseminado no meio intelectual e político do final do século XIX e início do século XX, propunha o branqueamento como solução para o “problema racial” do país, negando o protagonismo negro e reforçando a exclusão social (DOMINGUES, 2004).

Neste cenário, surge uma iniciativa educacional liderada por pessoas negras que se consolidaram como formas de resistência e reorganização comunitária. Não se tratava apenas do acesso ao saber formal, a educação foi compreendida, por este grupo, como um caminho possível de superação das barreiras raciais impostas pelo Estado e pela sociedade, bem como o acesso à cidadania no empreendimento de luta por direitos igualitários.

É nesse contexto que se insere a Irmandade São Benedito de Campinas, fundada em 1835 ainda sob o regime escravocrata. Idealizada por Mestre Tito, homem negro liberto e respeitado curandeiro que transitava pela elite local, embora a organização da irmandade ainda estivesse sob forte vigilância e interferência da elite branca, no pós abolição sua existência permitiu formas de encontro, convivência e práticas culturais da população negra campineira, sobretudo em um período em que tais expressões eram sistematicamente reprimidas.

A ideia de Mestre Tito ia além da criação de um espaço religioso. Seu projeto original previa a construção de uma capela dedicada a São Benedito e também uma casa de instrução destinada aos negros. Nascido na África e trazido ao Brasil como escravizado, tem uma trajetória emblemática na luta negra por autonomia religiosa e dignidade em Campinas no século XIX. Liberto e profundamente devoto, Tito de Camargo Andrade dedicou sua vida à construção da Igreja de São Benedito, mobilizando recursos por meio de esmolas, festas e leilões, com o apoio de parte da elite campineira. Atuando como procurador da Irmandade, mesmo em idade avançada, Tito era responsável por angariar fundos e administrar as obras, responsabilidade que o tornava alvo frequente de críticas e cobranças públicas, sendo injustamente acusado de se beneficiar dos donativos (BRITO, 1956, p. 98). Apesar de sua abnegação, não viu a obra concluída: faleceu em 1882, antes da inauguração da igreja, que só se deu em 1885. Sua dedicação, no entanto, foi parcialmente reconhecida posteriormente, com a trasladação de seus restos mortais para o interior da igreja e a colocação de seu retrato em destaque, ao lado de outras figuras ilustres da história da Irmandade (BRITO, 1956, p. 107-111).

O reconhecimento da atuação negra, mesmo em espaços que ajudaram a construir, apresenta uma limitação, assim como analisa Maciel, ao afirmar que a Irmandade de São Benedito nunca foi, de fato, um espaço de autonomia plena dos negros, mas sim mediado por uma rígida rede de poderes e controle ideológico (MACIEL, 1987).

Reconhecer os limites impostos à atuação negra nas instituições é fundamental para compreender os mecanismos de exclu-

são que atravessam a história do Brasil. No entanto, é igualmente necessário destacar, no exemplo exposto nesse texto, que tais limitações não produziram passividade. A luta de Mestre Tito e dos irmãos de São Benedito, aqui brevemente traçada, inscreve-se nesse movimento mais amplo de enfrentamento, no qual mesmo diante da vigilância institucional e das restrições legais, os sujeitos negros reconfiguraram os espaços à sua volta, promovendo possibilidade de resistência.

A INSTALAÇÃO DO COLÉGIO SÃO BENEDITO E A FEDERAÇÃO PAULISTA DOS HOMENS DE COR

A Escola dos Libertos é a primeira experiência de organização educacional vinculada à Irmandade São Benedito e data de 1893, quando é realizado o projeto das salas de aula anexas ao prédio da então Capela São Benedito.



Planta Escola São Benedito - Arquivo Municipal de Campinas.

Os homens de cor vinham se organizando politicamente e se expressando publicamente como homens livres e defensores da igualdade racial logo após a abolição, conforme é possível observar em fevereiro de 1889, quando o jornal *Diário de Campinas* publicou uma manifestação. Nela, eles se apresentam contrários ao recrutamento de negros para a

Guarda Negra da Princesa Isabel, denunciando a instrumentalização política da população recém-liberta. No dia 27 de novembro do mesmo ano, o mesmo jornal divulgou um Protesto de Adesão à República dos Homens de Cor, documento em que a instrução popular e a Escola dos Libertos são apresentadas como pilares fundamentais de transformação política e inclusão social.

No domingo último reuniram-se no largo de S. Benedito os homens de cor desta cidade e, depois de ouvir a exposição que a polícia dos mesmos lhes fez o nosso colega Alberto Sarmento sobre a nova forma de governo, lavraram o seguinte protesto de adesão:

“Considerando que a forma de governo republicano, proclamada no dia 15 do corrente, é uma garantia para a classe dos homens de cor e que, sob a bandeira desse partido patriótico, devem desaparecer as distinções de classes; Considerando que o actual governo vai pôr em prática medidas efectivas á instrucção popular e á educação dos libertos;

Considerando que seria uma falta de patriotismo, conservar-se a classe dos homens de cor indiferente á transformação política, porque acaba de passar o governo republicano a ser o governo “tutelar”, “paternal”, “amigo”, “irmão” dos que foram victimas da escravidão, resolvem dar-lhe o seu franco apoio, promettendo-lhe, ao mesmo tempo, obediencia e dedicação e, em qualquer eventualidade, solidariedade, reconhecendo-lhe os grandes benefícios e vantagens que ha-de trazer á classe.

E para constar mandaram lavrar este protesto, que vai por todos assignado, resolvendo mais que uma commissão de três membros, composta dos srs. Adolpho Rodrigues, José de Campos e Elias Sobrinho, conferir para este efectivo fim com o sr. governador e levar-lhe o presente protesto, pedindo-lhe attender sempre, com benevolencia, as reclamações justas e necessárias da classe.” (Barbosa 1994 apud Diário de Campinas, 27 de novembro de 1889)

O protesto analisado destaca a importância da alfabetização como via de acesso à cidadania, especialmente após a Lei Saraiva (1881/1882), que condicionava o alistamento eleitoral ao domínio da leitura e da escrita. Com a incorporação dessa exigência à Constituição de 1891, a educação torna-se critério de distinção e exclusão social: o analfabeto passa a ser visto como incapaz, o que não ocorria até o final do Império. Nesse cenário, a defesa da escolarização por parte dos Homens de Cor expressa uma clara consciência política sobre os mecanismos de acesso ao poder (PEREIRA, 2001).

Em 1895, o espaço já é utilizado para aulas de música. Em 8 de dezembro de 1896, é fundada formalmente a Sociedade de Instrução São Benedito e, nesse momento, elege-se a diretoria que no futuro será a mantenedora do Colégio. No ano seguinte, em 15 de julho de 1897, inaugurou-se a seção feminina com 21 alunas, sob responsabilidade da professora D. Ana de Almeida Cabral; e, em 15 de julho de 1898, a seção masculina com 19 alunos, sob orientação do professor Theodoro Borges (PEREIRA, 2001).

Apenas em 1902 a Sociedade de Instrução inicia seu processo de formalização, a regularização ocorreu em 1º de março de 1903. Nesse contexto, Francisco José de Oliveira, recém-chegado a Campinas, é acolhido pelos irmãos da Irmandade de São Benedito. Oliveira, natural de Minas Gerais, ex-seminarista e professor formado, sua trajetória em Campinas revela sua inserção nas camadas da elite local, conforme indicado pela Monografia *História de Campinas*, de 1952, produzida pela Câmara Municipal, onde já era reconhecido como figura de destaque. Sua chegada, permanência e atuação na cidade foi marcada não apenas pelo apoio

de nomes influentes como o Dr. Antônio Álvares Lobo e o Deputado Monteiro Lopes, mas também por uma expressiva articulação da comunidade negra local.

Segundo relatos do professor Benedito Evangelista, último presidente da Federação Paulista dos Homens de Cor. Oliveira foi acolhido por figuras que já se articulavam em jornais e movimentos de resistência e luta por direitos à população negra. Nesse momento, Chico Vilela hospedou o professor recém-chegado que dialogou com os irmãos da irmandade São Benedito. Estes o convidaram para permanecer na cidade, e articularam a reabertura da escola, voltada à educação dos filhos dos homens de cor, destacam-se José Benedito de Paula, Simão Gomes Cana Verde, Albino de Souza, Torquato Braga, Manoel João, Eulampio Evangelista, Benedito José Cardozo e Benedito Florêncio, muitos deles ligados à Irmandade de São Benedito e posteriormente lideranças engajadas na Federação Paulista dos Homens de Cor. (Correio Popular. Campinas, 06 de abril de 1958)

Inicialmente, o colégio funcionava nas dependências da Irmandade, mas em 1905 passou a operar em sede própria, localizada na Rua Moraes Sales, número 109. A instituição obteve isenção de impostos da Câmara Municipal por oferecer ensino gratuito às crianças pobres e alfabetização de adultos, o que evidencia seu caráter popular e sua função social. Ainda assim, enfrentava graves dificuldades financeiras, dependendo frequentemente do apoio de setores da elite campineira, apoio esse que por vezes se revelou ambíguo e controlador (SGARBOSA, p.61 2018)

A atuação de Francisco José de Oliveira e das lideranças negras ultrapassou os limi-

tes da sala de aula. Comprometidos com a emancipação da comunidade, Oliveira e o jornalista Florêncio, coordenaram a criação do Centro Literário dos Homens de Cor, que em 1904, transformou-se em Federação Paulista dos Homens Pretos e posteriormente, Federação Paulista dos Homens de Cor (FPHC) (PEREIRA, p.31 2001), A Federação ampliou o escopo de suas ações. Entre suas atividades destacavam-se os desfiles cívicos como os de 1º de maio, 7 de Setembro, 15 de Novembro, aniversário da cidade e 13 de Maio, que para os negros era um espaço de manifestações cultural e também políticas (PEREIRA, p. 103 2001). Outras atividades incluíam sessões públicas e o jornal *O Bahuarte*, que, sendo mantido pelas mesmas lideranças, foi um instrumento estratégico nesse processo, atuando como veículo de denúncia, mobilização e afirmação da presença negra na vida intelectual e política da cidade.

A Federação Paulista dos Homens de Cor era, na verdade, uma sociedade de auxílio mútuo semelhante a muitas outras de sua época, diferenciando-se, contudo, por suas finalidades. Entre seus principais objetivos estavam: desenvolver a consciência em prol do aprimoramento moral e intelectual dos negros no Brasil; incentivar a aptidão literária; promover a educação cívica dos associados, acompanhando de perto a evolução política interna e externa do país; e zelar pela instrução dos sócios adultos analfabetos, oferecendo aulas de alfabetização em períodos diurnos ou noturnos. Além disso, previa-se a criação, em sua sede, de uma biblioteca de estudos para os associados, com espaço para palestras, café e leitura (PEREIRA, p. 83 2001).

A crescente visibilidade do Colégio São Benedito e o desejo de protagonismo dos

membros Federação Paulista dos Homens de Cor impulsionaram para que a partir de 1905, houvesse a locação de um prédio, a instalação da escola e da sede da FPHC fora das dependências da Irmandade. No jornal *Cidade de Campinas*, de 24 de junho de 1905, a Irmandade de São Benedito nega qualquer vínculo com o novo colégio organizado por Oliveira, reafirmando publicamente a separação entre a instituição religiosa e a nova proposta política e pedagógica liderada pelo professor Oliveira (PEREIRA, 2001, p. 39).

A Federação manteve-se ativa durante as décadas seguintes, organizando eventos e mantendo a memória da luta abolicionista viva, entre 1913 e 1914, o Colégio chegou a atuar como internato, sustentando-se parcialmente por meio das mensalidades pagas pelos alunos internos. Em 1914, adquiriu sua sede definitiva, fortalecendo sua estrutura até 1936.

O FECHAMENTO DO COLÉGIO SÃO BENEDITO E A ATUAÇÃO DE BENEDITO EVANGELISTA

O encerramento do Colégio São Benedito ocorreu em meio a um contexto de profundas transformações políticas e sociais no Brasil. O colégio representou por décadas um pólo de resistência e formação, especialmente para crianças pobres e negras, tendo sido apoiado por setores da elite campineira e alcançado resultados educacionais relevantes (SILVA, 2015). Sua desativação, após o falecimento do diretor Francisco José de Oliveira, em 1936, coincidiu com uma crise de lideranças políticas e institucionais locais, e deu origem a uma longa disputa judicial encabeçada por Benedito Evangelista, então presidente da Federação Paulista dos Homens de Cor (FPHC). Evangelista pro-

moveu uma ação de reintegração de posse com o intuito de reaver a sede do colégio e preservar sua continuidade como espaço educacional negro.

A história do Colégio São Benedito está vinculada à aliança entre lideranças negras e o Partido Republicano Paulista (PRP), como forma de manutenção do espaço de atuação durante a República Velha. Essa aliança permitiu à comunidade negra acesso a estruturas de poder, ainda que precárias. Um dos principais articuladores desse apoio foi o advogado Antônio Álvares Lobo, figura influente na política paulista, que atuou como vereador, deputado estadual e presidente da Câmara dos Deputados. A relação de Lobo com lideranças como Francisco José de Oliveira, José Benedito de Paula e Benedito Florêncio consolidou uma rede de alianças estratégicas que sustentaram o funcionamento do colégio (SILVA, 2015; SGARBOSA, 76).

A morte de Lobo, em 1934, seguida pelo falecimento de Oliveira, em 1936, representou uma ruptura institucional significativa. O colégio perdeu interlocutores importantes com as instâncias políticas e jurídicas, enquanto o cenário nacional passava por uma inflexão autoritária. A ascensão de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, significou o fim dos currais eleitorais regionais e o início de um Estado centralizador. O novo governo desmontou as máquinas políticas locais e impôs um modelo que dificultava as negociações anteriormente possíveis com lideranças negras inseridas nas dinâmicas oligárquicas (GOMES, 2001).

Foi nesse ambiente que emergiu Benedito Evangelista como uma nova liderança. Educado no próprio Colégio São Benedito,

Evangelista personificou a transição entre duas gerações de militantes negros: a que buscava alianças táticas com a elite republicana e a que se via obrigada a enfrentar, diretamente, o aparato repressivo do Estado Novo. Sua atuação à frente da FPHC foi marcada por persistência e radicalidade jurídica. Ao ingressar com uma ação de reintegração de posse dos bens do colégio, ele deu início a um litígio que se estenderia por mais de cinquenta anos (SGARBOSA, 2018).

Segundo documentos analisados, após a morte de Oliveira, a posse do imóvel do colégio foi transferida para a recém-criada “Associação Colégio São Benedito”, representada por Horácio Aranha. Evangelista denunciou que esse grupo se utilizou de atas falsificadas, substituições de diretoria inexistentes nos documentos oficiais e testemunhos contraditórios para justificar a nova posse (SGARBOSA, p.87 2018)

O litígio acumulou aproximadamente sete mil páginas e está atualmente arquivado no Centro de Memória da Unicamp (CMU). O processo revelou a complexidade da disputa, marcada por fraudes documentais, manipulação de testemunhas, silenciamento institucional e desqualificação da luta negra. O advogado Victor Neves de Assis, em carta à 2^a Vara Cível de Campinas, denunciou o caso como “o processo mais injusto, fraudulento, mais racista, mais desumano do país” (CMU, 1978, apud Sgarbosa, 2018). Ele enfatizou a existência de um “Colégio falso”, criado em 1936 por sujeitos brancos, que usurparam o nome, os bens e a memória da instituição negra fundada em 1902.

Esse apagamento institucional foi acompanhado por um discurso público que tentava deslegitimar a militância negra. Durante

o regime Vargas, organizações como a FPHC passaram a ser monitoradas pela polícia política, acusadas de fomentar o que o Estado afirmava ser um “problema inexistente”: o preconceito de cor (GOMES, 2001). A atuação de Evangelista e de outros militantes era sistematicamente criminalizada, sob o manto de uma suposta “harmonia racial” que ignorava práticas concretas de exclusão no mercado de trabalho, nos serviços públicos e, sobretudo, na educação.

A tentativa de Evangelista de manter o processo vivo atravessou diferentes governos. Em 1969, ele apelou ao regime militar, enviando ao presidente Costa e Silva um extenso memorial com base no Ato Institucional nº 5 (AI-5), solicitando intervenção federal em Campinas com fundamento em práticas de corrupção e enriquecimento ilícito. Apesar da ousadia, a tentativa não teve retorno. Evangelista afirmou que os presidentes Getúlio Vargas e Castelo Branco também teriam simpatizado com a causa, sendo este último o responsável, segundo ele, por ter ordenado a devolução do imóvel, ordem jamais executada (Correio Popular, 1994).

O processo, embora juridicamente infrutífero, constituiu um marco simbólico da resistência negra em Campinas. A dedicação de Evangelista, que sacrificou recursos próprios e conforto familiar, não teve um encerramento, o processo foi arquivado e a história do Colégio São Benedito e do litígio não tiveram uma reparação justa. Ainda em vida, Evangelista recebeu homenagens por parte de movimentos negros e do Conselho Estadual da Comunidade Negra, o que assinala por parte dos movimentos étnicos a sua importância para a comunidade na luta dos movimentos e dos trabalhadores brasileiros.

A história do Colégio São Benedito e da luta judicial que se seguiu à sua desapropriação revelam, portanto, não apenas a dimensão institucional do racismo estrutural, mas também o apagamento intencional de experiências educacionais negras autônomas. A resistência de Benedito Evangelista, expressa em arquivos, cartas e testemunhos, nos convida a repensar o lugar da memória negra na história oficial e a reconhecer o valor político das disputas travadas fora dos espaços hegemônicos de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Irmandade, do Colégio São Benedito, da Federação Paulista dos Homens de Cor, revela uma experiência educativa profundamente marcada pelas contradições da sociedade brasileira no pós-abolição. Em meio ao abandono institucional, ao racismo estrutural e ao silenciamento sistemático da imprensa, essa iniciativa negra de formação e cidadania emerge como territórios de resistência e reinvenção. As lideranças negras que fundaram e sustentaram a Irmandade, Colégio e a FPHC como Mestre Tito, Francisco José de Oliveira e Benedito Evangelista, inscreveram, na prática política, um projeto de autonomia possível, mesmo quando continuamente esvaziado por forças externas.

O apagamento de documentos, a ausência de registros sobre os momentos decisivos da trajetória da escola e o silêncio das instituições religiosas e estatais não são lacunas fortuitas, mas expressões de um projeto de branqueamento e exclusão. Esse cenário foi reforçado pela imprensa, que, ao invés de denunciar o desemprego em massa dos libertos ou a exclusão imposta pelas leis de terras e pela ausência de políticas públicas,

construiu a imagem do negro como sujeito indolente, perigoso e inapto à vida urbana. Ao alimentar esse discurso, os jornais legitimaram ações racistas e ajudaram a institucionalizar o abandono. Ignoraram que escolas como o Colégio São Benedito que atendiam também imigrantes, mas nascidas da luta negra, eram expressões claras de que a população negra, assim como a população em geral, se preocupava, sim, com a educação, com a cidadania e com a reconstrução de seu futuro.

A Igreja Católica, por sua vez, permaneceu ambígua. Se por um lado apoiou simbolicamente as irmandades, como a de São Benedito, por outro, não chegou a reconhecer sua autonomia. Os conflitos entre os irmãos da capela e a ordem religiosa exemplificam essa disputa de poder simbólico, territorial e institucional.

As ações judiciais promovidas por Benedito Evangelista à frente da FPHC, mesmo sem êxito jurídico, revelam o esforço da comunidade em não deixar morrer sua memória, patrimônio e dignidade. O processo, com milhares de páginas, é ao mesmo tempo um acervo de resistência e uma denúncia viva do racismo institucional que permeia o Judiciário, a Igreja, o Estado e a sociedade.

Este artigo almeja reconhecer que a história do Colégio São Benedito não se encerra com sua desapropriação, mas continua viva nas memórias das lutas que se recusam a ser esquecidas. As ausências documentais, os silêncios da história e a destruição simbólica das iniciativas negras de educação não são apenas vestígios do passado: são testemunhos de um presente ainda marcado por disputas, por memória, justiça e pertencimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, I.M.F. Enfrentando preconceito: um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo.
- BRITO, Jolumá. História de Campinas. São Paulo: Saraiva, 1956-1967.
- DOMINGUES, Petrônio. Uma História Não Contada – negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Ed. Senac, 2004.
- GOMES, Flávio. No meio das águas turvas: raça, cidadania e mobilização política no Rio de Janeiro (1888-1889). In: GOMES, Flávio & DOMINGUES, Petrônio(Orgs.).
- GOMES, Flávio. Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011. P. 15-44
- MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921) Campinas: Editora Unicamp, 1987.
- PEREIRA, José Galdino. Os Negros e a Construção de sua Cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas – 1896 a 1914. Dissertação (mestrado em educação) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- SGARBOSA, Livia. O Colégio São Benedito e a escolarização da população negra em Campinas-SP no início do século XX. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Associativismo negro: Federação Paulista dos Homens de Cor. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2015 p. 1 – 15

FONTES

Acervo Colégio São Benedito e Federação Paulista dos Homens de Cor pertencentes a Benedito Evangelista

Jornal Correio Popular, de 06 de abril de 1958

Jornal O Progresso, 1899

Livro de atas do Colégio São Benedito

Processo de reintegração de posse do Colégio São Benedito – Centro de Memória da Unicamp - CMU



José Galdino Pereira, Mestre em Educação pela Unicamp e professor aposentado; é membro do Grupo Etnia e pesquisador de questões étnico-raciais. Em seu mestrado estudou a ligação entre a Irmandade de São Benedito, o Colégio São Benedito e a Federação Paulista dos Homens de Cor, destacando o papel dessas instituições na luta antirracista.



Lívia Sgarbosa, doutoranda e mestre em Educação pela UFSCar, com especialização em História e Cultura Afro-Brasileira. Durante o mestrado, investigou a história do Colégio São Benedito, desenvolvendo uma dissertação que analisa a luta, a resistência e o racismo na história da educação por meio da trajetória da instituição e dos educadores envolvidos.

O PIANO DE CARLOS GOMES

Gustavo Mazzola

Onde se encontra o piano que pertenceu ao maestro e compositor campineiro Carlos Gomes? Está em Belém do Pará? No Rio de Janeiro? Em Campinas, sua terra natal? Como essa relíquia histórica pode ser apreciada? Ainda oferece condições de ser dedilhado em suas teclas marcadas pelo tempo?

Vamos esclarecer essas dúvidas, contando uma emocionante e movimentada história de suas andanças pelo Brasil.

Para iniciar, uma certeza: o piano está em Campinas, bem protegido no Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas. Se você, caro leitor, tiver a curiosidade de vê-lo de perto, dê uma chegada até essa entidade cultural de nossa cidade, na rua Bernardino de Campos, 989: as visitas podem ser feitas das segundas às sextas feiras, das 9:30 às 11:30, e das 14:30 às 16:30 horas, sempre agendando sua visita pelo e-mail ccla-campinas@ccla.outlook.com. Certamente acabará descobrindo, em lugar destacado de um museu todo ele dedicado ao maestro, esse antigo piano de cauda vienense, da marca Heitzmann & Sohn K. K. Hul. Estará, por certo, diante de uma raridade: o instrumento pertenceu, realmente, ao próprio Carlos Gomes e está ali, depois de percorrer metade do Brasil. Hoje, não pode ser tocado como um instrumento musical, pois necessita ser restaurado por especialistas, o que certamente será feito num momento apropriado.

Façamos, então, uma viagem no tempo, juntos. Vamos voltar a 1926, quando começaram os registros de uma longa viagem: segundo o que encontrou o pesquisador João Antônio Bührer de Almeida na revista carioca *Para Todos*, de 31 de julho daquele ano, já fazia um bom tempo em que o compositor campineiro, cheio de glórias, mas doente e às portas da morte, via chegar sua velhice no Pará, sem recursos e coberto de dívidas. Assim, aos poucos se desfazia de tudo que possuía, propriedades, terras, objetos de arte, joias. Poupava o que tinha para ele um valor de estimação especial, o seu piano. Contudo, esse instrumento musical de seus cuidados ficara em Belém.

Por uma graça dos céus, Carlos Gomes acabou caindo na simpatia do governador do Estado, Doutor Lauro Sodré, que cuidou de adquirir o piano e bem instalá-lo no Theatro da Paz, na capital paraense. Nos anos seguintes, por inoperância de administrações que o sucederam, a peça acabou indo para uma das águas-furtadas do teatro, permanecendo guardada e esquecida.

Como expressa o texto do cronista da *Para Todos*, “o destino arma das suas”: durante uma temporada artística no Pará, o barítono Corbiniano Villaça acabou descobrindo o instrumento no sótão do teatro. De imediato, procurou o governador que, por sorte, era de novo o Doutor Lauro Sodré - verdadeiro patrono do artista - e relatou-lhe o fato, pedindo providências. A

maior autoridade do Estado, usando de suas prerrogativas de poder, terminou por fazer doação da peça artística para a Associação de Imprensa do Pará, naquela época próspera e muito prestigiada.

Passaram-se os anos e Doutor Sodré, já agora no Rio de Janeiro como senador da República, decidiu apelar para que a Associação de Imprensa do Pará fizesse, por sua vez, uma nova doação do piano, agora para o recém criado Museu Nacional.

Nesse ponto entra na história o Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas: sua diretoria na época solicitou ao governo do Pará e acabou por conseguir a guarda definitiva do piano (Lei do Governo do Estado do Pará número 2.556, de 12.11.1926). Isso tudo, apesar de severas críticas do cronista da referida revista. Entendia ele ser o Rio o melhor depositário da relíquia, expressando-se de maneira até um tanto sarcástica num seu texto: “O direito de pedir deve-se opor ao direito de negar. O piano de Carlos Gomes não é um instrumento que possa pertencer a uma associação particular. Não pode estar andando de Herodes a Pilatos, como uma *res nullius*, sem valor. O Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas pode desaparecer de um momento para outro”.

Não foi o que aconteceu: a entidade de Campinas prosperou nas décadas seguintes, tornou-se representativa junto ao meio cultural da cidade e do país, nas ciências, nas letras e nas artes, e já atravessa vinte e quatro anos após o seu primeiro centenário. Não “desapareceu”, como o cronista da revista *Para Todos* houvera expressado, de forma tão agressiva.

E o piano de Carlos Gomes? Continua lá, no seu lugar mais acertado e verdadeiro, o Centro de Ciências: é admirado como peça principal do museu, junto à sua harpa, suas baquetas, suas 3.000 partituras originais, jornais, fotos da época e tudo o mais. Infelizmente, não temos mais o “Tonico de Campinas” para tocá-lo, como ele tanto gostava de fazer. Uma pena!



Gustavo Mazzola é jornalista, foi editor e redator do Jornal Motor, suplemento do Correio Popular e do Jornal do Automóvel, do Diário do Povo; redigiu os Boletins do CCLA até 2017, tendo secretariado Diretoria presidida por Marino Ziggiaatti. Co-autor do livro “Centro de Ciências, Letras e Artes Ano 101”, juntamente com o literato e advogado Dr. Luiz Carlos Ribeiro Borges. Membro da Academia Campinense de Letras, Cadeira 14 cujo patrono é Bernardo de Souza Campos.

IMPRESSÕES FUGAZES E IMPRESSOS EFÉMEROS

João Antônio Bührer

A vida voa, tentamos a todo custo reter a marcha do tempo, mas ela é inexorável, nos escapa a todo instante. Cabe à literatura e às artes em geral tentar fixar detalhes ou cenas. Os iluministas quiseram também classificar, ordenar o tempo. Eu, de certa forma, vivo numa época regida por esta filosofia, vamos dizer assim. Não consigo dela escapar, embora admire muito o Surrealismo, Dadaísmo e outras rebeldias.

Os ensaios de Montaigne sempre me tocaram. Longe de mim querer chegar perto. Neste mundo moderno me cabe ler a *Serrote*. Sim, não errei no artigo; refiro-me à revista de ensaios contemporâneos *Serrote*, editada pelo Instituto Moreira Sales. Leio com muito prazer esta publicação, que sai no formato de livro, e nela absorvo todo tipo de ensaio. Esta diversidade me inspirou a escrever este texto para a revista do CCLA. Não se trata de bairrismo, mas decidi optar pelas impressões que têm a ver com Campinas. Poderia ampliar para o mundo todo, só que o espaço que tenho é limitado. Também quero esclarecer que não são aportamentos literários, estão mais próximos do jornalismo, os chamados *faits divers*, já que meus vôos são mais limitados. Tenho pavor a grandes alturas.

MODA DE CRAVIOLA

Paulinho Nogueira começou a tocar e gravar seus discos na época da Bossa Nova. Sua carreira musical é muito inspirada. Ora gravava canções populares da chamada MPB, regionais, instrumentais e canções mais próximas à dita Música Caipira daqui do Sudeste. Quem não se lembra da canção *Menina*, da trilha da novela *Irmãos Coragem*, que foi feita neste estilo, com a viola em primeiro plano?

Na década de 1970 ele apresentou ao grande público um novo instrumento: a Craviola, uma mistura de violão com viola. Ele próprio gravou um LP pela gravadora Continental, em 1975, para divulgar seu invento. Uns anos depois, Tetê Espíndola, da Vanguarda Paulistana, adotou este instrumento; onde se apresentava, estava com ele em punho. Stenio Mendes, sobrinho de Paulinho, também se dedicou ao instrumento, gravou um LP pela série MPBC da gravadora Philips, que é uma raridade discográfica, todo ele instrumental e tendo a craviola como tema central.

CONDEPHAAT / DOCUMENTOS 11; CATEDRAL METROPOLITANA DE CAMPINAS – SP

Em 1981 foi tombada nossa Catedral e o órgão público responsável publicou um folheto de 12 páginas, registrando e/ou documentando este tombamento. Sobre o assunto escreveu o deputado Cunha Bueno:

“O tombamento da Catedral de Campinas (ou seja a sua inscrição no Livro do Tombo dos bens culturais do Estado de São Paulo), através do *Condephaat*, órgão estadual encarregado da preservação do Patrimônio Histórico , Arqueológico, Artístico e Turístico, tem um significado não apenas local, mas que faz parte de um panorama maior de nossa história”... Sobre a construção da Catedral o folheto nos informa ainda: “A Catedral de Campinas foi iniciada em 1907, usando-se a técnica construtiva usual na época: a taipa de pilão”...

DIPLOMA DE MEU NASCIMENTO

Caiu-me nas mãos e eu fotografei um raro documento, belíssimo nas ilustrações, todo ornamentado com os símbolos do horóscopo. O diplomado foi Fernando Lima e Morato. Nasceu a 13-08-1971, às 23h30min. O peso era 1.800 gramas e tinha 49 cm de altura, sendo que o fato ocorreu na Casa de Saúde de Campinas. O médico que trouxe ao mundo esta criança foi Epitácio Felix Macedo.



TELEGRAMA NATALÍCIO

No dia 8-03-68 um telegrama felicitava o nascimento de uma outra criança, mas como qualquer pessoa que tenha vivido a era do telegrama sabe, eles continham poucas palavras; a linguagem era realmente telegráfica, no sentido de rápida e direta. Se não me falha a memória a cobrança pelos correios era de acordo com a quantidade das letras. As informações que pude colher deste telegrama são estas: “Felicitações queridos manos, transcurso, natalício ---- Marcos”. Hoje em dia, um celular e email são muito mais rápidos e mais baratos que um telegrama. O impresso do telegrama tinha uma cor local, era patrocinado por empresas de Campinas, como a Bombonieri, que ficava na Rua Thomaz Alves 153. A mesma empresa também tinha uma loja em Araraquara.

RÓTULOS DE MARCAS DE CIGARROS

Toda criança que colecionava as chamadas “Marcas de Cigarros”, ou seja, as embalagens, se deparava uma hora ou outra com rótulos de uma fábrica de Campinas. Primeiro, a fábrica chamava-se Fábrica de Cigarros Paulista, sediada na Rua Rafael Sampaio 159; noutra época, mudou para o número 179 da mesma rua. Também mudou de nome para Manufatura Paulista de Tabacos S/A. Também teve sua sede na Rua 3, número 810, em Barão Geraldo. Os nomes das marcas que ela fabricava vos digo agora: *Everest*, *Vitória*, *Paulistinha*, *Manchester*, *Az de Ouro*, *Dakar*, *Que Tal*, *Pensilvânia*, *Casablanca*, *Mistral Natural*, *Das Américas*, *Super Finos*, *Rebeca*, *Kenedy*, *Vila Rica*, *Haiti*, *Farrapos* e *Mirabel*. Algumas destas marcas ficaram muito famosas

no plano nacional. Penso que os nomes eram escolhidos para vender a ideia de que estes produtos, nocivos à saúde, nos levariam a outro plano “melhor” que o de nossas vidas banais.



João Antonio Buhrer, jornalista, campineiro por adoção, atuou no próprio CCLA concebendo exposições literárias mescladas com artes gráficas. Ativou o Núcleo de Artes Gráficas do CCLA por vários anos.

GEORGES SNYDERS, RECONHECIDO EDUCADOR

Maria Eugênia Castanho

Muitas vezes, ao ler um texto que nos entusiasma, ficamos refletindo sobre quem e como é essa pessoa que imprime pensamentos tão importantes em nós. Olhar, rosto, emoção, história particular de vida, marcas de experiência - todos são elementos que desafiam nossa imaginação. Professora desde muito jovem, sempre quis conhecer autores que estudava, como por exemplo, Georges Snyders.

Snyders nasceu em Paris, na França, em 28 de abril de 1917, onde ali estudou na Escola Normal Superior. Em cada uma das suas obras, a educação tradicional não é tratada como aquela que transmite apenas conteúdos inúteis e pedantes, mas como lócus de uma pedagogia que permite ao educando afastar-se do mundo cotidiano para centrar sua atenção no universo dos autores clássicos e, consequentemente, para se valer de todo o potencial educativo e civilizatório contido em tais obras.

Sua famosa frase: “O novo não surge do nada; consiste em aprofundar, mesmo modificando-o completamente, o que já existe” (Snyders, 1974, p. 122).

Embora reconheça que o progressismo marxista está em crise, Snyders mantém que o essencial permanece verdadeiro. Considera que um dos aportes essenciais é a ideia de progresso da sociedade. Progresso que é capital para os alunos, para dar-lhes confiança. Necessário aprender conteúdos clássicos e populares, universais e identitários, pois a

construção de sociedades mais justas supõe a integração de ambas as dimensões da cultura e não de uma sobre a outra.

Snyders estava com 73 anos à época de uma entrevista, ocupando-se de questões centradas na questão do prazer e da alegria de aprender na escola, procurando ampliar um pouco suas colocações anteriores (Entrevista realizada por Lourdes Stamato De Camillis, mestra pela PUC/SP e traduzida por Elvira Cristina de Azevedo Souza Lima).

Diz ele ser muito difícil compreender, admitir, diria mesmo digerir, o fato de que os valores sobre os quais construímos nossa existência - basicamente a ideia de que nesses países surgiram um homem novo e uma cultura e uma vida mais dinâmicas, e de que a educação teria, assim, feito grandes progressos - sofreram um rude golpe.

A segunda decepção é que os países em desenvolvimento não se desenvolveram muito: continuam muito pobres. “Tenho a impressão de que no Brasil, país que visitei para ministrar cursos na Universidade de Goiás, há uma classe rica que sempre existiu, uma classe média que lucrou um pouco com a situação e que consegue viver, mas a pobreza, a miséria, a não-educação das crianças continuam de uma maneira muito cruel. A separação entre riqueza e pobreza permanece muito grande: a classe média procura se aproximar da classe alta e os pobres continuam sempre pobres”.

Snyders: “O que me agradou muito em minha vida de professor universitário foi a não-existência de rupturas entre minha vida pessoal, social e a de professor. Tive, assim, a possibilidade de organizar harmonicamente minha vida pessoal com minha mulher, que é professora de Matemática, e meus três filhos, que se tornaram professores também; minha vida social enquanto membro do partido comunista e minha vida profissional, como professor de Ciências da Educação. É um privilégio que se tem ao ensinar na Universidade”.

No final da Guerra, depois que os americanos já estavam na França, Snyders foi preso e deportado. Este episódio marcou-o muito porque foi aí que teve a experiência da infelicidade, da miséria, da humilhação. Era bom aluno, saía bem nas provas, a vida ia bem e, bruscamente, pela primeira vez, “apanhei, passei fome”.

“Foi a partir deste momento que comecei a me preocupar com aqueles para quem esta experiência, que foi para mim temporária, representa o cotidiano. Passei fome durante dez meses na minha vida, mas há muitos que passam fome a vida toda. Todos nós sabemos disso, mas é só ao passar pela experiência que se tem a exata dimensão do que ela significa”.

A música sempre teve uma importância muito grande na minha vida. Desde os seis anos de idade toco piano, meu pai me iniciou na música e foi por isto que eu decidi terminar minha carreira escrevendo um pequeno livro sobre o prazer e a alegria da música. Com a matemática é diferente, os alunos têm de estudá-la; mesmo que não gostem dela, eles sabem que necessitam dominá-la para serem aprovados nas provas, passarem de ano, entrarem na universidade e vencerem na vida”.

Os jovens, entretanto, adoram a música, passam grande parte de seu tempo ouvindo discos e fitas, mas, em geral não é a mesma que se lhes apresenta na Escola. O professor de música se encontra em uma situação estranha: ele tem alunos que adoram música, mas não a música do professor. Ora, não vale a pena ter um professor para fazer com que alunos ouçam na Escola aquilo que eles já ouvem fora dela. Fazê-los, bruscamente, ouvir Beethoven também não vale a pena, porque não dará certo”.

A questão é a seguinte: será que não poderemos encontrar peças musicais intermediárias que possam levar o aluno, partindo do prazer que eles têm com suas próprias músicas, a, pouco a pouco, chegar ao prazer de ouvir os bons músicos? A questão do ensino é levar os alunos, partindo daquilo que eles gostam, a conhecerem e compreenderem a produção dos grandes mestres.

O pensamento da esquerda sofreu, repito, fracassos muito sérios, que foram causados em parte pela ação dos adversários, naturalmente, e em parte pela culpa da própria esquerda. No plano político, é muito complexo e gira em torno da questão da liberdade e do direito do homem. No plano pedagógico, tenho receio de que também tenhamos cometido erros.

Entendo que o objetivo é levar o aluno, partindo de sua experiência e sensibilidade, a interpretar de maneira única e individual a cultura que nós lhe propomos. Ele não vai criar o sentido de um grande criador, não vai realizar uma grande obra, mas também não vai se limitar a uma repetição mecânica. O estudante tem uma personalidade única e o que me interessa é como esta personalidade única vai reter, amar, vibrar e, então, transformar esta cultura que a escola lhe propõe.

Os grandes mestres têm um percurso que não é somente genialidade. Veja-se Mozart, por exemplo. Nem todos os trabalhos de Mozart são geniais. Várias obras são cópias do que existia na época, em música. Mas o gênio imita o que há em torno dele e através deste caminho, pouco a pouco, ele se torna “si mesmo”, genial.

O estudante precisa saber que seu primeiro poema, seu primeiro desenho pode ser tão pouco original quanto algumas peças de Mozart, mas que quanto mais ele trabalhar, quanto mais apreciar os grandes mestres, mais desenvolverá sua originalidade. O progresso dos alunos em Artes e Literatura não é muito diferente do progresso nas Ciências. Assim, o professor precisa conhecer a história da Ciência: não se pode avançar em Física Atômica se não se dominar tudo que já foi feito em Física Atômica.

A grande mudança atualmente é que se sabe que os alunos partem de uma concepção sobre as coisas. Mas estas concepções são, geralmente, falsas. Eles formam estas ideias a partir das possibilidades de nossa civilização, de tudo que existe por aí. Há, então, uma primeira tarefa que é ajudar os alunos a desconstruir estas noções falsas e a compreender por que elas são falsas. Somente depois o professor de Ciências poderá dizer-lhes o que é verdadeiro.

A alegria e o prazer na escola parecem ser, também, uma questão de elite, porque são as crianças das classes mais favorecidas que são bem-sucedidas na Escola. As crianças da burguesia, sintam ou não alegria na escola, continuam a estudar, porque os pais acompanham, ajudam-nas a formar hábitos de estudo e reforçam a ideia de que o futuro delas depende da escola.

A maior parte das crianças em situação de fracasso são das classes populares e elas precisam ter prazer em estudar; do contrário, desistirão, abandonarão a escola, se puderem. Se não puderem, continuarão, mas não aprenderão muito.

A alegria deve ser prioridade para aqueles que sofrem mais fora da escola. Sei que é um pouco utópico, mas de vez em quando é necessário sonhar. O mundo precisa, de tempos em tempos, de pessoas sonhadoras.

Snyders morreu em 2011, aos 94 anos, deixando uma obra apaixonada e convicta, em que a educação e a escola figuram como ofício e espaço de luta, transformação e alegria.



Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho nasceu em Itajubá, MG e vive em Campinas desde os 4 meses de idade. É Cidadã Campineira. Estudou no antigo Grupo Escolar Corrêa de Mello, no Ginásio Campineiro, na “Escola Normal” Carlos Gomes, na PUC-Campinas (Pedagogia), na UNICAMP mestrado e doutorado em Educação, na área de Metodologia e Prática de Ensino. É professora aposentada (PUC-Campinas). Ministra cursos e palestras na área de atuação. Autora de vasta bibliografia.

CCLA NA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

Adilson Roberto Gonçalves

INTRODUÇÃO

A hemeroteca digital da Biblioteca Nacional congrega mais de 100 milhões de páginas de periódicos digitalizados, cobrindo o período desde antes da oficialização da imprensa no país até os dias atuais, com mais de 7,5 milhões de consultas mensais (<https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/apresentacao/>).

O processo de microfilmagem e depois digitalização causou a leitura inadequada de muitas páginas, muitas das quais são ilegíveis.

O buscador não é totalmente eficiente, pois a conversão de caracteres trêmulos ou mesmo impressos de forma não linear (tortos) ocasiona a não identificação de alguns trechos, fato relatado em pesquisa anterior.

Assim, os resultados de busca não são completos e é necessária uma habilidade para combinar outros termos, ou mesmo, folhear cada jornal ou revista individualmente à busca da informação desejada. O que seria apenas uma experiência negativa, prévia, levou às descobertas de inéditos de Lima Barreto (A.R. Gonçalves, “Inéditos de Lima Barreto”, *Correio Popular* 7/3/2019, p. A2).

O objetivo deste trabalho faz parte de uma pesquisa maior acerca do registro da pesquisa científica campineira nos jornais e revistas impressos desde a ascensão da República. O recorte ora apresentado contém

o material que fora publicado nas primeiras décadas do século XX, em particular o primeiro quartil, referente ao Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas.

CCLA E CORPUS DE ANÁLISE

O Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA) nasceu a 31 de outubro de 1901 (<https://ccla.org.br/sobre-o-ccla/>), como uma entidade cultural particular e sem fins lucrativos. A primeira menção à entidade localizada na hemeroteca digital foi em 1903.

No corpus investigado, realizando duas buscas, uma somente com a palavra “CCLA”, e outra, de forma conjunta, com as palavras “ciências”, “letras”, “artes” e “centro”, nos anos de 1900 a 1929, e foram encontradas apenas sete menções, assim referenciadas em ordem cronológica.

1. “Publicações”, *Correio Paulistano*, 17/8/1903, p. 2.
2. “Abertura dos portos do Brasil”, *Correio Paulistano*, 3/6/1907, p. 2.
3. “O aerólito de Campinas”, *O Paiz*, 22/7/1907, p.1.
4. “Actos Officiaes”, *Correio Paulistano*, 8/5/1912, p. 6
5. “La instrucción pública”, *Diário Español*, 20/11/1913, p. 7.
6. “Vida política”, *A Manhã*, 24/5/1924, p. 3.
7. “De Campinas – Benedicto Otavio”, *Correio Paulistano*, 7/1/1927, p. 7.

CORREIO PAULISTANO

Nesse periódico, cujo acervo na hemeroteca digital vai de 1854 até 1963, foi em que foram encontradas mais menções ao CCLA, um total de quatro. Foram relatados ou noticiados, notadamente, a revista do CCLA, um concurso sobre o centenário da abertura dos portos, uma matéria sobre a morte de Benedicto Octavio, que foi membro do CCLA, além de ofícios corriqueiros.

O *Correio Paulistano* de 1903 noticia o recebimento do número 4 da Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas “aparece-nos muito interessante, oferecendo boa leitura”. E lista o sumário daquele número, reproduzido a seguir na Figura 1.

Ainda no *Correio Paulistano* aparecem, na edição de 1912, outra menção ao CCLA, noticiando o recebimento de ofícios pedindo a remessa do Diário Oficial para sua biblioteca e, na mesma coluna, congratulando-se com o governo pela criação do Pensionato Artístico, que ainda será objeto de investigação posterior neste projeto. Cumpre lembrar que não havia à época o diário oficial como hoje existe e os jornais cumpriam, em parte, a função de noticiar as ações governamentais.

Figura 1. Notícia sobre a revista do CCLA, *Correio Paulistano*, 17/8/1903, p. 2



Em forte tom de civismo, chamou à atenção a promoção, em 1907, de um concurso em comemoração ao centenário da abertura dos portos, cuja íntegra reproduzo na forma da Figura 2. Não foram encontradas, na hemeroteca digital, menções posteriores acerca da realização de tal concurso.

Figura 2. Concurso para comemorar o centenário da abertura dos portos,
Correio Paulistano (1907)



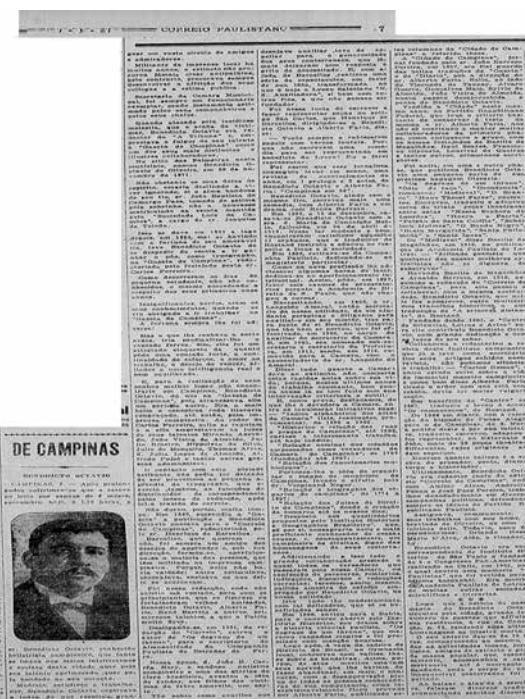
Por fim, na matéria sobre a morte de Benedicto Octavio, em 1927 no Correio Paulistano, há menção ao CCLA, em reportagem de página inteira, trecho que transcrevo com grifos meus e com a grafia atualizada, revelando a importância desta revista.

“Fundado desde 1901, o “Centro de Ciências, Letras e Artes” para ele contribuiu Benedicto Octavio, com grande dedicação e com as luzes de seu saber. Colaborou e redatoriou a revista deste Instituto campineiro, que já o teve como secretário. Dos seus artigos

saídos nessa revista, não podemos silenciar o trabalho: – “Carlos Gomes”, o único estudo sério sobre a vida do imortal maestro campineiro, e como bem disse Alberto Faria, tirado o ardor com que está concebido, devia ter maior vulgarização. (grifos meus)

Benedito Otávio, em grafia atualizada, foi um intelectual campineiro, perfilado por Duílio Battistoni Filho para o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas (<https://ihgcampinas.org/2019/11/01/benedito-otavio-um-intelectual-campineiro/>).

Figura 3. Matéria de meia página com o obituário de Benedicto Octavio
(Correio Paulistano, 1927)



DEMAIS PUBLICAÇÕES – A MANHÃ, DIÁRIO ESPAÑOL E O PAIZ

A Manhã, em 1924, noticia que o Partido Democrático de Campinas usou o salão nobre do CCLA para a realização de sessão cívica em homenagem à memória do Con-

selheiro Antonio Prado, que era sócio do CCLA, e que dá nome à Escola Técnica nos Amarais, em Campinas.

Um fato digno de nota é o *Diário Español*, destaca as melhores bibliotecas do Estado de São Paulo, em artigo avaliando a educação e a cultura no estado. O artigo é longo e enaltece as qualidades paulistas. Destaco na Figura 4 uma reprodução da lista de melhores bibliotecas. Vemos que se trata de avaliação de todas as bibliotecas do Estado de São Paulo e é dado o devido destaque para a biblioteca do CCLA em 1913, com praticamente uma década de existência. A Biblioteca César Bierrenbach, continua a ser de suma importância, como pode ser constatado pelas informações no site <https://ccla.org.br/biblioteca-cesar-bierrenbach/>.

Figura 4. Bibliotecas mais importantes, Diário Español (1913)

Las Bibliotecas más importantes por el número de volúmenes son las siguientes :

Biblioteca Pública del Estado.
> de la Facultad de Derecho.
> del Centro de Ciencias, Letras y Artes, de Campinas.
> del Gabinete de Cultura Sorocabano.
> del Colegio de S. Luis, de Ibi.
> de la Escuela Normal, de la Capital.
> de la Sociedad de Comercio. de Santos.

Esta análise é finalizada com uma importante notícia sobre um aerólito encontrado em Campinas sobre o qual pairava a dúvida sobre a origem. A coluna publicada em *O Paiz* (1907) (Figura 5) apresenta uma carta de um suposto especialista contestando a descoberta, mas usando de uma ortografia estranha à época. Rocha, por exemplo, foi grafada “róxa”. Cita os químicos e que a dúvida somente poderia ser dirimida pelos especialistas do Centro de Ciências, revelando a importância da agremiação como consultora de questões científicas atuais. Há um forte tom de ironia no texto.

É um exemplo que tangencia as ações do CCLA por conter uma crítica à reforma ortográfica. Foi também um resultado de busca enviesada na hemeroteca digital, pois na menção da matéria não aparece “Letras”, usada como palavra a ser buscada. Em buscas futuras tais considerações deverão ser avaliadas, uma vez que há menção à revista do “Instituto” palavra usado em vez de “Centro”.

Figura 5. O aerólito de Campinas, *O Paiz* (1907) (original em coluna única)



CONCLUSÃO

A amostragem de menções ao CCLA no corpus estudado é pequena, porém significativa da importância que o Centro já possuía desde seus primórdios. Esta revista, como veículo de divulgação do conhecimento científico, das artes e das letras é o elemento principal das menções, cujo sumário foi transscrito na primeira menção identificada,

já em 1903. A biblioteca foi identificada como de alta qualidade já em 1927. As ações do CCLA e a importância da opinião foi ressaltada nas publicações encontradas.



Adilson Roberto Gonçalves é pesquisador na Unesp-Rio Claro, presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas, membro da Academia Campinense de Letras, da Academia Campineira de Letras e Artes e da Academia de Letras de Lorena. Publicou “Transformações na Terra das Goiabeiras” (crônicas de ciência e tecnologia, 2017) e “O eu e o outro” (poesias, 2016). Curioso da obra de Euclides da Cunha e Lima Barreto. Mantém o Blog dos Três Parágrafos. E-mail: prodomoarg@gmail.com

INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS, UM PIONEIRO EM RISCO

Marco António Teixeira Zullo

Quando nos debruçamos sobre universidades e instituições de pesquisa da Europa, Ásia e Américas, causa agradável surpresa percebermos quantas instituições seculares encontramos, enquanto estranheza como muito poucas há no Brasil. Entre elas, até jovem pelo critério de antiguidade, está o Instituto Agronômico, carinhosamente chamado de Instituto Agronômico de Campinas, o IAC, que neste ano de 2025 completa 138 anos de atividade ininterrupta.

Em um cenário de baixa produtividade das lavouras de café e cana-de-açúcar e de pragas e doenças que as afetavam, a “Despesa Geral do Império para o exercício de 1886-1887 e 2º semestre de 1887” autorizou o dispêndio de Rs 30:000\$000 em “Auxílios para escolas práticas de agricultura e fundação de uma estação agronômica, ...”(1). Dada a importância da cultura cafeeira na região de Campinas, a cidade foi escolhida para sediar a estação agronômica, para a qual foi contratado o químico Franz Wilhelm Dafert, doutor em Química pela Universidade de Giesse, indicado ao cargo pelo Dr. August von Hoffman, professor da Universidade de Berlim e ex-aluno de Justus von Liebig, fenomenal químico orgânico e analítico que estabeleceu as bases da nutrição mineral das plantas e permitiu um dos maiores avanços na produtividade agrícola.

O jovem químico, de apenas 24 anos de idade à época de sua contratação, embora bem recebido pelas autoridades no Rio de

Janeiro, não o foi em Campinas. Aqui os agricultores pretendiam a instalação de uma escola agrícola, em que pudessem aprender técnicas que lhes permitissem melhorar os cultivos, diminuir as doenças e obter maiores colheitas. Uma estação agronômica que viesse a fazer experimentos de resultados duvidosos lhes parecia uma desnecessária aventura.

Dafert, inicialmente, escreveu uma série de artigos para explicar à sociedade campineira as vantagens de contar com uma instituição de pesquisa agrícola em seu meio e conseguiu alguns apoios que lhe permitiram desenvolver uma colaboração construtiva com muitos dos agricultores.

Embora fosse óbvia a diferença de clima entre a Europa e o Brasil, logo percebeu, graças às suas análises químicas, haver uma enorme diferença na composição dos solos dos dois ambientes e, portanto, não se poderiam utilizar aqui os mesmos procedimentos de cultivo que os utilizados naquela região. No período de 10 anos que dirigiu, com alguma interrupção, a Estação Agronômica (ou o Instituto Agronômico, quando aquela passou à administração do estado de São Paulo após a Proclamação da República) realizou uma grande série de experimentos com muitas culturas em duas fazendas campineiras, a Guanabara e a Taquaral, de localizações hoje incertas, porém se presume que sejam a primeira a sede do IAC e a segunda uma parte da atual Fazenda Santa Elisa, que abriga o

Centro Experimental de Campinas. Ainda que alguma experimentação tenha sido feita com café e cana-de-açúcar, grande parte o foi com culturas de pequeno significado econômico à época, como gramíneas, forrageiras, hortaliças e também videiras, provavelmente por serem muito cultivadas por imigrantes no fim do Império. Além dos estudos de fertilidade do solo introduziu também os de meteorologia aplicada à agricultura, os de fitopatologia e os de enologia (2). Para a história posterior do IAC Dafert legou a importância da diversidade do cultivo agrícola e o conhecimento do meio em que a agricultura é exercida.

Com a saída de Dafert do IAC iniciou-se um período em que foi privilegiado o oferecimento de soluções práticas aos agricultores, minimizando-se a experimentação. A discussão sobre o IAC ser uma instituição de pesquisa ou ensino, que acompanhou os seus primeiros anos, deixou de existir com a criação, em 1900, da Escola Agrícola Prática de Piracicaba, hoje Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (ESALQ), na Fazenda São João da Montanha, doada por Luiz Vicente de Souza Queiróz ao governo estadual com a condição de ser destinada ao ensino agrícola.

À mesma época, em 1901, com o fim das epidemias de febre amarela a vida social e cultural de Campinas refloresceu e os cientistas do Instituto Agronômico passaram a ser melhor aceitos pela cidade. Assim, aos professores João Cesar Bueno Bierrenbach, Henrique Maximiano Coelho Neto, Francisco de Paula Magalhães Gomes, Manuel Agostinho Lourenço, Gustavo Enge e Camilo Vanzolini, do Ginásio do Estado (hoje Colégio Culto à Ciência), associaram-se José de Campos Novaes e os irmãos Edmundo e Alexandre

Krug e os químicos Henri Potel, Ernest Sixt, Reinaldo Bolliger, o entomologista Adolpho Hempel, e Abelardo Pompeu do Amaral, do Instituto Agronômico, médicos, jornalistas e engenheiros da Companhia Paulista para fundarem o Centro de Ciências, Letras e Artes que tinha, entre outros objetivos, os de “contribuir para o melhoramento das condições da agricultura e criação do País; vulgarizar o estudo das moléstias de plantas e animais e os meios de debelá-las; esforçar-se pela adoção e prática de leis florestais e protetoras da fauna e flora brasileira” (3).

Este período de relativo declínio do Instituto originou um esforço de reorientação para a experimentação agrícola. Em 1924 foi contratado para esta tarefa o engenheiro Theodoreto Leite de Almeida Camargo, professor da ESALQ, que, para pô-la em prática, contou tanto com a colaboração de alguns dos técnicos de maior experiência que se incomodavam com o excessivo pragmatismo dos últimos 15 a 20 anos como com a contratação de jovens agrônomo recém-graduados. Em sua administração iniciou-se o estudo integrado das culturas agrícolas sob os aspectos do melhoramento genético, do trato cultural, da sanidade vegetal e da nutrição mineral. Isto permitiu que o algodão passasse de cultura insignificante a de importância econômica para o estado de São Paulo e depois a outros estados do país, oferecendo um paliativo aos prejuízos causados pela crise do café de 1929. Nessa época também se iniciaram estudos para o melhoramento genético do milho, do café, da cana-de-açúcar, do arroz, do feijão, de porta-enxertos de citros e de videiras. Também se iniciou a atuação do IAC rumo a regiões de diferentes solos e climas (além daquela realizada na Fazenda

Santa Elisa), fazendo com que se pudessem desenvolver diferentes métodos de cultivo e genótipos de acordo com as exigências do meio ambiente. A partir de então foram-lhe transferidas as estações experimentais de Tietê (1924), Limeira e São Roque (1928), Piracicaba (1930), Ubatuba (1931), Tatuí (1933), Pindorama e Ribeirão Preto (1934), Jundiaí (1936), Mococa (1939), Jaú e Monte Alegre do Sul (1942), Itararé (1944), Pindamonhangaba (1945), Paríquera Açu (1955), Capão Bonito (1969), Votuporanga (1983), Adamantina e Assis (1986)(4). [Uma reforma no ambiente de pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento em 2002 retirou do IAC a maioria destas estações experimentais que, no entanto, estão retornando pouco a pouco à sua administração].

Este período de 1924 a meados da década de 1990 é caracterizado por intensa atividade de conhecimento do território agrícola de São Paulo, através dos intensos levantamentos pedológicos realizados, dos levantamentos de fertilidade dos solos, da introdução e aclimatação de inúmeras culturas de clima temperado, do melhoramento genético de culturas perenes, temporárias ou anuais, do desenvolvimento de métodos de manejo das culturas, e até do desenvolvimento de máquinas agrícolas. Exemplificando, neste período se desenvolveram as primeiras cultivares de soja passíveis de cultivo em solo nacional, inúmeras cultivares de trigo para panificação para cultivo em solos ácidos (como os de nosso estado), de arroz, de milho, de gergelim, de feijão (incluindo o carioca, de uso cada vez mais disseminado em nosso país), de amendoim, de batata, de mandioca, de grão-de-bico, de café arábica (cultivares criadas pelo IAC respondem por cerca de 90% do arábica plantado no Brasil,

algumas resistentes à ferrugem do café), de palmito pupunha, de cana-de-açúcar, de frutas (como manga, abacate, banana, abacaxi, pêssego, entre outras), de seringueira (a heveicultura de São Paulo é a mais produtiva do país e totalmente baseada em cultivares IAC), de hortaliças (como alface, tomate, morango), se realizou a introdução de cultivos de clima temperado como os de noz pecã e macadâmia, entre outros. Deve-se mencionar ainda o desenvolvimento de métodos de cultivo e análise de plantas fibrosas, e o de cultivo de plantas aromáticas e desenvolvimento de equipamentos para a extração de óleos essenciais. Instruções práticas sobre a adubação e o cultivo de parte das inúmeras culturas estudadas pelo IAC são publicadas nos Boletins 100(5) e 200(6), periodicamente revistos pelo seu corpo técnico.

Estas atividades continuaram a ser desenvolvidas nos últimos 30 anos, destacando-se a implantação do curso de pós-graduação em Agricultura Tropical e Subtropical, a criação de cultivares de algodão resistentes a múltiplas doenças, de arroz preto, de palmito pupunha, de trigo duro para a indústria de massas, de café com resistência a nematóides ou com baixos teores de cafeína. Outras ações envolveram a testagem de máquinas agrícolas e a criação de equipamentos de proteção individual para a agricultura, o desenvolvimento de métodos de cultivo protegido, de sistemas de cultivo agroflorestal, de métodos de micropropagação de múltiplas culturas (como batata, café, plantas ornamentais). Ampliou-se no período a caracterização química de plantas introduzindo um novo parâmetro a ser considerado no melhoramento genético. Também tem ganhado importância o desenvolvimento de variedades e cultivares com proprieda-

des nutracêuticas, como em batatas doce e mandioca. Mais recentemente têm-se desenvolvido inúmeras cultivares de macaúba com elevados teores de óleo capazes de uso na produção de biodiesel. Métodos para o combate ao “greening” (“huanglongbing”, HLB), doença que tem causado enormes prejuízos têm sido estudados na área de citricultura.

Muito do que foi realizado no Instituto Agronômico deveu-se a uma diretriz implantada já em 1929, o trabalho em tempo integral, isto é, a dedicação do técnico, do engenheiro, do cientista, apenas ao seu trabalho no Instituto. Este tipo de regime de trabalho foi adotado por outras instituições de nosso estado ao longo do tempo, culminando com a criação do Regime de Tempo Integral em 1957 para a Universidade de São Paulo (USP) e alguns institutos de pesquisa, entre eles o IAC. Nos anos seguintes a USP criou um regime próprio e os institutos de pesquisa da administração direta do estado de São Paulo conseguiram a criação da série de classes de pesquisador científico, em 1975 (7). Isto significou um alento a estas instituições, nomeadamente, naquela ocasião, os Institutos Agronômico, Biológico, de Botânica, de Economia Agrícola, Florestal, de Pesca, de Tecnologia de Alimentos, e de Zootecnia, da Secretaria de Agricultura; Institutos Adolfo Lutz, Butantan, de Cardiologia, Pasteur, e de Saúde, da Secretaria de Saúde e do Instituto Geográfico e Geológico, da Secretaria de Economia e Planejamento. No caso do IAC significou uma maior fixação dos técnicos recém-contratados em 1975: para isso também contribuiu o envio de uma grande parte destes para treinamentos no exterior. No período de 1975 a 1988 houve uma relativa constância no número de pesquisadores científicos, dado que os valores de salários eram

equivalentes aos das universidades estaduais paulistas, embora não fossem as condições de promoção na carreira. A evasão de profissionais de auxílio à pesquisa e os baixos salários eram preocupantes, a ponto de estes fatores serem citados na publicação comemorativa do centenário da instituição (4).

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, em que se concedia as autonomias didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (8), e sua reprodução na Constituição Estadual de 1989 (9), ocorreu o rompimento da condição de equivalência salarial entre os dois ambientes públicos de pesquisa do estado de São Paulo. Ambas as Constituições estenderam, anos depois, a autonomia universitária aos institutos de pesquisa, porém, ao menos no estado de São Paulo isto não aconteceu, uma vez que os institutos de pesquisa das Secretarias de Agricultura e Abastecimento, de Meio Ambiente, Infra-estrutura e Logística, e de Saúde continuaram a ser órgãos da administração direta, portanto sujeitos às políticas de eventual governo, com pequena possibilidade de gestão de seu presente e seu futuro.

As Leis Complementares nºs 661 (10) e 662 (11) criaram as séries de classes de apoio à pesquisa e de assistentes técnicos de pesquisa nos institutos da administração direta, em uma tentativa de modernização das carreiras de funcionários auxiliares da pesquisa, porém não foram capazes de estancar o êxodo de servidores dos institutos, devido à defasagem de salários entre estes ambientes e os das universidades e iniciativa privada. A mesma situação era vivida pelos pesquisadores científicos, o que

só foi tentado corrigir em 1993 (12), por uma lei que previa a correção periódica de vencimentos dos pesquisadores científicos com base nos vencimentos de professores universitários. Uma série de ações visando o cumprimento desta lei levou a ganhos de causa para alguns dos pesquisadores, mas não à totalidade, criando um esdrúxulo sistema retributório em que pesquisadores de mesma classe recebiam valores diferentes de vencimentos e mesmo de classe inferior recebiam valores maiores que os de classe superior, abalando fortemente o critério meritocrático de ascensão na série de classes. Esta situação perversa levou à promulgação de outra lei que aparentemente corrigia as discrepâncias em um curto intervalo de tempo (13), porém não corrigiu as distorções apontadas, que perduram até hoje. Esta situação fez com que o IAC admitisse 92 pesquisadores científicos entre dezembro de 2004 e junho de 2008, porém provocasse a exoneração de 38 dos novos contratados entre junho de 2005 e dezembro de 2012, junto à aposentadoria ou exoneração de outros 44 de maior experiência na casa. Assim, os 201 pesquisadores científicos e 1795 funcionários de outras categorias em exercício em 1987 (4, p. 16) transformaram-se em 111 pesquisadores e 201 outros funcionários em fevereiro de 2025, reduções respectivas de 45% e 89%.

A grande inserção que o IAC tinha no interior do estado de São Paulo foi muito abalada com a criação da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios em 2002 (14), que transferiu 14 de suas estações experimentais fora de Campinas para um novo instituto da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Embora ainda continuasse a haver trabalhos conjuntos entre ambos os

institutos, o contato de pesquisadores do IAC com os agricultores de outras regiões foi bastante diminuído, bem como aumentada a competição por recursos muito restritos. Problemas de gestão e recursos provocaram o retorno de 6 das estações experimentais para o IAC.

A grande extensão das estações experimentais, algumas delas agora fronteiriças a áreas urbanas, serve tanto à experimentação agrícola quanto à proteção e recuperação de áreas de cerrado e Mata Atlântica e tem provocado a cobiça do setor imobiliário, situação que é vivida também em outros institutos de pesquisa em São Paulo. A alienação destas áreas, no todo ou em parte, paira como uma ameaça permanente a estas instituições, de vez que respaldada por diferentes governos do estado de São Paulo, ao menos desde 2016 (15), que prevêem a venda do total da área do Centro de Engenharia e Automação e parte das estações de Tatuí e Pindamonhangaba (uma parte já alienada). Recentes esforços foram feitos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento para a venda de 35 áreas ocupadas por institutos de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, frustrada por decisão judicial por não cumprir requisitos mínimos da legislação (16).

A despeito das condições adversas o IAC continua a oferecer soluções à agricultura paulista em melhoramento genético de culturas de importância econômica (como as de café, cana-de-açúcar, mandioca, amendoim, feijão, batata-doce), na nutrição, fisiologia e química de plantas, na fitossanidade, na fisiologia de pós-colheita, no desenvolvimento de métodos e equipamentos de proteção na agricultura, entre outras atividades. Seus pesquisadores têm-se empenhado com su-

cesso na obtenção de recursos extra-orçamentários para a execução de seus projetos de pesquisa e na colaboração com pesquisadores de outras instituições nacionais ou estrangeiras, e com a iniciativa privada.

O Instituto Agronômico, hoje, como muitos outros institutos de pesquisa do estado de São Paulo, trabalha muito aquém da sua capacidade, seja por gestão anacrônica seja por exagerada submissão a governos de ocasião (que frequentemente não têm qualquer política de ciência, tecnologia e inovação). Têm necessidade não somente de preservação de suas áreas de experimentação e seus imóveis, têm necessidade de orçamentos suficientes e estáveis, têm necessidade de contratação urgente de pesquisadores científicos e de suas diversas classes de funcionários auxiliares, com salários condizentes com os de ambientes de ciência e tecnologia assemelhados, sem o que não haverá a manutenção de quadros estáveis: sem fixação de cérebros não há ambiente de criação que prospere.

São Paulo ainda tem instituições de pesquisa, como o IAC, que muito podem contribuir para a pujança de sua agricultura em seus diversos aspectos: precisa que não as sufoque. Passado de honra têm, presente de dificuldades também, mas o futuro lhes está sendo vedado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E NOTAS

1. Lei 3314, de 16 de outubro de 1886, Art. 7º
2. Uma boa referência para este período é o livro de Reginaldo Alberto Meloni, “Ciência e Produção Agrícola: A Imperial Estação Agronômica de Campinas 1887-1897”, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004; v. também os Relatórios Anuais do período de 1888 a 1897, encontráveis no IAC
3. Celso Maria de Mello Pupo, “Centro de Ciências Letras e Artes” de Campinas, Cincozentenário de sua fundação (<https://atom.cmu.unicamp.br/o-centro-de-ciencias-letras-e-artes-de-campinas-2>), consultado em 13/08/2025
4. Vitú do Carmo & Zuleika Alvim, Chão Fecundo: 100 Anos de História do Instituto Agronômico de Campinas, Agroceres, 1987
5. Heitor Cantarella & outros, Boletim 100: Recomendações de Adubação e Calagem para o Estado de São Paulo, Instituto Agronômico, 2022
6. Adriano Tosoni da Eira Aguiar & outros, Boletim 200: Instruções agrícolas para as principais culturas econômicas, Instituto Agronômico, 2014
7. Lei Complementar nº 125, de 18 de novembro de 1975. Atualmente estão abrangidos pelas Leis Complementares nºs 125, 661 (9) e 662 (10) os Institutos de Ação Regional, Agronômico, Biológico, de Economia Agrícola, de Pesca, de Tecnologia de Alimentos e de Zootecnia na Secretaria de Agricultura e Abastecimento; o Instituto de Pesquisa Ambiental (resultante da extinção do Instituto Florestal e sua fusão com os Institutos de Botânica e Geológico pela Lei nº 17293, de 15 de outubro de 2020) na Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; os Institutos Adolfo Lutz, Butantan, Dante Pazzanese de Cardiologia, Lauro de Souza Lima, Pasteur e de Saúde na Secretaria de Saúde; e o Instituto Geográfico e Cartográfico na Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão do Governo do Estado de São Paulo. Servidores da Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN) também eram regidos por estas leis, até a extinção da autarquia pela mesma Lei nº 17293 citada.
8. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, Artigo 207
9. Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989, Artigo 254
10. Lei Complementar nº 661, de 11 de julho de 1991
11. Lei Complementar nº 662, de 11 de julho de 1991
12. Lei Complementar nº 727, de 15 de setembro de 1993

13. Lei Complementar nº 859, de 21 de setembro de 1999

14. Decreto nº 46488, de 8 de janeiro de 2002

15. Lei nº 16338, de 14 de dezembro de 2016, modificada pelas Leis nºs 17293, de 15 de outubro de 2020, e 17612, de 19 de dezembro de 2022

16. Ação Civil Pública, Processo Digital nº 1030671-53.2025.8.26.0053, Liminar de 11 de abril de 2025; Registro nº 2025.0000389929, Agravo de Instrumento nº 2111115-21.2025.8.26.0000, Voto nº 19594, Acórdão de 23 de abril de 2025



Marco Antônio Teixeira Zullo é Pesquisador Científico aposentado, ex-Diretor Geral do Instituto Agronômico de Campinas.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS E IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO ATUAL

Thiago Ribas Bella

A inteligência artificial (IA) consolidou-se como uma das tecnologias mais influentes do século XXI, transformando profundamente a maneira como vivemos, trabalhamos e interagimos. Sua trajetória teve início em meados do século XX, com contribuições conceituais de pioneiros como Alan Turing que, em 1950, propôs o renomado “Teste de Turing” para avaliar a capacidade de inteligência de uma máquina¹. A IA firmou-se como área de pesquisa a partir de 1956, na histórica Conferência de Dartmouth, nos Estados Unidos, onde figuras como John McCarthy, Marvin Minsky e Claude Shannon estabeleceram os fundamentos para o estudo científico de sistemas aptos a simular o raciocínio e o comportamento humano, além de cunhar o próprio termo “Inteligência Artificial”². Com o passar das décadas, o aprimoramento do poder computacional e o desenvolvimento de algoritmos mais complexos, como o aprendizado de máquina e o aprendizado profundo, impulsionaram a IA para além dos ambientes de pesquisa, convertendo-a em um motor essencial de inovação.

A inteligência artificial é um campo da ciência da computação dedicado à concepção de sistemas que simulam funções cognitivas humanas, como percepção, raciocínio, aprendizado e tomada de decisão. Entre

essas tarefas, destacam-se o reconhecimento de fala, a visão computacional, a tomada de decisões, a aprendizagem e a interpretação de linguagem natural. A IA pode ser categorizada de diversas maneiras, mas a distinção mais comum se dá entre a IA restrita (ou fraca) e a IA geral (ou forte). A IA restrita, que representa a forma de IA predominante hoje, é concebida e treinada para uma tarefa específica e singular, como os assistentes virtuais (por exemplo, Siri ou Alexa), os tradutores automáticos, os sistemas de recomendação em plataformas de streaming e o reconhecimento facial em smartphones. Em contraste, a IA geral é uma inteligência hipotética, dotada da capacidade de compreender e executar qualquer tarefa cognitiva que um ser humano consegue realizar, adaptando-se a novas situações sem a necessidade de um novo treinamento. Este último tipo de IA ainda é objeto de pesquisa e de narrativas de ficção científica. Atualmente, a maioria das aplicações que encontramos em nosso cotidiano envolve a IA restrita, que emprega modelos complexos, treinados com vastos volumes de dados (o que conhecemos como big data), para identificar padrões e fornecer respostas ou soluções em contextos bem definidos.

Atualmente, a IA está integrada ao nosso dia a dia e transcende o âmbito tecnológico, posicionando-se como um pilar fundamental na resolução de desafios complexos do século XXI. No contexto econômico, a IA impulsiona a automação de processos, otimizando a pro-

1 TURING, A. M., I.—COMPUTING MACHINERY AND INTELLIGENCE, *Mind*, v. LIX, n. 236, p. 433–460, 1950.

2 MCCARTHY, John et al, A Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence: August 31, 1955, *AI Mag.*, v. 27, n. 4, p. 12–14, 2006.

dução e aprimorando a eficiência em setores como manufatura, logística e atendimento ao cliente. Em fábricas, robôs equipados com IA realizam tarefas repetitivas com alta precisão, enquanto na cadeia de suprimentos, algoritmos preveem a demanda e otimizam rotas de entrega. Isso não apenas aumenta a produtividade, mas também abre caminho para a personalização em massa de produtos e serviços, atendendo às necessidades individuais dos consumidores. No campo da medicina, a IA se revela uma ferramenta de grande poder e impacto. Algoritmos de aprendizado profundo são capazes de analisar imagens médicas, como raios-X, ressonâncias magnéticas e tomografias, para detectar anomalias e auxiliar no diagnóstico precoce de doenças como o câncer, muitas vezes com uma precisão superior a de especialistas humanos³. Seu impacto se estende a áreas cruciais como a agricultura, onde a IA, por meio do uso de drones e sensores, permite o monitoramento de culturas e a identificação de infestações e enfermidades de forma precisa e em larga escala⁴. Algoritmos aprimoram a utilização de recursos como água e fertilizantes, resultando em maior eficiência e sustentabilidade. Nas finanças, a IA melhora a detecção de fraudes em tempo real e a criação de modelos de risco mais precisos.

Apesar de seu potencial transformador, a inteligência artificial impõe desafios éticos e sociais que exigem atenção crítica. Um dos principais é o viés algorítmico: sistemas de IA treinados com dados enviesados podem reproduzir ou ampliar preconceitos existentes, resultando em decisões injustas em

processos seletivos, concessão de crédito ou até no sistema judicial. A privacidade também é motivo de preocupação, já que o treinamento desses modelos depende de grandes volumes de dados pessoais, muitas vezes coletados sem o devido consentimento ou transparência. Soma-se a isso a crescente desigualdade no acesso a essas tecnologias, que tende a concentrar poder e recursos em poucas mãos.

Do ponto de vista técnico, a inteligência artificial enfrenta limitações significativas que impactam diretamente sua sustentabilidade e eficácia. O êxito dos modelos de aprendizado de máquina e aprendizado profundo está diretamente ligado à disponibilidade de grandes volumes de dados de alta qualidade. A carência de dados ou a presença de informações imprecisas podem comprometer o desempenho e a confiabilidade dos sistemas. Além disso, o treinamento e a operação desses modelos exigem um poder computacional colossal e, consequentemente, um consumo energético elevado, o que levanta preocupações ambientais sobre a pegada de carbono. No entanto, uma dimensão ambiental menos discutida, mas igualmente crítica, é a pegada hídrica da IA.

Modelos generativos de larga escala, como o GPT-4, são executados em datacenters que consomem bilhões de litros de água potável anualmente, tanto para resfriamento dos servidores quanto para geração de eletricidade. Em 2023, apenas os datacenters próprios de uma grande empresa de tecnologia retiraram cerca de 29 bilhões de litros de água, dos quais 23 bilhões foram efetivamente consumidos (evaporados), sendo cerca de 80% água potável. Esse volume é comparável ao consumo anual de grandes indústrias de bebidas. Além disso, o consumo hídrico des-

3 SINGH, Gaurav *et al*, A comprehensive assessment of artificial intelligence applications for cancer diagnosis, Artificial Intelligence Review, v. 57, n. 7, p. 179, 2024.

4 HAFEEZ, Abdul *et al*, Implementation of drone technology for farm monitoring & pesticide spraying: A review, Information Processing in Agriculture, v. 10, n. 2, p. 192–203, 2023.

ses datacenters aumentou cerca de 20% entre 2021 e 2022, e mais 17% entre 2022 e 2023, evidenciando uma tendência acelerada de crescimento¹. As projeções para os próximos anos são ainda mais preocupantes. Estima-se que, até 2028, os datacenters nos Estados Unidos possam consumir entre 150 e 280 bilhões de litros de água por ano, o que representa até quatro vezes o consumo atual¹. Em escala global, a IA pode demandar entre 4,2 e 6,6 bilhões de metros cúbicos de água em 2027, sendo um volume superior de quatro a seis vezes ao consumo anual da Dinamarca, ou metade do que consome o Reino Unido⁵.

A esfera jurídica também tem sido profundamente impactada pela ascensão da inteligência artificial, exigindo um arcabouço regulatório específico e atualizado para lidar com suas múltiplas implicações. Leis como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, 2018) no Brasil e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR, 2016) na União Europeia foram marcos importantes para garantir maior controle dos cidadãos sobre suas informações pessoais. No entanto, essas legislações precedem a consolidação de modelos de linguagem generativa, como o ChatGPT, lançado em 2022, e o Gemini, lançado em 2023 (antigo Bard), que ampliaram exponencialmente o alcance, o impacto e os riscos associados ao uso de IA. Diante desse novo contexto, a União Europeia aprovou o EU AI Act, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2024, sendo a primeira regulamentação abrangente do mundo dedicada exclusivamente à inteligência artificial. O regulamento estabelece diferentes níveis de risco para os sistemas de IA e impõe requisitos rigorosos para aplicações classificadas como de alto risco, como as usadas em áreas

sensíveis (educação, saúde, crédito, justiça e segurança pública). O EU AI Act também inclui regras específicas para modelos de uso geral, como os grandes modelos de linguagem, exigindo transparência, rastreabilidade e documentação técnica. A legislação europeia torna-se, assim, uma referencial global, influenciando iniciativas semelhantes em outras regiões, incluindo projetos de lei em discussão no Brasil, como o PL 2.338/2023.

Sob a perspectiva ocupacional, a IA impõe desafios importantes para a força de trabalho e para a sociedade em geral, gerando a necessidade de uma adaptação profissional e de uma requalificação em massa. A automação de tarefas repetitivas e rotineiras, que antes eram realizadas por humanos, tem levado à redefinição de funções e, em alguns casos, à eliminação de postos de trabalho. Por exemplo, no setor de manufatura, robôs assumem cada vez mais a montagem e inspeção de produtos, enquanto no atendimento ao cliente, assistentes virtuais lidam com um volume crescente de interações, sendo cada vez mais raro encontrar atendimento humano. No setor de serviços, a IA pode otimizar a logística de entregas e a gestão de estoques, reduzindo a demanda por certas atividades manuais. Essa transformação, embora prometa maior eficiência e produtividade, exige que os trabalhadores desenvolvam novas competências para atuar em um ambiente colaborativo com a tecnologia. A capacitação em habilidades digitais, como programação, análise de dados e o uso de ferramentas de IA, torna-se essencial. Além disso, a educação continuada e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como criatividade, pensamento crítico e resolução de problemas complexos, são cruciais para que os profissionais possam se adaptar a um

⁵ Making AI Less ‘Thirsty’ – Communications of the ACM.

mercado de trabalho em constante evolução, onde a colaboração entre humanos e máquinas será cada vez mais comum. Portanto, o debate sobre como garantir uma transição justa para um futuro com mais IA, investindo em programas de educação, requalificação e em políticas de emprego que apoiem a transição dos trabalhadores, é crucial para que os benefícios da tecnologia sejam compartilhados de forma equitativa por toda a sociedade, mitigando os riscos de aumento da desigualdade.

A inteligência artificial representa um marco transformador deste século, com potencial para redefinir a forma como vivemos, trabalhamos, produzimos conhecimento e enfrentamos os grandes desafios globais. Suas aplicações já promovem avanços expressivos em setores como saúde, agricultura, educação e indústria, ao mesmo tempo em que suscitam importantes questões técnicas, ambientais, sociais, jurídicas e éticas. Os riscos associados ao viés algorítmico, à concentração de poder, à pegada ecológica e à disruptão no mercado de trabalho não devem ser ignorados, mas enfrentados de maneira proativa. O progresso da IA exige não apenas inovação tecnológica, mas também compromisso com responsabilidade social, transparência e sustentabilidade. A criação de marcos regulatórios robustos é um passo fundamental para garantir que essa tecnologia seja desenvolvida e utilizada em benefício de todos. Para que a inteligência artificial contribua com uma sociedade mais justa, segura e inclusiva, será essencial promover um diálogo contínuo entre ciência, política, setor produtivo e sociedade civil, bem como investir em educação, regulação e pesquisa ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LI, Pengfei; YANG, Jianyi; ISLAM, Mohammad A.; REN, Shaolei. Making AI Less “Thirsty”. *Communications of the ACM*, v. 68, n. 7, p. 54–61, jul. 2025.
- HAFEEZ, Abdul; HUSAIN, Mohammed Aslam; SINGH, S. P.; et al. Implementation of drone technology for farm monitoring & pesticide spraying: A review. *Information Processing in Agriculture*, v. 10, n. 2, p. 192–203, 2023.
- MCCARTHY, John; MINSKY, Marvin L.; ROCHESTER, Nathaniel; et al. A Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence: August 31, 1955. *AI Mag.*, v. 27, n. 4, p. 12–14, 2006.
- SINGH, Gaurav; KAMALJA, Anushka; PATIL, Rohit; et al. A comprehensive assessment of artificial intelligence applications for cancer diagnosis. *Artificial Intelligence Review*, v. 57, n. 7, p. 179, 2024.
- TURING, A. M. I.—COMPUTING MACHINERY AND INTELLIGENCE. *Mind*, v. LIX, n. 236, p. 433–460, 1950.



Thiago Ribas Bella é biólogo, especialista em ciência de dados e mestre em engenharia da computação pela Unicamp com foco em aplicações de inteligência artificial para clima e saúde. É doutorando em Bioinformática pelo Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular da Unicamp.

QUANDO OS TAMBORES RESSOAM

Luiz Carlos R. Borges

Vim a saber, no começo deste ano de 2025, através de notícia publicada no jornal paulistano Folha de São Paulo, do falecimento de Ernestina Estevam, ocorrido em Campinas, onde era conhecida como “Dona Tina”, sendo participante ativa, seguindo uma tradição familiar e ancestral, do denominado “Samba de Bumbo”. Ao ler, tive a noção de que pouco ou nada sabia em torno dessa específica modalidade de samba, apesar de ter, em minhas estantes, alguns livros, biografias e até almanaques onomásticos do gênero musical por excelência do Brasil, o samba.

Busquei, então, mais informações a respeito. E soube que o samba-de-bumbo se trata de modalidade musical/religiosa/coreográfica tipicamente paulista, nascida nas zonas rurais do interior do Estado. Remonta a uma prática, envolvendo canto, dança e percussões, de meados do século XIX, cultivada pela população de escravizados nas fazendas de açúcar e de café, espalhadas em regiões como as de Campinas, Itu, Capivari, as cidades espalhadas às margens do rio Tietê, como Santana do Parnaíba e Bom Jesus de Pirapora; suas ramificações e desdobramentos, mesmo após a abolição, se mantiveram e perduraram ainda hoje, inclusive em Campinas (como seria o caso da tradição da família Estevam, do Centro de Cultura Tainá) e de seu própria definição como patrimônio cultural campineiro.

Através de leituras diversas, vídeos disponíveis na internet, informações de amigos e pesquisadores da cultura popular, aprendi que Pirapora é um dos centros que ainda hoje preservam essa prática imemorial; antigo centro de peregrinação dos devotos da Igreja Católica, suas romarias também atraíam grupos praticantes de samba, que, por suas características a que não faltavam movimentos sensuais de dança, não tardaram a ser reprimidos pelas autoridades religiosas e policiais. Mário de Andrade, em visita ao local, já lamentava em 1935, o esvaziamento dessa tradição.

Além dos vídeos disponibilizados pela internet (especialmente aquele intitulado “Bumbo do Samba 2003”, rico em depoimentos, cenas de apresentações de grupos de dança e percussão), há estudos diversos abordando, senão o samba-de-bumbo propriamente dito, pelos menos suas variantes, denominações alternativas, como samba de batuque, samba de roda, samba de terreiro, umbigada. Os textos de modo geral destacam a escassez bibliográfica sobre o tema, especialmente documentos de época, constituídos ainda ao tempo do alvorecer e consolidação dessa peculiar manifestação cultural naqueles meados do século XIX (o que há, a respeito da população negra do período, são documentos depreciativos, censurando o erotismo de suas danças, expressando a preocupação com os riscos de desordem que derivariam dessas celebrações).

A professora Olga Rodrigues von Simson dedica-se há anos a pesquisas sobre o tema. Ainda recentemente, a edição de nº 2 da nova Revista da Academia Campinense de Letras, “Phoenix Campinense”, trouxe o texto intitulado “Samba Paulista: Memórias e Histórias de uma Trajetória Cultural Negra...”, que, entre outros pontos, destaca as suas origens religiosas mais remotas, na África; a predominante atitude de rejeição ou mesmo de repressão imposta pelos proprietários das fazendas, onde os negros escravizados buscavam renovar essas práticas ancestrais; e mesmo certa tolerância e permissividade de alguns desses fazendeiros – que das altas janelas de seus sobrados podiam assistir as performances realizadas nos terreiros de café.

Outros estudos, disponibilizados pela internet, como “Entre a invisibilidade e o reconhecimento: o contexto da religiosidade afro-brasileira em Itu”, de autoria de Glauco Barsalini, assíduo colaborador desta Revista, igualmente adverte para aquele problema da escassez de estudos em torno das comunidades negras, especialmente no caso de sua cidade, Itu, atribuindo tal lacuna a um certo esforço de “apagamento” e “invisibilização” desses grupos sociais; divulga a notícia, colhida junto a outra pesquisadora, Claudete de Sousa Nogueira, sobre as origens dos povos escravizados da região sudeste: Angola, Congo, Moçambique – de onde, por sua vez, herdaram as tradições afloradas no samba rural, assentadas sobre o comum tronco linguístico bantu; cita, também, o sociólogo Octavio Ianni, inclusive a descrever os elementos com que se articulavam as celebrações: o cântico, repetindo-se até evoluir a uma harmonia; o ingresso dos instrumentos de percussão (bumbo, pandeiro,

reco-reco), as danças – tudo a construir um “ambiente mágico-religioso”. A mesma Claudete de Sousa Nogueira em sua tese de Doutorado, “Batuque de Umbigada Paulista: Memória Familiar Educação Não-Formal no âmbito da Cultura Afro-Brasileira” assinala essa ideia da mais profunda ancestralidade, a cuja reconexão se dirige todo o contexto de canto, dança e intensa percussão presentes no samba rural.

Pois bem. É aqui que entra, ou não entra, ou só entra de forma indireta, o Centro de Ciências, Letras e Artes.

A instituição, como se sabe, foi criada, em 1901, pelas elites intelectuais, científicas e financeiras da cidade; entre seus fundadores e sucessivas diretorias figuraram médicos, advogados, engenheiros, agrônomos, professores. O conteúdo da Revista do CCLA, iniciada em 1902 e agora em sua edição de nº 74, bem reflete essas origens, esse perfil dominante, o pendor de colaboradores diversos para o desenvolvimento de temas associados a uma cultura erudita. O que, observe-se, não impediu (antes contribuiu) que desde cedo frequentassem as pautas das reuniões de diretoria e as páginas da Revista, que em seus anos iniciais também transcrevia circunstancialmente o teor das atas, assuntos de maior abrangência social, denotando as primordiais preocupações dos integrantes do CCLA com temáticas de mais amplo alcance, como a preservação das matas e da cultura dos povos indígenas, as quais ainda hoje, passado mais de um século, permanecem atuais e urgentes – e sem expectativas de efetiva solução.

Em regra, porém, no decurso de sua centenária história, a Revista não produziu alguma efetiva abordagem sobre manifesta-

ções advindas da cultura popular, realizadas à margem da cultura oficial (e não vai aqui nenhum tom de crítica, visto que o interesse pela alta cultura sempre representou algo “vocacional”, inerente às próprias origens e objetivos da entidade).

Ressalte-se, no entanto, que desde pelo menos as mais recentes edições da Revista esse panorama tem-se modificado, de alguma forma acompanhando o que também ocorre nas atividades desenvolvidas no auditório e na galeria de artes do CCLA, de modo a abrigar estudos e comentários alusivos à arte popular, ou à chamada cultura de massas – e nesse último caso não somente em relação à arte cinematográfica, que já desde a década de 1950 passou a merecer a atenção do CCLA, com as iniciativas de Marino Zigliatti.

Assim é que, a Revista passou a contar com artigos sobre o artista plástico de raízes populares Arthur Bispo do Rosário (texto de Marluce Morales, na edição nº 71 de, de 2014), o universo caipira em seus diversos aspectos; musical, religioso, econômico (edição 72, de 2018), as histórias em quadrinhos, como a HQ de autoria de Bira Dantas e João Antônio Bührer de Almeida (mesma edição 71) e nossa digressão sobre o personagem Krazy Kat, na edição 73, de 2023.

E eis que os tambores haviam ressoado muito tempo antes, há mais de um século, e justamente pela palavra de uma das figuras mais icônicas da história do CCLA (João César Bueno Bierrenbach (1872/1907), ativo partícipe, verdadeiro militante da fundação da entidade e membro de suas primeiras diretorias. Pois, no conjunto de sua obra, recolhida no volume de suas “Producções Litterarias” (Curitiba, 1935), figura o sur-

preendente poema “O Samba das Sombras”, escrito em 1890, o qual, por sua importância poética e documental vai transscrito na íntegra, mantida a ortografia da época, ao final deste texto.

E surpreende, porque Bierrenbach, em suas incursões poéticas, distingue-se pela adesão aos padrões românticos e parnasianos próprios da época em que viveu (muito embora, na poesia dedicada a Santos Dumont, aparentemente adote alguns procedimentos próprios do simbolismo, face às alterações de versos como “Nave sem mastros, nave sem vela que contra os ventos vos elevais” (como vinha sendo feito pelo poeta maior da escola simbolista entre nós, João da Cruz e Souza (“vozes veladas, veludas vozes...”)) – algo a merecer, talvez, uma análise específica...

O poema em pauta surpreende exatamente pelo registro de uma típica manifestação cultural do povo negro. Sim, cabe observar que, como não poderia ser diferente para aquele tempo e contexto, trata-se de uma percepção de alguém “de fora”, de “longe”, do ponto de vista da classe senhorial, mas este vem a ser um fator a enfatizar ainda mais o seu caráter excepcional.

Pela epígrafe, pode-se deduzir que uma de suas motivações teria sido uma peça musical do compositor Alexandre Levy, que teria merecido um arranjo do irmão, Luiz (“Samba”, 4º movimento de sua “Série Brasileira”; constam registros diversos no YouTube que merecem ser consultados, a realçar a qualidade da composição). Mas a descrição feita no poema parece coincidir com aquela observação feita por Olga Simson: Bierrenbach teria presenciado uma ou mais dessas apresentações das janelas

ou sacadas do sobrado senhorial de alguma fazenda da região.

Mas o que, sobretudo, importa é tratar-se de um documento de enorme relevância cultural e histórica, ao fixar em palavras a emergência e a flagrância dessa manifestação cultural dos povos escravizados, inclusive com a reprodução de termos próprios do idioma original: a descrição do saracoteio, da pândega, as alusões a zabumbas, ao batuque, ao samba enfim – até a produção de um efeito fantástico, conluio de fogo e sombras, a evocação de Nomes sagrados..., o que lentamente se abrange e se apaga, retomando-se a “normalidade” inicial, dissolvendo-se a “ilusão” dos pobres negros...

Nesse final, Bierrenbach, homem culto, certamente atento às ideias científicas e ao positivismo de seu tempo, aparenta algum ceticismo, ao procurar explicar o fenômeno dos Vultos e dos Nomes, como mero efeito ilusório das sombras produzidas pelas chamas das fogueiras ao redor das quais decorre o samba. Todavia, não deixa de registrar as impressões, as convicções dos próprios participantes: a memória coletiva, a invocação das origens, o culto dos ancestrais, a posse pelo espírito dos deuses africanos:

- as pernas tortas do **Cambaio**; “É Cambinda quem puxa aquela roda” – provável referência à **Vovó Cambinda**, personagem histórica do século XVIII, dedicada às artes da cura, e vinculada à Umbanda e às ideias de liberação; **Calhambola**, que pôs em moda “vir conosco dançar o nosso Pai”, lembrando-se que a expressão remete a “**Quilombola**”, com o sentido de “escravo fugido”; e enfim, a inocente sabedoria dos meninos, ao identificarem nas sombras “as almas dos

mortos, dos avós”: ou seja, sons e danças, os requebros da mãe Florinda, os pinotes do pai Candongo, os tremores da velha tia Zinda, tudo a se conjugar para a conjuração dos pais ancestrais, o retorno místico, mágico-religioso, à velha Mãe África.

Fique, portanto, este despretensioso registro, na expectativa de que possa suscitar algum interesse ou curiosidade junto aos entendidos, aos estudiosos do assunto e, particularmente, ao eventual e condescendente leitor – mas, sobretudo, como homenagem, igualmente modesta, ao nosso Samba de Bumbo, e ao nosso Bierrenbach, símbolos marcantes da identidade cultural da cidade.

*“O samba das sombras
Cesar Bierrenbach (1890)*

*Saracotea e dança a creoulada
Rufando a zabumbar doudo pandeiro
E a turba redemoinha agglomerada
Em pandega folia no terreiro.*

*Dos rudes instrumentos compassados
O batuque resôa... batem pés...
Negros cantam em coros animados
Mais sombrios que os roncos das marés.*

*O samba já vae longe... na fogueira
Raras chamas ateiam seu clarão.
Velhas tias lá dormem sobre a esteira
E rollam creoulinhos pelo chão!*

*Mas compassos phantasticos bem perto
Surgiam nas paredes da senzala
E o bando negro pasmo, o olhar aberto,
Gritos, palmas e bumbo... tudo calla.*

*Os grupos assombrados não exhalam
O cantante estribilho e o rufo atroz
Os pavidos moleques entre-fallam
“São as almas dos mortos, dos avós!”.*

*É Cambinda quem puxa aquela roda
Cambaio, entre eles tropeçando vae!
Calhambola de certo poz em moda
Vir commosco dançar o nosso pae!*

*Requebrando-se, pula a mãe Florinda
E aos pinotes encontra pae Candongo;
Lá treme o velho corpo da tia Zinda,
S'impina o Maçambique e salta o Congo...*

*Mas o fogo abateu-se... e se apagando
Desfez dos pobres negros a illusão...
Já não brilham duendes perpassando,
Como vultos esguios de visão.*

*Eram as próprias sombras que agitavam
Os fachos da peroba ardendo ao léo...
E de novo a cadencia elles entoavam
Do coro erguido à noute em pleno ceu...*

*Já rociosa nas mattas a orvalhada
E aurora vinha em breve surpreender;
Mas na fazenda ressoava a toada
E sambava-se à luz do alvorecer!*



Luiz Carlos R. Borges é diretor do Departamento Jurídico e da Seção de Literatura do CCLA (e, além dos nomes já citados, agradece os esclarecimentos e apoio de Lenita Mendes Nogueira, Islaine Garcia e Claudia Bortolato).

10 POEMAS SUTIS

Maria Elizabeth Ferri

(IN)CONSCIÊNCIA

Expando em luz e cor
Tudo me acende
e ascende
A alma leve
leva
o que balança
frágil:
Teias, sustos, sombras
borboletas
pétales e pólens
Pálidos papéis despedaçados
onde minha estória
se escreveu
e se apaga
e nasce nova
sempre
na folha branca dos dias.

sobre esses povos hostis
que me povoam:
tais sentimentos.

ENERGIA

Toda presença exerce uma energia
Toda presença humana
Toda desumana
Toda pedra
Todo sal
Toda flor
Toda matéria e tudo que é etéreo
Ou imaginário.

O simples pensar
O pensamento
O pensador
E o pensado.

MEU REINO

Meu reino é meu sentimento.
Às vezes rebelde
nunca satisfeito
quase indomável.
Perco as contas de sabê-lo
vencendo ao contrário em meus dias:
eu perdendo, ele ganhando
em seus movimentos
uma batalha que é minha
não dele – esse sentimento.
Mas hei de fazer coroar
dignamente
meu todo divino e quântico
para que reine
absoluto

Toda energia emerge quieta
E enche de luz e cor o palco
Onde representamos
Nossa ficção de viver.

ETÉREA

Se eu abraçar uma árvore
e me sentar no alto de uma montanha
ao nascer do sol
de olhos fechados
alheia a mim mesma
e ao mundo real
Se eu observar as estrelas
numa noite muito quieta
longe do trânsito e de tudo

depois abraçar um bebê
Se eu não disser coisas más
nem pensar coisas más
nem ouvir os ruídos humanos
Quem sabe eu voe.

AMANHÃ

Amanhã,
assim que a noite cair
cobrindo tudo
seu coração vai ficar sufocado.
Assim que o dia acabar,
logo que todos se forem,
suas mãos tremerão levemente
e seu corpo sentirá um cansaço...
Eu sei, pois,
tão logo escureça
gritarei seu nome.

SERES

No macrocosmo da mata
pequenos seres
 uma vespa
 uma aranha
 uma formiga ...
e aquele jacarandá
conversam
 sem saber que falam
e seus saberes se entendem
 sem saber que sabem.
Cada um em sua forma
vai construindo seu mundo
cheio de folha e pólen
onde coexistem plenos
 sem saber que existem.

BLUES

A noite é longa como uma estrada
Dessas que se vê do avião.
O ar morno me faz delirar
Sonho coisas
Folheio velhas revistas
Leio cartas
Fico sentimental.
Em algum lugar
Na noite
Em alguma cama
Ele se deita
Insone
E nem se lembra de mim

CHOVE

Chove lá fora
e aqui dentro.
Aqui,
dentro dos meus bolsos
onde seu retrato amarelou
de tanto eu olhar.

AZUL

Só o seu carinho é bálsamo.
O seu carinho é alívio
 é doação
 é riso.
O seu carinho é anestesia
 é liberdade
 é vida.
O seu carinho é azul.

HORIZONTES

Minha alma voa alto
plena
não cabe em si
quer mais.
Se reconhecendo em voo
não aceita o chão

Sabendo que pode, ousa
e sobe
e salta sobre o mar assustador
com as suas amplas asas – imensas!
Sabe que esse voar
é a razão mesma
de ela existir.



Maria Elizabeth Ferri, formada em Administração de empresas pela PUCCamp, é atualmente a Primeira Secretária do CCLA, poeta e cronista freelancer.

PROJETO HISTÓRICO DO CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES É ROTEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

José Pedro Soares Martins

O nome expressa um conceito, uma proposta, uma ideia transformadora. Centro de Ciências, Letras e Artes. A união do saber científico com o universo mágico da literatura e das artes em geral, como manifestação máxima da inteligência humana. Este conceito indicado na própria nomenclatura da instituição é um roteiro inspirador para um dos maiores desafios já enfrentados pela humanidade, o de promover um caminho seguro e efetivo para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, fundamentado no respeito ao equilíbrio dos recursos naturais e na conquista da cidadania, dos direitos iguais para todos. A busca da sustentabilidade é, hoje, primordial para o futuro do planeta e da espécie humana nesta altura do século 21. O que assistimos e vivenciamos, no ano da graça de 2025, é uma conjunção de crises simultâneas, em escala inédita na história de nossa casa comum, a Terra. Vamos comentar três dessas crises, que estão colocando a civilização em xeque:

1. A crise climática.
2. A crise da biodiversidade.
3. A crise da segurança global.

1. A crise climática. É caracterizada pelo aquecimento acelerado das temperaturas. Cada ano tem sido mais quente do que o anterior. Esse fenômeno é resultante de um modelo de desenvolvimento, implementado nos últimos 200 anos, baseado na queima de combustíveis fósseis para a produção de

energia. A queima de petróleo, carvão e gás natural, para movimentar automóveis, veículos em geral e indústrias, para o aquecimento residencial e vários outros usos, levou ao incremento do efeito-estufa e, consequentemente, à elevação crescente das temperaturas globais. O efeito estufa garantiu a vida no planeta como conhecemos. Em termos bem simplificados, é o fenômeno que garante que a energia¹ transmitida pelo sol, a energia essencial para a vida como ela se desenvolveu ao longo de bilhões de anos, permaneça na Terra, não dissipando pelo espaço. Ocorre que a emissão cada vez maior de gases resultantes da queima de combustíveis fósseis resultou na amplificação do efeito-estufa, que se tornou mais poderoso. O planeta tem ficado mais aquecido, com as consequências que conhecemos em termos de desastres naturais, como as grandes enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul no início de 2024, ou secas prolongadas em várias regiões do planeta. A temporada de furacões nos Estados Unidos, do mesmo modo, tem ocorrido de maneira cada vez mais intensa. Cientistas avaliam até a possibilidade de criação de uma nova categoria de furacões, tamanha a proporção alcançada pelo fenômeno climático naquele país. Em junho de 2025, a prestigiada agência norte-americana NASA divulgou dados alarmantes, confirmando que os eventos climáticos extremos estão se tornando cada vez mais intensos. Os números relativos a esses eventos, no ano de 2024, alertou a NASA, foram o dobro da média verificada entre 2003 e 2020.

Segundo os dados da agência espacial dos Estados Unidos, a intensidade mensal de secas e inundações por área afetada chegou a mais de 4 mil quilômetros cúbicos em 2024 (com pico de 6,1 mil km³), o dobro da média verificada entre 2003 e 2020. Outro ingrediente que tem alimentado as mudanças climáticas globais é a destruição das florestas e o modelo de agropecuária intensiva. Ambos contribuem para a emissão de dióxido de carbono equivalente (CO₂), um dos gases que reforçam o efeito-estufa. No Brasil, o desmatamento da Amazônia e as mudanças no uso da terra pela agropecuária intensiva são as maiores fontes de emissão de gases de efeito estufa (GEE), muito mais do que as fontes industriais. Em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, maior evento socioambiental já realizado, e que aconteceu no Rio de Janeiro, o conjunto de países concordou em assinar a Convenção das Mudanças do Clima. A Convenção implica no compromisso comum de busca de caminhos para deter o aquecimento global. Após várias Conferências do Clima (COPs), em 2015 foi firmado o Acordo de Paris, estabelecendo a meta concreta de 1,5 grau centígrado como o máximo que a temperatura global deveria aumentar, para evitar as consequências catastróficas em desastres naturais. A comunidade internacional deveria então se esforçar para a redução de gases de efeito-estufa, com a redução da queima dos combustíveis fósseis e a implementação de uma transição energética, gerando-se energia a partir de fontes renováveis, como a energia solar e a eólica. De fato, tem sido crescente nos últimos anos o investimento em fontes renováveis de energia. Em 2024, o uso de energias renováveis como solar e eólica cresceu 19,8%, evitando cerca de US\$ 470 bilhões em gastos com combustíveis fósseis. Avanço sem dúvida

muito importante, mas insuficiente para que as necessárias metas climáticas globais sejam atingidas como deveriam. Pois continuam em escalada progressiva os investimentos em combustíveis fósseis. Também em junho de 2025, relatório de um conjunto de organizações ambientalistas e outras demonstrou que os 65 maiores bancos do mundo (sendo os três primeiros dos Estados Unidos) comprometeram US\$ 869 bilhões para empresas de combustíveis fósseis em 2024, o que significa US\$ 162 bilhões a mais do que no ano anterior. São cifras e interesses bilionários na continuidade da queima de combustíveis fósseis, e esse tem sido o maior obstáculo para que a transição energética não aconteça na velocidade que o planeta exige. Em função desses interesses, o governo do presidente Donald Trump já retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris. Isso já havia ocorrido no primeiro mandato de Trump e se repetiu agora, no segundo mandato. Com essa postura, aliados do governo norte-americano também são estimulados a não participar da necessária busca coletiva pela transição energética.

Em síntese, prossegue a perigosa escalação da queima de combustíveis fósseis. Sómente entre 1992 e 2012, anos respectivamente das Conferências Rio-92 e Rio+20, ambas no Rio de Janeiro, as emissões mundiais de gases de efeito-estufa (GEE) aumentaram 66%, em sua maior parte, segundo o PNUMA, pelo crescimento da produção industrial e mudança dos estilos de vida das populações. Com maiores emissões, aumentou a concentração atmosférica de CO₂, de cerca de 340 partes por milhão em 1990 para 388,5 ppm em 2010 e, em 2015, em mais de 400 ppm, um patamar considerado crítico pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). Em 2024, a concentração de dióxido

de carbono na atmosfera chegou a 424,61 ppm, segundo o monitoramento de outra importante agência norteamericana, a National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA). Também aumentaram as concentrações de outros gases-estufa poderosos, como o metano (CH₄) de 1.774,5 ppb em 2005 para 1.799,1 em 2010. Maior concentração atmosférica, maiores temperaturas. A Organização Meteorológica Mundial tem confirmado que os últimos anos têm sido os mais quentes da história, com recorde quebrado no ano seguinte. Todos esses desafios estão colocados para a próxima COP do Clima, a COP-30, que acontece em novembro de 2025 em Belém, do Pará. A COP da Amazônia, como tem sido denominada, será muito importante para definir os rumos da urgente procura coletiva pela aceleração da transição energética, com uso cada vez menor dos combustíveis fósseis. Entretanto, os dilemas sobre o futuro atingem o próprio Brasil, país-sede da COP-30. Alguns setores governamentais e empresariais têm insistido na necessidade de o Brasil ampliar a produção de petróleo, mesmo em áreas ecologicamente sensíveis como o litoral da Amazônia. O Brasil tem uma matriz energética basicamente limpa, pelo uso intensivo de energia hidrelétrica e pelo crescimento constante do uso de energia eólica e solar, mas permanecem os quatro interesses pela intensificação da exploração do petróleo e outros combustíveis fósseis. Qual Brasil, enfim, será dominante na COP-30? A crise energética, portanto, é uma crise que ameaça o planeta, pelo que ela representa em termos de possível intensificação de eventos climáticos extremos. A elevação do nível do mar é uma das consequências do incremento da elevação das temperaturas globais. A população do arquipélago de Tuvalu, no Oceano Pacífico, está preparando uma migração completa

para a Austrália, justamente pela elevação oceânica que vai cobrir todo o seu território, inviabilizando a continuidade de moradia nas ilhas. Trata-se da primeira migração ecológica em massa resultante das mudanças climáticas em curso. Mas é muito possível que essa modalidade de migração ocorra em outras partes do planeta. Enfim, é fundamental que a crise ecológica seja equacionada e logo, pelo próprio bem da humanidade

2. A crise da biodiversidade. Outra crise que está ocorrendo no planeta, de enorme gravidade, é a crise da biodiversidade. O desmatamento acelerado, em regiões como a Amazônia, e o próprio aquecimento global têm levado ao rápido desaparecimento de espécies vegetais e animais em todo planeta. Para muitos cientistas, o planeta atravessa no momento a sexta megaextinção da biodiversidade, o que é gravíssimo para o futuro da vida como conhecemos. A advertência mais grave sobre a erosão da biodiversidade, o que para muitos confirmou uma sexta megaextinção de espécies em curso, foi feita com a divulgação a 6 de maio de 2019 do relatório “The Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services”, da Plataforma Intergovernamental para Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES, na sigla em inglês). Segundo o IPBES, 1 milhão de espécies animais e vegetais estão sob ameaça de extinção, em uma conclusão derivada da análise de 15 mil materiais de referência, avaliados durante três anos por um elenco de 145 cientistas de 50 países. (IPBES, 2019) 5 Conforme o documento, nenhum ecossistema está livre da intervenção humana. O relatório do IPBES foi a ratificação da sexta extinção em massa, que está acontecendo neste momento e que já vinha sendo advertida por estudos como o publicado em 2017 na revista científica *Proceedings of the*

National Academy of Sciences (PNAS). (<https://www.pnas.org/content/114/30/E6089>) . Um milhão de espécies de animais e vegetais em risco de extinção. É um número alarmante, que deveria mobilizar mais o conjunto das sociedades, o que infelizmente não tem ocorrido. A atenção para as COPs da Biodiversidade tem sido muito menor do que para as COPs do Clima. O Brasil, que tem a maior concentração de biodiversidade do mundo, deveria dar o exemplo e assumir o protagonismo global pela proteção da biodiversidade, mas na prática não tem ocorrido como deveria. Cerca de 20% da Amazônia já foram desmatados. No atual governo foram tomadas medidas que resultaram na diminuição do desmatamento no bioma, mas ameaças prosseguem, como as seguidas tentativas, no âmbito do Congresso Nacional, de abrandar ou mesmo extinguir a legislação sobre o licenciamento ambiental. De novo, como no caso do clima, interesses particulares e políticos acima dos interesses coletivos.

3. A crise da segurança global. Nos dois últimos anos, com as guerras na Ucrânia e em Gaza, a escalada de conflitos bélicos foi acirrada no planeta. A corrida armamentista tem sido novamente incrementada, levando a gastos bilionários com armas, significando recursos que poderiam ser aplicados de outra forma, por exemplo, na proteção ambiental ou no combate à fome. Segundo o SIPRI (Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo), principal centro de pesquisa sobre o tema no mundo, os gastos com armas em 2024 foram de 2,7 trilhões de dólares, 9,4% a mais do que no ano anterior. O maior aumento aconteceu na Europa, com 83%, claramente em função da Guerra na Ucrânia. A guerra em Gaza e o ensaio de um conflito entre Israel e Irã certamente levarão a novos aumentos de gastos em armas, que figurarão

no próximo Anuário do SIPRI. As cenas em Gaza, com palestinos morrendo de fome nas filas pela comida que ainda chega à região, têm chocado o planeta, gerando mobilizações em várias regiões. Especialmente grave, segundo o SIPRI, é a retomada da corrida pelas armas nucleares, que têm a real capacidade de destruir a vida na Terra. Segundo a versão 2025 do Anuário do SIPRI, publicada em junho de 2025, do “inventário global total de cerca de 12.241 ogivas em janeiro de 2025, cerca de 9614 estavam em estoques militares para uso potencial. Estima-se que 3912 dessas ogivas foram implantadas com mísseis e aeronaves e o restante estava em armazenamento central. Cerca de 2100 das ogivas implantadas foram mantidas em estado de alerta operacional máximo em mísseis balísticos. Quase todas essas ogivas pertenciam à Rússia ou aos EUA, mas a China agora pode manter algumas ogivas em mísseis em tempos de paz”. A retomada da corrida armamentista é gravíssima. Mais uma crise planetária que, conjugada à crise do clima e da biodiversidade, coloca em xeque o futuro do planeta, assim como tem colocado em xeque as instâncias existentes de busca da paz, em torno do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). É essencial que essa arquitetura, construída a partir da Segunda Guerra Mundial, seja repensada e reinventada, pelo bem da humanidade como um todo.

A proposta do Centro de Ciências, Letras e Artes - Diante de tão graves ameaças à vida e à civilização, qual é o vigor da proposta histórica do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA)? Repetindo-se o que foi dito no início do artigo, o próprio nome do CCLA é um manifesto, uma proposta concreta de ação. A união do saber científico com o conhecimento derivado da literatura e das artes em geral. O que tem ocorrido nos últimos dois séculos, e de forma cada

vez mais acentuada, é justamente o oposto, é a separação de saberes. Cada área em sua área, quando o que os idealizadores do CCLA pensaram era justamente o contrário. Eles já propunham uma visão holística dos fatos, uma visão abrangente, que não separasse ciência das múltiplas dimensões da cultura e das artes. Está cada vez mais claro que o afastamento dos saberes, o distanciamento da humanidade de suas raízes culturais, é uma das causas do avanço das diferentes frentes de destruição, das diferentes crises que estão atuando de modo sinérgico. A humanidade desenvolveu tecnologia para o uso de combustíveis fósseis, mas não deu atenção para os impactos dessa utilização na natureza. Ou seja, não pensou de forma holística. Do mesmo modo, a humanidade passou a destruir as florestas, grandes santuários de vida, de biodiversidade, e que para muitas civilizações ancestrais deveriam ser protegidas para o bem de todos. O saber ancestral foi desprezado. De novo, não se pensou e não se agiu de modo holístico. O campo das artes, incluindo o da literatura, foi igualmente mantido isolado, compartmentado, como se não fosse essencial para uma visão integral do ser humano. Restabelecer as conexões entre ciência, artes e, por que não, espiritualidade, é vital, hoje, para o futuro do planeta e da humanidade. Esta é a lição histórica do Centro de Ciências, Letras e Artes. É por esse motivo que o tema central do primeiro número da Revista do CCLA, em 1902, foi exatamente a “Devastação das Matas”. Cientistas ligados ao Instituto Agronômico de Campinas (IAC), e que estão entre os fundadores do CCLA, já estavam preocupados com a destruição das florestas. Já se tinha a noção de que o crescimento econômico, como estava ocorrendo, tinha grandes impactos ambientais, que deveriam ser considerados. É a visão holística expressa na própria nomenclatura do CCLA. 8

Lamentavelmente, essa visão holística não foi desenvolvida, muito pelo contrário, ao longo do século 20 e mais ainda agora, no século 21. Hoje, inclusive, tem prosperado um negacionismo científico muito perigoso, que também contraria os princípios que orientaram a criação do Centro de Ciências, Letras e Artes. Mas o CCLA continua inspirando e nos motivando a continuar procurando caminhos coletivos, solidários, pela construção ou reconstrução de modos de vida de fato humanos, fraternos, que respeitem a integridade da natureza. Só assim haverá futuro para todos.



José Pedro Soares Martins é jornalista e escritor, autor de livros em Meio Ambiente, Cultura, História, Saúde, Educação e Direitos Humanos. Como jornalista, cobriu alguns dos eventos que definiram a atual agenda socioambiental planetária, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em junho de 1992, no Rio de Janeiro, e Consulta Justiça, Paz e Integridade da Criação, em março de 1990, em Seul, Coreia do Sul. Ganhou entre outros prêmios o International Media Awards (1992 e 1995), Prêmio Ethos de Jornalismo (2003), Prêmio de Jornalismo Cidades Ibero-americanas de Paz (2018) e Prêmio Road Safety Reporting de 2025.

JÚLIO DE MESQUITA FILHO, EXEMPLO DE JORNALISTA

Duílio Battistoni Filho

Natural de São Paulo onde nasceu a 14 de fevereiro de 1892, Júlio de Mesquita Filho fez seus primeiros estudos na Europa, voltando ao Brasil para cursar a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Estreou como jornalista na edição vespertina do “Estado de São Paulo”, editada no transcurso da Primeira Guerra Mundial. Em 1926, tornou-se um dos fundadores do Partido Democrático, grupo formado por intelectuais e membros de uma nova elite urbana e liberal que combatia as práticas do Velho Partido Republicano Paulista.



Julio César Ferreira de Mesquita Filho

Em 1927, com a morte de seu genitor, Mesquita Filho assume a direção do jornal “O Estado de São Paulo”. Na primeira edição havia imagens em rotogravuras. Tratava-se de uma inovação no modo de reproduzir imagens fotográficas e desenhos. Até aquele momento, as ilustrações eram impressas

exclusivamente em clichês, o que resultava em imagens esmaecidas. O jornal passou por grandes transformações nesse período: sua tiragem passou de 50 mil exemplares para 180 mil, além de tornar-se o mais importante da América Latina.

Como cidadão, Mesquita Filho esteve envolvido com as questões políticas e culturais brasileiras, buscando o aperfeiçoamento das instituições republicanas e da democracia representativa. Herdou do pai suas duas paixões: a política e o jornalismo, mas acrescentaria mais uma ao longo da vida: a educação. Tanto é verdade que foi signatário do Manifesto de 1959 pela importância da escola pública, laica e gratuita.

Participou de múltiplas e memoráveis campanhas como a pregação civilista ao lado de Rui Barbosa, pois não aceitava e não compreendia o militarismo político; envolveu-se nas articulações que desaguariam na Revolução Constitucionalista de 1932 quando foi criada a Frente Única Paulista (FUP), a união dos antigos rivais PD e PRP com a finalidade de reivindicar a autonomia de São Paulo. Mesquita Filho e seu jornal participaram dos objetivos da Revolução que exigiam do governo o estabelecimento de uma nova Carta ao país e o resgate das promessas perdidas de 1930. Com a derrota dos paulistas, ele foi exilado e, ao retornar, elaborou um projeto para a criação da Universidade de São Paulo inaugurada em 1934. Entre as considerações que justificam sua criação, figura o valor

primordial ao desenvolvimento da cultura filosófica, científica e literária, nas quais se fundam a liberdade e a grandeza de um povo. Ao saudar a criação da USP dizia que “a Universidade é eminentemente civilizadora, pois que tende a fazer da mocidade uma força de renovação social e de regeneração política.” Graças ao seu empenho, professores estrangeiros foram contratados principalmente para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No entanto, sofreu várias críticas daqueles que não concordavam, alegando falta de recursos e o não aproveitamento dos professores da casa. Entretanto, ele não esmoreceu e colaborou com a vinda deles. Nesse mesmo ano, ele colocou o jornal a serviço do recém-criado Partido Constitucionalista, uma fusão entre espólio do PD e a Federação dos Voluntários de São Paulo, criada por oficiais revolucionários de 1932 e a Ação Revolucionária Republicana.

Liberal, ele o foi em política, nas relações humanas, na tolerância com que em seu jornal acolhia elementos de grande valor profissional, sem deles exigir atestado ideológico. Seu liberalismo inspirava-se nos princípios humanísticos da Convenção de Filadélfia e nas Declarações dos Direitos do Homem, do século XVIII. A experiência e as peculiaridades da situação brasileira levaram-no a admitir a necessidade de uma intervenção moderada do Estado nos negócios particulares, pois atribuía ao regime capitalista sem controle a responsabilidade pelas dramáticas proporções que atingiam a questão social na época.

Mesquita Filho imprimiu ao “Estado” a marca do seu caráter, do seu temperamento, de sua sensibilidade. Não queria um “diário íntimo”, mas um repositório de ideias, de princípios, de filosofia de vida, conservado

nas anotações do dia a dia durante 42 anos, de 1927 a 1969. Chamado na intimidade de Dr. Julinho, ao chegar na Redação apertava as mãos dos contínuos. Se estava bem disposto, gostava de conversar com alguns redatores – “seus colegas”, como dizia, formando uma grande roda em torno dele antes de se dirigir ao Automóvel Clube, como costumava fazer quase todas as tardes. Nos primeiros tempos, era visível a dedicação de todos pela profissão. Tinham vocação, gostavam de escrever e faziam da Redação um prolongamento do lar. Havia alguém que monopolizava a atenção de todos. Era Caetano Miele, o “Nhonho”, como o chamavam os mais íntimos. Era um jornalista dotado de imenso coração.

Inimigo da ditadura de Getúlio Vargas, Mesquita Filho e seu jornal nunca vergaram sob a pressão do Estado Novo. O “Estado” chegou a ser expropriado da família em 1940, chegando a ser preso três vezes, exilando-se mais uma vez. Em sua ausência o jornal foi dirigido por Leo Vaz, que lá trabalhava havia vinte anos. Somente em 1945, ante uma decisão do Supremo Tribunal Federal é devolvido a seus legítimos proprietários. Um fato que ocorreu na época foi o afastamento de Mesquita Filho de Assis Chateaubriand pelo fato deste ter defendido a ditadura de Getúlio Vargas em troca de benesses oficiais que deram pujança aos Diários Associados. Todavia, o “Estado” prosperava e procurava dar ênfase à parte literária. Como prova foi a criação do Suplemento Literário, o mais importante veículo cultural do país em seu tempo. O crítico literário Antonio Cândido foi encarregado de elaborar o projeto editorial.

Júlio de Mesquita Filho foi um grande cultor das letras, pois adquiriu uma esme-

rada formação humanística, forrando a memória privilegiada com extensas leituras. O estilo era simples e fluente como convém ao jornalista. Foi membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Filho de um dos mais nobres e fulgurantes jornalistas que honraram a imprensa brasileira, vivendo, desde a meninice em rodas de jornalistas, crescendo e educando-se em um ambiente genuinamente jornalístico, acabou se transformando, pouco e pouco, em um legítimo ensaísta. A transformação operou-se sem que deixasse o jornal. Sendo um intérprete e construtor em todos os domínios do espírito, vai buscá-los na História, na Sociologia e nas Ciências Políticas e Sociais. Tudo isto, na verdade, se encontram em doses diversas nos ensaios que escreveu e de grande repercussão. Sua bibliografia é rica e influente como: "Ensaios Sul-Americanos", "Nordeste", "Política e Cultura", "A Crise Nacional" e "Reflexos sobre uma grande data", além de numerosos artigos. Mas sua obra principal, indubitavelmente, é "Ensaios Sul-Americanos", um conjunto de estudos dos mais diversos temas. Analisa bem a política do Brasil no Rio da Prata, principalmente o papel do Brasil na Guerra do Paraguai, a conquista da Cisplatina, que nunca teve apoio da nação brasileira. A própria ação do Brasil, durante o Segundo Império na região do Prata, nunca se tingiu de coloridos imperialistas. Em outro ensaio, estuda a influência do ouro brasileiro na Revolução Industrial Brasileira, a ação dos jesuítas, dos índios e dos bandeirantes. Nota, por exemplo, que os bandeirantes foram acusados de crueldade por certos autores. Entretanto, muito mais cruel foram os ingleses, franceses e holandeses nas suas colônias da África e Ásia. Muito interessante é a divisão que Mesquita Filho

faz no que toca à ação dos jesuítas no Brasil, em dois períodos: o primeiro, idealista; o segundo, comercial. Tenta explicar pelo método freudiano, a deflagração de certos vícios entre os indígenas – os pecados nefandos de que falam os teólogos e moralistas da Igreja. Para ele, os índios seriam levados àqueles vícios pelos recalques de que foram vítimas em consequência da férrea disciplina dos padres. Todavia, reconhece que os padres fizeram o que estava em suas mãos para evitar esses males. Outro assunto polêmico foi refutar o embaixador argentino Ramon Carcano, quando este afirmou que o governo imperial brasileiro tinha intenções imperialistas. Acontece que essa política expansionista foi obra da Dinastia Portuguesa e não do Brasil pois, com a abdicação de D. Pedro I, mudaram-se definitivamente as diretrizes da política exterior do Brasil.

Em 1964, o "Estado" apóia a insubordinação militar que levou ao Golpe de 64 e que derrubou o presidente João Goulart. Em carta à Junta Militar, Mesquita Filho recomenda, por exemplo, uma limpeza radical nos quadros da Justiça. Em sua opinião, a Junta deveria evitar as violências desnecessárias para não criar pânico na população. O "Estado" condenava a atrofia do Legislativo, mas não manifestava desaprovação consistente das linhas gerais do governo. Todavia, com os Atos Institucionais 2 e 5, este de 1968, a situação mudou completamente com o fim das liberdades democráticas e a instituição da censura prévia para determinar a apreensão de qualquer impresso que veiculasse incitamento à ordem pública. Essa situação levou Mesquita Filho a escrever seu último editorial "Instituições em Frangalhos". Logo, o "Estado" era apreendido pela Polícia Federal, sob a promessa de ser liberado

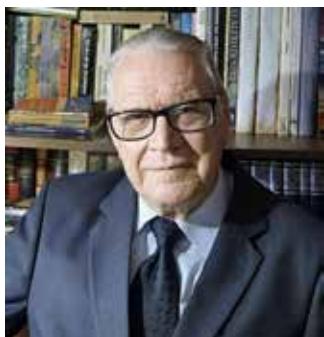
se a direção do jornal retirasse o editorial. Porém, ele se recusou. Desgostoso com a censura imposta ao periódico, ele deixou de redigir as “Notas e Informações”. Após se submeter a uma cirurgia no aparelho gástrico, faleceu a 12 de julho de 1969. Foi sucedido na direção do jornal por seu filho Júlio de Mesquita Neto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Capelato, Maria Helena; Prado, Maria Lígia (orgs). *O bravo Matutino: imprensa e ideologia – o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

Pilagallo, Oscar. *História da Imprensa Paulista*. São Paulo: Três Estrelas. 2012.

Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.



Duílio Battistoni Filho - Graduado em História. Ministrou História da Arte no Curso de Artes Visuais na PUC-Campinas. Membro da Academia Paulista de História, da Academia Campinense de Letras, do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas e do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas. Autor de artigos e comentários críticos sobre Arte e História, e de vários livros: Pequena História da Arte, Campinas, uma visão histórica, Alguns aspectos da arquitetura urbana em Campinas, Vida Cultural em Campinas (1920-1932), Imprensa e Literatura em Campinas nos seus primórdios.

UM PRESIDENTE MAIÚSCULO, MARINO ZIGGIATTI

Alcides Ladislau Acosta

Ele deve ter subido as imponentes escadarias do Centro de Ciências, Letras e Artes, ao longo de quase 70 anos, milhares de vezes. Fazia isso rotineiramente, dia após dia, tal sacerdote que acorre ao seu templo. Sempre com seu costumeiro ar atento e sisudo, porém benevolente. Marino Ziggiatti, campineiro-raiz, aqui nascido em 1926, era filho de um casal italiano, José (Giuseppe) Luigi e Catharina Marotta Ziggiatti, sendo o mais novo de sete irmãos. Marino presidiu o CCLA por mais de 26 anos, em diversos mandatos para os quais era eleito e reeleito por consócios da entidade.

A liderança fez dele um dileto exemplo de comandante, desses que nasceram para tomar decisões, enxergar soluções e inspirar aqueles que o cercam. Soube cativar grande legião de amigos e colaboradores se destacando, também, como respeitado dirigente rotariano. Foi alçado à Governadoria do Rotary Clube Internacional, Distrito 4590, exercendo o mandato de 1980 a 81. Ingressou no Rotary em 1962 para alinhar-se entre os sócios fundadores do Rotary Clube de Campinas Sul. Nele, ocupou todos os cargos do Conselho Diretor, até o presidir em duas ocasiões, 1971 e 2011.

Marino viveu atividade profissional e social intensa, destacando-se onde quer que aportasse, dado o seu altruísmo e incontido desejo de empreender e realizar. Era incansável. Antes, voltemos à sua infância para encontrá-lo morando na Avenida Francisco

Glicério, nº 1.000, na Campinas dos anos 1930. O senhor José Ziggiatti tinha alfaiataria no pavimento térreo. Marino, estudioso e concentrado, quando menino cursou o primário no Educandário Santa Terezinha, depois, fez o ginásio no Liceu Nossa Senhora Auxiliadora e já adolescente, o científico no Ginásio Estadual Culto à Ciência. Com vocação para as Ciências Exatas ingressou na Faculdade de Engenharia Mackenzie, em S. Paulo, residindo na capital nos cinco anos de faculdade. Em horas de lazer aproveitava para frequentar, assiduamente, os filmes no MASP, desenvolvendo vivo interesse pela chamada Sétima Arte. Assim transcorreu o período de 1944 a 1949. Nesses seis anos prestou em 1948 o serviço militar no CPOR, dando baixa como Oficial R-2.

Em 1950, terminada a faculdade retorna a Campinas e inicia sua vida profissional na cidade. Italianos são sempre gente de família e Marino se casa com Lucia Maselli Ziggiatti, sua amiga desde os cinco anos de idade, filha de italianos que residiam em Campinas. Dona Lúcia cursou o Colégio Técnico de Química, na Universidade Mackenzie. Tiveram dois filhos: José Marcos Maselli Ziggiatti, engenheiro civil e Maria Marta Ziggiatti Cavalheiro, arquiteta. Deles ganhou cinco netos, Thais, Patrícia, Sabrina, Luciano e Milena, e, destes, provieram os cinco bisnetos: Maria Julia, Maria Sara, André, Bella e Chloe. Marino participou ativamente da vida de toda a família, acompanhando, aconselhando e convivendo cotidianamente. Muitíssimo

querido e estimado em seu clã, em especial pelos netos e bisnetos que, carinhosamente, o chamavam de “Voma”. Maria Marta diz que Marino “foi e continua sendo o alicerce, o nosso modelo de otimismo, o nosso elo de união familiar. Sempre esteve presente nos almoços da família, aos domingos, onde fazia questão de participar de tudo e interagir com seus bisnetos, que hoje olham para o céu e quando vêem duas estrelas próximas dizem: olha o Voma e a Biza”.



Foto do almoço de Marino com a família

Na vida profissional, projetos arrojados e diferenciados foram a sua marca determinante. Projetou e construiu várias residências no Cambuí e Nova Campinas mostrando nelas sua mentalidade inovadora. Substituiu os tradicionais telhados por lajes inclinadas e uso de pergolados. As fachadas em parte eram revestidas em pedras. Nos pisos internos das residências usava pastilhas. Os edifícios residenciais ele os desenhava com sacadas e varandas. Entre esses prédios podem-se citar os Edifícios Guanabara, Piauí-Maranhão, Amazonas, Amapá, San Genaro, Vanessa, Marina, entre outros. Projetou também a sede da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, e os prédios do Pastifício Selmi, Escola Rotary, Centro Cultural Louis Braille e muitos outros. Um projeto ficou no papel, um sonho que não

se realizou, uma sede nova para o Centro de Ciências, Letras e Artes.

Sua destacada atuação na Engenharia de construção acabou por levá-lo, em 1952, à vice-presidência da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campinas. Também nesse ano Marino foi convidado, pelo então presidente do Centro de Ciências, Letras e Artes, Roberto Pinto de Moura, a dirigir o Departamento de Cinema da entidade, depois de haver figurado entre os fundadores do primeiro Cine Clube de Campinas, em 1950, contando com a participação de diversos incentivadores, entre eles, Ricardo e Rafael Mila Bueno, Luiz Piccolotto, Celso Golveia, Herculano Solvia e Mário de Pina Figueiredo. Entre suas realizações de cinéfilo-mór do CCLA está o Festival Nacional de Filmes Super 8 mm, quando Marino pôde trazer a Campinas por vários anos consecutivos a mostra do acervo do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Na época do retorno de Marino Ziggiaatti a Campinas a cidade já contava com alguns cinemas como o Yoga, aberto em 1941, o Carlos Gomes, inaugurado em 1947 e o Windsor. Campinas produziu, em 1927, um dos primeiros filmes nacionais, “João da Matta”, criação de Amilar Alves. Marino e o jornalista Bráulio Mendes Nogueira intuíram que essa obra era o que buscavam para uma exibição em 1950. Estavam certos porque esse “João da Matta” introduziu o cinema de arte em Campinas. Outro fator para essa escolha: o pai de Marino, José Ziggiaatti, fora um dos produtores da película. Os dois amigos foram achar as empoeiradas latas com o filme sob uma escada na casa dos Ziggiaatti. Aí foi fácil. A exibição do filme histórico ocorreu no Teatro Municipal. E mais, Bráulio viu nessa oportunidade a chance de criar na Associação Campineira de Imprensa (ACI), o Clube de Cinema da ACI.



Dr. Marino Ziggiaatti

Projetando os estudos e a apreciação de filmes o jovem engenheiro conquistou a admiração e o respeito de associados e diretores do CCLA. Menos de uma década depois, em 1961, era eleito presidente da Diretoria Executiva, exercendo esse honroso cargo por anos consecutivos: de 1961 a 1969 e, depois, de 1972 a 1974 e de 1978 a 1979. Essa trajetória prosseguiu após intervalo sendo retomada de 1998 a 2001, de 2005 a 2008 e, finalmente, de 2010 a 2016.

Entre muitas iniciativas que beneficiaram Campinas ressalta a fundação do CCBEUC - Centro Cultural Brasil Estados Unidos de Campinas, onde Marino presidiu por vários anos o Conselho Deliberativo da escola, a qual elevou o ensino do idioma Inglês a novos patamares em Campinas. Paralelamente à sua dedicação ao CCLA e a outras entidades que o “cativaram” como gostava de frisar, o Rotary Clube teve igualmente lugar privilegiado. Nesse clube de serviço, Marino hospedou vários jovens intercambistas da Austrália, Estados Unidos, Argentina e Canadá e companheiros rotarianos dos Estados americanos da Florida e Oregon. Participou de reuniões de “chairmen” de intercâmbio em San Francisco, EUA, Roma, Itália, São Paulo e Orlando, EUA. De 1972 a 1977 colaborou com a Sociedade das Senhoras de Rotarianos de Campinas na construção da Escola Rotary, com projeto e

acompanhamento da construção da mesma. Outro destaque, entre tantos, nessa atividade foram a instalação do primeiro Netaract, grupo de companheirismo congregando avós e netos ligados ao Rotary Clube de Campinas Sul e, também, o Concurso Rotary de Música Instrumental para Jovens, com apoio do Departamento de Música da Unicamp.

Marino Ziggiaatti, integrado ao CCLA na década de 1950, acompanhou o surgimento dos cursos de escultura, orientados por Lelio Collucini, o de artes plásticas para crianças, iniciativa do artista Egas Francisco e o de encadernação, a cargo de Ernesto Manoel Zink. Era um período onde as atividades surgiam e fervilhavam na entidade, como as audições musicais comentadas, com a participação do Prof. José Alexandre dos Santos Ribeiro, Dr. Milton Duarte Segurado e do Prof. Odilon Nogueira de Matos. Registrhou-se a partir de 1960 o concerto no auditório do CCLA da Orquestra de Câmara da Universidade de Brasília, regida pelo maestro Hans-Joachim Koellreutter, quando também se apresentou pela primeira vez em Campinas, o pianista Fernando Lopes e o conjunto de música barroca.

No período de 1980 a 1993, Marino acompanhou à distância o CCLA. Nesse interregno, surgiu a seção de Astronomia na entidade. Falamos, neste retrospecto acerca da importância do dr. Marino Ziggiaatti para Campinas, no campo da cultura, da Engenharia e na área social, mas cabe citar também outros presidentes, como Bráulio Mendes Nogueira, que cuidou dos museus; Elisiario P. Palermo, que introduziu a Astronomia no CCLA e outros importantes líderes de Diretoria como Rodolfo Bueno, Herculano Gouvêia, Francisco Isolino de Siqueira e Álvaro Cotomacci. Marino Ziggiaatti conviveu com valiosos companheiros de ideal, Heládio Brito, Lea Ziggiaatti Monteiro, Luiz Picolloto,

Francelino S. Piauí, Henrique de Oliveira Junior, Ilka Laurito e muitos outros.

De 1994 a 1997, na presidência de Dayz Peixoto Fonseca, primeira presidente feminina, de profícua e valiosa gestão, avulta a revitalização do Museu Carlos Gomes, com a instalação da Sala de Exposição e Reserva Técnica, além da catalogação e informatização do acervo. E germinou o sonho de uma nova sede para preservação do vasto acervo do CCLA. A Prefeitura, após gestões de Dayz, cedeu em comodato à entidade terreno localizado no Alto do Taquaral, na Rua Eunice Virginia Ramos Navero. Afastado das atividades do CCLA, na época, o engº Marino foi convidado a voltar e colaborar no estudo arquitetônico da nova sede. Com o apoio da arquiteta Maria Marta Zigliatti Cavalheiro, elaborou o projeto arquitetônico. Sucedendo a Dayz, Marino assumiu em 1998 a Presidência do CCLA e submeteu o projeto à aprovação pelo Conselho Deliberativo, enviando-o posteriormente à aprovação na Prefeitura de Campinas. Para ser concretizado o ambicioso projeto necessitava de forte aporte financeiro que, mesmo aprovado na Lei Rouanet, não conseguiu os patrocínios indispensáveis. Recentemente, em assembléia extraordinária, votou-se pela devolução do terreno à Municipalidade, após mais de duas décadas de tentativas frustradas de tornar realidade a nova sede. Marino idealizou em 2008, com a minha colaboração técnica, um evento musical para homenagear o Maestro Antônio Carlos Gomes, todos os meses de setembro, o *Concurso Estímulo para Cantores Líricos*, que tem revelado e incentivado jovens artistas para a cena operística. Dos vencedores dessa competição muitos estão hoje em carreira internacional. Em 2025 será realizada a 18ª edição do certame.

O engº Marino Zigliatti faleceu em 23 de maio de 2025, cinco dias antes de celebrar 99 anos de idade. Encerra uma bela e

longa história e lega a Campinas um exemplo ímpar de cidadania, de amor à Cultura e, principalmente, do quanto é possível realizar em uma existência. Foi sempre, em várias instituições, o líder respeitável, visionário e dedicado. Amou Campinas com inteireza e deixa um rol de realizações somente possível a um grande, imenso, Presidente.

FONTES

Maria Marta Zigliatti Cavalheiro – Anotações Pessoais e entrevista concedida ao autor

Mazzola, Gustavo O. C. – A sétima arte de Marino, in Correio Popular -03/06/2025

Martins, José Pedro Soares - CCLA celebra 65 anos de cinema de arte em Campinas, iniciativa de Marino Zigliatti – in Hora Campinas – 12/07/2015



Alcides Ladislau Acosta, jornalista, graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC Campinas (1968) e, também em Relações Públicas; tenor, fundador da ABAL Campinas (Assoc. Bras. Carlos Gomes de Artistas Líricos), ex-Redator do Correio Popular, do Diário de S. Paulo e da Folha de Valinhos. Atuou no Jornalismo Empresarial e áreas de Comunicação Social da Equipamentos Clark, 3M do Brasil, Bendix e na Portal Publicidade; e em Segurança Empresarial na Compaq Brasil e Motorola Solutions, em Jaguariúna. Preside o CCLA desde 2016 e tem mandato até 2028.

MINHAS PINCELADAS SOBRE A VIDA E O LEGADO DE GUILHERME DE ALMEIDA

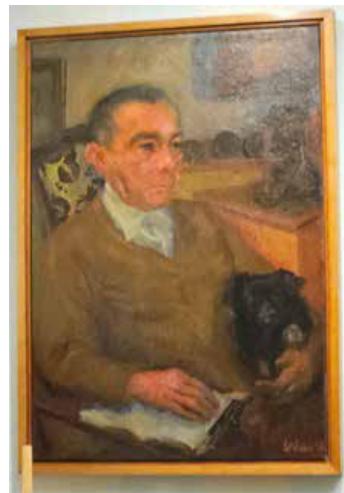
Adriana S. C. Ferraz de Toledo

Em visita recente à Casa Guilherme de Almeida, museu biográfico localizado na Rua Macapá, 187, em São Paulo, tive a sensação de atravessar uma fronteira invisível do tempo. O sobrado, projetado em 1944 por Sylvio Jaguaripe Ekman e residência do poeta e sua família entre 1946 e 1969, conserva a atmosfera de um lar ainda habitado. A disposição dos móveis, os objetos pessoais, as obras de arte e o silêncio eloquente dos ambientes transmitem ao visitante a impressão de uma permanência afetiva.

Como artista visual, essa experiência sensorial e estética despertou em mim o desejo de compreender, em maior profundidade, a trajetória de Guilherme de Almeida, conhecido como o “príncipe dos poetas brasileiros”. O museu, idealizado pela sua própria esposa, Belkiss Barroso do Amaral (Baby), representa não apenas uma homenagem póstuma, mas um ato de amor que perpetua a memória e o legado de um dos mais importantes intelectuais brasileiros do século XX. Assim, no presente artigo abordaremos a biografia, as realizações e a importância cultural de Guilherme de Almeida, intercalando a análise de fontes documentais com impressões pessoais da experiência museológica.

Na cidade de Campinas/SP, época em que essa região já se fazia próspera e importante centro da cultura cafeeira, no dia 24 de julho de 1890 nasceu Guilherme de Andrade e Almeida. Filho de Estevam de Araújo Almeida, jurista e professor de Direito, e Angelina de Andrade Almeida, estudou no Ginásio Culto

à Ciência (Campinas), e, com a mudança da família para São Paulo, continuou seus estudos nos Ginásios São Bento e Nossa Senhora do Carmo, formando-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1912. Além de exercer a advocacia, atuou até 1914 como promotor público em Apiaí e em Mogi-Mirim; dedicou-se à imprensa em São Paulo e no Rio de Janeiro, atuando como redator dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Diário de São Paulo*.



Quadro (óleo) com o poeta e Guilherme com amigos (fotos desses itens na Casa de Guilherme)

Foi diretor dos jornais Folha da Manhã e Folha da Noite. Como tradutor foi reconhecido pela excelência do seu trabalho, sendo responsável pela tradução de treze livros dos poetas Charles Baudelaire, Rabindranath Tagore, Paul Verlaine, entre outros.

Sua estreia literária ocorreu em 1916 com “Mon Coeur Balance” e “Leur Âme”, peças de teatro editadas com o título de “Théâtre Brésilien”, que foram escritas em conjunto com Oswald de Andrade. Em 1917 publicou o seu primeiro livro de poemas, “Nós”, obra considerada uma das mais importantes da sua carreira. A partir daí criou muitas outras, tais como, “A dança das horas” e “Messidor”, tornando-se um dos maiores escritores brasileiros.

Com o alcance e as reações que suas obras e trabalhos provocaram, passou a receber muitas cartas dos seus leitores e, dentre essas tantas, as cartas escritas em francês de uma moça que assinava com o pseudônimo de “Ivonne” chamou-lhe a atenção. O poeta, então, pediu uma foto da pretendente, onde ela passou a enviar-lhe junto das cartas pedaços das suas fotografias para Guilherme montar o seu retrato.

Guilherme de Almeida encontrou-se pessoalmente com a moça enigmática, por iniciativa dela, em 1922. Belkiss Barroso do Amaral, era o verdadeiro nome da moça, uma cearense de Quixadá, que havia retornado de uma temporada na Europa, e assimilado costumes modernos de lá e uma certa dose de independência.

Ela vivia com a família no Rio de Janeiro, capital do Brasil naquela época, e era filha de Zózimo Barroso do Amaral, engenheiro responsável por várias obras na cidade do

Rio. Com o poeta campineiro vivendo em São Paulo, e Belkiss no Rio de Janeiro, durante um ano trocaram 200 cartas, aproximadamente, que em 1941 foram publicadas no Livro “Cartas do meu amor”.

Casaram-se em 1923, tendo o amigo Mário de Andrade como padrinho do casamento. Em 1924 tiveram um filho, Guy Sérgio Haroldo Estevam Zózimo Barroso de Almeida.

Nesse momento da história estavam ocorrendo mudanças sociais e políticas, havendo a busca por uma identidade nacional autêntica com estética livre e moderna, tanto na sociedade como nas artes. Somados a esses fatores havia o sentimento de insatisfação com a arte tradicional brasileira, acadêmica e inspirados pelas vanguardas europeias, um grupo de intelectuais e artistas se uniu buscando promover essas mudanças.

Entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, ocorreu o marco oficial do modernismo brasileiro, a Semana de Arte Moderna, tendo como seus principais participantes: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Graça Aranha, Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Heitor Villa-Lobos, e Guilherme de Almeida. Tarsila do Amaral somente juntou-se ao movimento modernista depois, pois estava fora do Brasil.

Como cofundador da revista Klaxon, Almeida teve papel importante na divulgação das ideias modernistas no Brasil. O modernismo foi repudiado por muitas pessoas da época. Guilherme de Almeida defendeu a tese de que a poesia brasileira “deve ser de exportação e não de importação”, e viajou o país divulgando as ideias modernistas.

Em 1930, Guilherme de Almeida foi eleito para a cadeira número 15 da Academia Brasileira de Letras, sendo o primeiro modernista a nela ser admitido. Após o seu ingresso, outros modernistas também foram eleitos: Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Alceu Amoroso Lima e Menotti del Picchia, havendo a partir daí uma renovação da Academia Brasileira de Letras.

Na Revolução de 1932, Guilherme de Almeida foi um dos cidadãos que conclamou o povo de São Paulo a lutar contra o governo de Getúlio Vargas, pela volta da democracia e obediência à Constituição, participando ativamente da Revolução Constitucionalista, alistando-se como soldado. Em razão das suas habilidades como jornalista atuou como colaborador do “Jornal das Trincheiras”, que tinha a função de coletar e fornecer informações na Revolução. Ficou conhecido como o “Poeta da Revolução de 32”. Com o término da Revolução foi exilado para Portugal, retornando ao Brasil em 1933.

Em 1936, Guilherme de Almeida encontrou-se com Kozo Ichige, cônsul japonês no Brasil, interessando-se pelo haicai, forma de poesia japonesa surgida no século XVI, composta por três versos, que, geralmente, tem como tema a natureza ou as estações do ano. O haicai busca capturar um momento fugaz. No Brasil, o poeta campineiro foi um dos mais importantes adaptadores do haicai japonês para a poesia da língua portuguesa, e um dos principais divulgadores. Em 1947 Almeida publicou seus haicais no livro “Poesia Vária”.

Em 1946, Guilherme de Almeida e a família mudaram-se para o sobrado conhecido como Casa da Colina, que se tornou um importante ponto de encontro da intelectualidade paulista, sendo presença habitual,

Mário de Andrade, amigo e padrinho do casal Almeida, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Segall entre outros.

O sótão, chamado de Mansarda, era o local preferido por Guilherme de Almeida, onde ele montou seu local de trabalho, estudo, biblioteca, inclusive com uma cama para descanso, uma pia pequena, enfim, tudo para ficar confortável e produzir. Lá ele lia e escrevia, inclusive durante a madrugada. Da janela ele observava parte da cidade, e com o seu telescópio as estrelas. Pode-se dizer que é o cômodo mais interessante da casa em matéria de curiosidades sobre o poeta.

Além de Guilherme e a esposa, carinhosamente chamada de Baby, compunham a família, o filho Guy, uma tartaruga, um gato e cachorros da raça pequinês. O último pequinês que acompanhou o poeta foi Ling-Ling, que descansava aos pés do dono e esteve com ele até 1969, quando da morte de Guilherme de Almeida. Ling-Ling, com o falecimento de Guilherme, entrou em estado de melancolia e morreu praticamente um ano depois. Encontra-se sob uma lápide de mármore, enterrado no quintal da casa.

Além da literatura, Guilherme de Almeida se destacou na heráldica, tendo sido o responsável pela criação do brasão de armas da cidade de São Paulo. Também escreveu letras de músicas de forte apelo patriótico, como “Canção do Expedicionário” (1944), em parceria com Spartaco Rossi, que se tornou um dos hinos da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

O Museu Casa Guilherme de Almeida abriga 15.300 itens, aproximadamente, onde, além de objetos, biblioteca vasta, obras e itens do poeta, contém obras de artistas famosos como Tarsila do Amaral, Anita Malfatti,

Lazar Segall, entre outros. Desde 1979 pertence ao Governo de São Paulo. É administrada pela Secretaria da Cultura em parceria com o Instituto Poiesis. Importante destacar que a Unicamp preserva no Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulalio (CEDAE/IEL) um acervo de cerca de 15 mil documentos relacionados a Guilherme de Almeida.

O conjunto inclui manuscritos, correspondências, fotografias, rascunhos heráldicos, partituras e artigos jornalísticos, revelando-se fonte essencial para a pesquisa acadêmica sobre o poeta e o modernismo brasileiro (CEDAE/IEL, 2013; SUGIMOTO, 2014).

O legado de Guilherme de Almeida é ímpar. Além da sua importância literária, na cultura nacional, foi essencial no movimento modernista, na Revolução Constitucionalista, enfim, uma figura extremamente atuante, inclusive nos âmbitos social e político no século XX.

O Museu Casa Guilherme de Almeida, provavelmente pela peculiaridade de ter tido como idealizadora a própria viúva do poeta, traz uma atmosfera que, pode-se dizer, transporta os visitantes para o passado, tornando a experiência cultural mais atraente e interessante, um complemento importante para as pesquisas bibliográficas. A preservação da memória de personagens ilustres como Guilherme de Almeida constitui elemento fundamental para a compreensão da história literária, cultural, social e política do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Acadêmicos: Guilherme de Almeida. Rio de Janeiro: ABL, [s.d.]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/guilherme-de-almeida>. Acesso em: 18 agosto, 2025.

CEDAE/IEL – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL ALEXANDRE EULALIO. Guia do Acervo: Guilherme de Almeida. Campinas: Unicamp, 2013. Disponível em: <https://cedae.iel.unicamp.br/guia.php?view=list>. Acesso em: 18 agosto, 2025.

EBOOKGRAFIA. Guilherme de Almeida. [S.I.]: eBiografia, [s.d.]. Disponível em: https://www.ebiografia.com/guilherme_de_almeida/. Acesso em: 17 agosto 2025.

FRANCHETTI, Paulo. Guilherme de Almeida e a história do haicai no Brasil. Campinas, 2012. Disponível em: <https://paulofranchetti.blogspot.com/2012/06/guilherme-de-almeida-e-historia-do.html>. Acesso em: 19 agosto 2025.

JORNAL DA POESIA. Poemas de Guilherme de Almeida. [S.I.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/pfr01.html>. Acesso em: 18 agosto 2025.

SUGIMOTO, Luiz. Unicamp abriga acervo de Guilherme de Almeida. Jornal da Unicamp, Campinas, n. 596, 12–18 maio 2014. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/596/unicamp-abriga-acervo-de-guilherme-de-almeida>. Acesso em: 17 agosto 2025.

WIKIPÉDIA. Guilherme de Almeida. [S.I.], 2025. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guilherme_de_Almeida. Acesso em: 17 agosto 2025.



Adriana S. C. Ferraz de Toledo é Artista Plástica e Visual, Poetisa, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Pós-graduada em Direito.

FRANKLIN E JEFFERSON, DOIS GÊNIOS EM PARIS

Sérgio Castanho

Benjamin Franklin e Thomas Jefferson foram dois estadunidenses, o primeiro de Filadélfia, o outro de Virgínia, que se destacaram, e muito, pela amplitude de seu saber e de sua experiência histórica. Foram polímatas, o que significa, em bom português, pessoas que têm conhecimento em diversas áreas do saber e da experiência.

Neste artigo para a querida Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas, SP, da qual já fui diretor na gestão do meu também querido professor de Inglês no curso ginásial, Álvaro Coto Macchi, vou tentar aproximar os dois polímatas a partir de um livro que trouxe de Washington D.C. em 2023. O livro é *The Autobiography of Thomas Jefferson: 1743-1790*. Adquiri essa obra junto ao Memorial de Jefferson na capital estadunidense quando para ali viajei há dois anos com o meu filho que reside na Flórida.

A autobiografia de Jefferson é precedida de uma soberba introdução por Michael Jefferson, dono de um estilo precioso num inglês melhor que o meu português. Nesse prólogo, Zuckerman faz o cotejo entre os dois gênios Franklin e Jefferson, que encontraram em Paris o amor apaixonado de suas vidas (*"finding the passionate love of their lives in Paris"*).

Vou dar umas pinceladas sobre os dois excepcionais e irrepetidos norte-americanos, começando com o mais velho, Benjamin Franklin, 1706-1790. Este políata estadunidense é considerado um dos “pais fundadores” de seu país. Foi um dos líderes da

chamada “Revolução Americana”. Um dos seus pontos altos foi ter sido o primeiro embaixador do seu país na França. Cientista, fez primorosos trabalhos sobre a eletricidade. Inventou o para-raios, os óculos bifocais, a gaita de vidro, o fogão Franklin e o cateter flexível. A seu tempo foi provavelmente o homem mais conhecido do mundo, a partir de sua experiência como embaixador na França.

Thomas Jefferson, mais novo, 1743-1826, foi realmente um dos “pais fundadores” dos EUA: primeiro secretário de Estado, segundo vice-presidente, 3º presidente, autor da “Declaração de Independência” e do *Bill of Rights*, advogado, arquiteto, filósofo e político. Adepto da filosofia iluminista, contribuiu para a difusão do republicanismo, defendeu a liberdade religiosa e os direitos naturais do ser humano. Liberal, foi acusado de contradição por manter escravos a seu serviço. Gastrônomo e apreciador de vinhos finos, estimulou a exportação dos grandes vinhos franceses para os EUA quando foi embaixador do seu país na França (1784-1789). Dizia contribuir para elevar o gosto dos seus conterrâneos “caipiras”. Quando governador do estado de Virgínia, fundou ali a primeira universidade do país.

No texto introdutório à autobiografia de Jefferson, Michael Zuckerman faz um estiloso cotejo dos dois homens públicos estadunidenses. Começa dizendo que, a seu tempo, foram “nossos grandes atores no palco mundial” e “nossos avatares do sonho americano” (*“our avatars of the American*

dream"). Ambos se corresponderam e conviveram com "as mentes mais finas do Velho Mundo: artistas e aristocratas, cientistas e filósofos, governantes e revolucionários". Ambos atraíram a atenção de estadistas e senhores das grandes cortes europeias pela sua "conversação fascinante", bem como dos frequentadores dos "cafés de Londres e dos salões de Paris".

Jefferson ocupou a embaixada em Paris quando Franklin a desocupou. O ex-presidente "gostava de dizer que era apto a suceder o Dr. Franklin, mas não para o substituir". Ambos curtiam "a fantasia de uma iluminação universal, alcançando até os selvagens litorais de outros continentes", numa espécie de globalização do iluminismo.

Ainda nas palavras de Zuckerman: "Eram ambos sábios e cientistas, conhecedores da cultura e dos finos vinhos". Caminhavam ambos por sua própria trilha. E os caminhos deles eram feitos de palavras.

"Em Paris e em Versalhes, Jefferson tornou-se também confidente de grandes homens de estado. Ele frequentava diariamente os decisivos debates dos Estados Gerais no ano da Revolução Francesa", isto é, em 1789. Numa citação de Michael Zuckermann, Jefferson era "muito conhecido das lideranças patrióticas da assembleia". Após a queda da Bastilha, foi ele convidado pelo dirigente do comitê da Assembleia Nacional "para participar de suas deliberações". Numa dessas sessões de deliberações, o marquês de Lafayette pediu-lhe que hospedasse um encontro privado dos líderes da assembleia. O encontro se realizou na casa de Jefferson, prolongando-se até tarde da noite. "Aqueles homens martelaram¹ os princípios que

deram forma à constituição da primeira república francesa",

"Ninguém substituiu Jefferson, então e mesmo depois. Ele e Franklin permanecem, até ao dia de hoje, nossas inspirações incomparáveis, nossas encarnações dos melhores ideais. Eles são o que desejaríamos ser naquilo que Jefferson chamou nossa perseguição da felicidade. A eles recorremos, sempre mais e mais, naquelas mesmas dificuldades".

Franklin foi autor dum engraçado almanaque que fez grande sucesso nas 13 colônias que vieram a formar os Estados Unidos. Seu título era *Poor Richard's Almanack* (Almanaque do Pobre Ricardo). O pseudônimo Pobre Ricardo adotado por Franklin nada tinha a ver com o nome do economista inglês David Ricardo. Mas curiosamente ambos foram ícones da teoria capitalista. O almanaque foi publicado por Franklin de 1732 a 1758, contendo sempre previsões meteorológicas para o ano todo, indicações para semeadura e colheita agrícola, conselhos de trabalho sério, poupança e honestidade, passatempos, pilhérias e que tais, comuns nos almaniques.

Benjamin Franklin foi autor de famosas frases como a sentença universal *Remember that Time is Money* (Lembre-se que tempo é dinheiro) ou "Tostão poupadão, tostão ganho". Esta última constava do primeiro cofrinho que tive na minha infância, da Caixa Econômica Federal, onde meus pais abriram uma pequena conta em meu nome. Outros ditos do Pobre Ricardo: "Neste mundo nada pode ser tido como certo, a não ser a morte e os impostos"; "A riqueza não é dos que a têm, mas dos que a aproveitam"; "Ser contente faz rico o pobre, ser descontente faz pobre o rico"; "Abençoado quem nada espera, pois jamais será desapontado"; "O desespero

¹ hammered out

arruína alguns, a presunção, muitos”; e “Escreva as maldades na areia e as bondades no mármore”.

Apesar de seu êxito como autor do almanaque e de seus grandes feitos como homem público e cientista, Zuckerman diz que a sua autobiografia ainda desaponta, voltada para o cotidiano e para o insignificante².

Contrariamente, Thomas Jefferson, em sua autobiografia, exalta tudo aquilo que Franklin não faz. Ele relembra a crise imperial, a escrita da Declaração, seu governo da Virgínia em tempo de guerra e seu serviço diplomático na França. É sua memória que deveria ter-se tornado nosso relato pessoal canônico da era da fundação americana. “Um grande homem e um grande escritor, escrevendo sobre momentosas ações e ideias”.

“Nenhum dos nossos pais fundadores de estatura duradoura escreveu algo comparável”. Tom Paine, como Franklin, não escreveu sobre a nova nação que ajudou a formar. Alexander Hamilton jamais publicou suas recordações da Revolução. O mesmo se diga de George Washington, “que por sinal não era um grande escritor”.

Em suma, a grande autobiografia de um dos mais importantes fundadores dos Estados Unidos foi e continua sendo a de Jefferson. Apesar disso, ele não se considerava talhado para esse gênero de literatura ou para a introspecção e a autorreflexão que essa escrita exige. Contudo, escrever era, como tudo o mais, aquilo que ele fez em sua vida. “Ele escreveu sobre a vida pública porque ele era um homem público”. Mesmo assim, quando se encontrava a meio da sua autobiografia, tendo escrito setenta páginas,

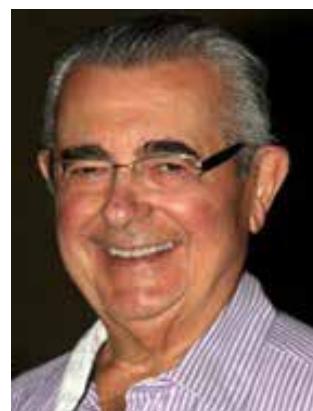
confessou que estava “cansado de falar sobre mim mesmo”.

Embora em termos autobiográficos Thomas Jefferson e Benjamin Franklin se distanciassem, no mais foram grandes homens da história estadunidense e – por que não dizer? – da história mundial. Quem, além desses dois iluministas do novo mundo, foi ao velho mundo, a Paris, no caso, dar conselhos aos franceses sobre a Revolução Francesa? Dois polímatas geniais na terra das luzes.

Uma última observação. Em sua própria terra, esses gênios que se destacaram fora de casa não deixaram descendentes da sua estatura na vida pública. Os últimos acontecimentos de tarifaço e que tais estão a provar que os tempos e os homens públicos já não são os mesmos.

REFERÊNCIA

JEFFERSON, Thomas. *The autobiography of Thomas Jefferson: 1743 – 1790*. Filadélfia. EUA: University of Pennsylvania, Paul Leicester Ford (editor), 2023



Sérgio Eduardo Montes Castanho é Doutor em Filosofia e História, Professor aposentado da Unicamp. Escritor, ex-diretor do CCLA, primeiro Secretário Municipal de Cultura, titular da ACL e do IHGHC.

² 2 the paltry

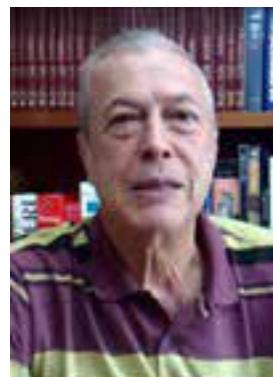
ONDE OS ONTENS?

Geraldo Affonso Muzzi

Orgulho obsoleto
Onde os ontens?
Os ouropéis?
Os ornatos dos ourives?
Os oboés, as orquestras?
Os ósculos do orvalho,
O oloroso odor das oliveiras,
O oitavo outeiro,
Onde ordem, onde olmeiros?

Os obreiros optaram,
Opuseram o olvido às origens,
Os óxidos oprimiram organismos,
O ódio ostensivo
Ofuscou odes outonais.
Otários ocupam os outeiros
Onde os ótimos oraram,
Oh ostracismos!

Olmeiros, orlem as orquídeas!
Ovelhas, ocupem a orla oceânica!
Orelhas, olhos, ouvidos,
Oponham odes aos ódios,
Orquídeas aos ofídios,
Obturemos os outeiros aos otários,
Os ódios obscureçam!
Ossos do ofício!
Oremus!



Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, diplomata, escritor, poeta, poliglota, amante da literatura, autor de inúmeros livros. Concursado do Instituto Rio Branco, Itamaraty, MRE (1969-70), tendo exercido a diplomacia em missões longas, como Secretário de Embaixadas, Embaixador e Cônsul-Geral. Membro titular da Academia Campinense de Letras – Cadeira 6 (João César Bueno Bierrenbach).

PROGRESSO: O HINO OFICIAL DA CIDADE DE CAMPINAS

Lenita W. M. Nogueira

O Tonico de 1836 já está meio velhote, mas o coração do caipira é sempre moço para amar Campinas e o povo de sua terra natal. (...) Aceite, pois, Campinas, do filho ausente, nessas pobres harmonias, as homenagens e as expressões de vivo e sincero amor.

Com estas palavras escritas em março de 1885, Carlos Gomes (1836-1896), ou Tonico, como era conhecido em Campinas, agradecia ao Comendador Torlogo O'Connor de Camargo e Dauntre o convite para escrever um hino para a abertura da 1^a. Exposição Regional de Campinas que ocorreria em fins de 1885.

A cidade vivia então um período de crescimento impulsionado pela cultura do café e pelas indústrias que ali se instalavam. Com o intuito de evidenciar a importância de Campinas no desenvolvimento econômico do país foi idealizada essa exposição para que fosse exibido o que havia de mais avançado na agricultura e indústria locais. O tema que norteou esse evento pode ser resumido em uma palavra: progresso.

Foi de Torlogo Dauntre, organizador da 1^a. Exposição Regional de Campinas, a iniciativa de convidar Carlos Gomes para escrever a peça que seria executada na abertura do evento. Nessa época o compositor vivia em Milão, na Itália, e era um dos mais reconhecidos compositores de música lírica na Europa.

Na correspondência enviada ao Comendador Torlogo, Gomes comenta que

se sentiu honrado com o convite e que já havia concluído uma partitura para grande orquestra, coro, banda e fanfarra. O material se encontrava na Editora Ricordi para que fossem extraídas cópias que seriam enviadas ao Brasil. Diz ainda que foi com grande entusiasmo que aceitou “o honroso convite de recorrer com a inúbia da paz para a primeira festa industrial e agrícola da terra natal.”

Embora tenha intitulado a obra como “Coro Triunfal em forma de hino, dedicado à Campinas”, ela ficou conhecida como “Progresso”, a primeira palavra do texto escrito por Carlos Ferreira, jornalista e proprietário da Gazeta de Campinas, e que condizia com o espírito ufanista que vigorava naquela época.

Capa da parte de primeiro violino



Fonte: Museu Carlos Gomes

A primeira audição do *Progresso* ocorreu no dia 25 de dezembro de 1885 na sede da exposição, um palacete situado na rua Barreto Leme no centro de Campinas, cedido pelo industrial Prospero Bellinfanti. A mostra se estendeu até o Largo do Rosário, onde foram montados estandes com as últimas novidades da indústria mecânica e de construção, bem como um coreto, já que banda de música não poderia faltar num evento de tal monta. Tanto o coreto como os pavilhões foram iluminados a gás, oferecendo um espetáculo de luzes e cores ainda desconhecido em Campinas e que provocou grande afluência de pessoas àquele local no período noturno apenas para apreciar a iluminação.

Ao meio-dia e meia do dia 25 dezembro de 1885, os vereadores se deslocaram em passeata do prédio da Câmara até o palacete Bellinfanti. Ali foram recebidos pelo Comendador Torlogo Dauntre e aguardaram a chegada do presidente da província, Alfredo Correia de Oliveira. Estavam presentes, além de autoridades locais, membros do Centro de Lavoura e Comércio do Rio de Janeiro e o ministro da Agricultura, Conselheiro Antonio da Silva Prado, que às 13 horas proferiu o discurso de abertura.

Em seguida foi executado o hino *Progresso*, sob a regência do irmão do compositor, Sant'Anna Gomes, à frente de um grupo de 150 pessoas, entre solistas, coro e orquestra, acrescidos de banda e fanfarra. Entre as solistas estava Maria Monteiro, a cantora de voz grave que pouco tempo depois embarcaria para a Itália, onde teve meteórica carreira ceifada pela morte precoce aos 27 anos.

Terminados os discursos das autoridades, o *Progresso* foi reapresentado, seguido

pelo *Hino da Sociedade Artística Beneficente* de autoria do músico de São João del-Rei, Presciliiano Silva, que na época morava em Campinas.

Através das páginas do Diário de Campinas o jornalista Alberto Sarmento assinalou que “o efeito dessa magistral composição foi soberbo: a música é inspiradíssima e causou geral entusiasmo e admiração. Há nela reminiscências do Guarany, da Fosca e de outras óperas de Carlos Gomes.”

No dia seguinte, 26 de dezembro, a peça foi reapresentada em concerto realizado no Teatro São Carlos em benefício de Carlos Gomes. A iniciativa foi da Sociedade Musical Carlos Gomes, entidade cultural que tinha por finalidade promover atividades musicais e organizar concertos periódicos na cidade. Desse concerto participaram músicos profissionais e amadores, que executaram peças de Carlos Gomes e de outros compositores. Participaram cantores (entre os quais se incluía Maria Monteiro), pianistas (como os futuros compositores Luiz e Alexandre Levy), coro masculino (membros da Sociedade Concórdia, Sociedade Alemã e Tiroleses), coro feminino (alunas do Colégio de Carolina Florence e outras cantoras, entre elas Ana Luiza Gomes, irmã caçula de Carlos Gomes); duas bandas de música (Sociedade Musical Particular Luiz de Camões e Luiz de Tullio), um quinteto de cordas e a Orquestra Campineira, que foi aumentada com músicos vindos de fora. O diretor geral do evento foi Sant'Anna Gomes e a organização ficou a cargo do Secretário Geral da Sociedade Musical Carlos Gomes, Orosimbo Maia, futuro prefeito de Campinas.

O concerto começou e terminou com obras de Carlos Gomes: a primeira peça

apresentada a Sinfonia da ópera *Salvator Rosa* pela orquestra; na parte central Cena e Dueto da ópera *Fosca* e no final *Progresso*, fechando o concerto de forma grandiosa. Na divulgação publicada na imprensa a peça aparece como “Coro triunfal para grande orquestra, banda e fanfarra, composto expressamente para solenizar a abertura da Exposição Regional de Campinas, pelo maestro campineiro C. Gomes”

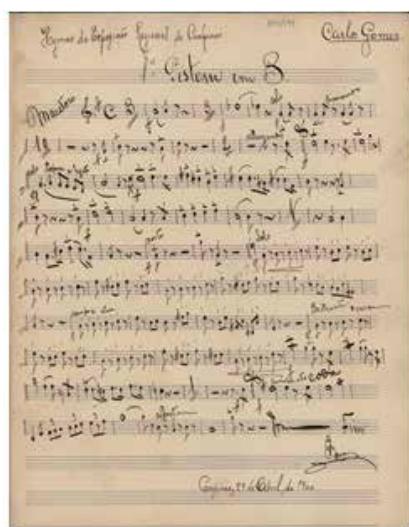
A 1^a. Exposição Regional de Campinas encerrou-se no dia 25 de janeiro de 1886 com uma passeata cívica realizada pelos operários das indústrias de Campinas, que, partindo da sede da exposição às 17 horas, caminharam pelas ruas do centro e retornaram ao mesmo local, sempre acompanhados pelas Bandas de Música Luiz de Camões, Amadores do Oeste, Azarias de Mello e Luiz de Tullio. Com um discurso do presidente da municipalidade foi assinalado o encerramento desse evento, graças ao qual hoje podemos ter o *Progresso* como Hino Oficial da Cidade de Campinas.

No que se refere à música, a peça é dividida em duas seções e apresenta grande contraste entre elas, a primeira de caráter marcial e grandioso e a segunda mesclando o espírito da música de banda, que tanto influenciou Carlos Gomes durante sua infância e juventude, com procedimentos de música lírica. Inicia-se com a fanfarra, que se alterna com a orquestra em um trecho de caráter vibrante, que é contrastado por um trecho mais melódico exposto pelas cordas. O tom marcial é retomado com ritmos ascendentes e seguem num crescendo até à entrada triunfante do coro entoando “Progresso! Seja a nossa divisa!”.

Na segunda seção há um contraste bastante acentuado com a altissonante seção anterior e se inicia com solo de três sopranos, cordas e metalofone. A música vai se agitando num *crescendo* ao serem incorporadas as vozes femininas do coro, com as masculinas realizando um contraponto com outro texto. Sobreposto a esse conjunto, a intervenção do soprano solista dá um caráter bastante eloquente ao trecho. Uma chamada da fanfarra conduz à repetição do tema inicial, que reaparece aqui engrossado por arpejos nos baixos instrumentais, concluindo com a palavra *Progresso*, em retumbante final.

A peça em sua versão para coro, orquestra e fanfarra foi restaurada pela autora deste trabalho a partir de manuscritos depositados no Museu Carlos Gomes em Campinas. As partes da orquestra são de copista desconhecido, mas as partes de banda trazem a inconfundível caligrafia de Sant'Anna Gomes e são seguramente do século XIX. Quanto às partes do coro, não foi encontrado material original, mas partes impressas pela Editora Ricordi separadas em sopranos I, II e III, e tenores e baixos e uma redução para vozes e piano de autor desconhecido. Nenhum dos manuscritos é autógrafo de Carlos Gomes, não existindo semelhanças entre a sua caligrafia e as cópias do Museu Carlos Gomes.

Partes de clarineta e piston da versão para banda



Fonte: Museu Carlos Gomes

Na parte da redução para canto e piano encontramos o título “Ao povo Campineiro – Coro triunfal / Expressamente composto para solenizar a abertura da Exposição Regional de Campinas em 1885 por A. Carlos Gomes”.

A letra foi extraída do livro “Alcyones” do jornalista Carlos Ferreira; o poema original, publicado na Gazeta de Campinas no dia 25 de dezembro de 1885, é bastante

extenso, e acreditamos que o próprio Gomes tenha realizado as adaptações necessárias para que houvesse o perfeito entrosamento entre letra e música. Ao final a letra do Progresso ficou assim:

Progresso! Progresso!
Seja a nossa divisa.
Porvir!
Das indústrias no enorme congresso,
Precisamos galhardos agir.
Progresso! Progresso!
Honra ao povo que sabe os louros da glória
colher!
E co'a alma de luzes sedenta, a luz do tra-
balho vai colher!
Vamos todos com fronte incendiada,
Honra e fama conquistar!
Progresso! Progresso!

Em 1994 a Câmara Municipal de Campinas instituiu o *Progresso* como Hino Oficial do Município. A escolha, entretanto, gerou algumas polêmicas, uma delas devido ao fato de que o nome de Campinas não é mencionado nenhuma vez, o que, na prática o descaracterizaria como hino da cidade. Houve inclusive a sugestão, não acatada, de mudança na letra, introduzindo o nome da cidade. Outra questão levantada na época foi que se trata de uma música complexa, escrita para solistas e coro a oito vozes e orquestra, o que dificultaria a sua execução, principalmente por alunos das escolas de primeiro e segundo graus. Este problema foi resolvido com a adaptação para uma voz, o que possibilita a difusão do hino entre os estudantes e população em geral, sem detimento da versão original, que foi gravada pela Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas.

Questões como dificuldades para a execução do hino ou ausência do nome da cidade em seu texto podem ser equacionadas, mas deve-se levar em consideração que Campinas é a única cidade do Brasil que tem o privilégio de contar entre seus filhos um compositor do porte de Carlos Gomes, cuja importância para a música lírica é incontestável. Portanto, nada mais adequado que uma composição sua, escrita expressamente para homenagear sua terra natal, venha a ser adotada como o Hino Oficial de Campinas, “o ninho onde esse condor agitou levemente suas asas quando ensaiava seus primeiros vôos”, conforme assinalou Leopoldo Amaral.



Lenita Waldige Mendes Nogueira é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Docente do Departamento de Música, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, atuando na graduação e Pós-graduação nas áreas de Música e Musicologia. Tem diversos livros publicados, sendo um deles sobre a vida de Carlos Gomes. É curadora do Museu Carlos Gomes/CCLA e tem trabalhado intensamente com manuscritos musicais deste acervo. Durante muitos anos escreveu notas para os programas da Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas.

O MELHOR SERMÃO DO VIGARINHO: A PROPÓSITO DO SESQUICENTENÁRIO DA SANTA CASA DE CAMPINAS

Giovanni Galvão

Estamos no segundo semestre de 2025. Mais um ano e estaremos comemorando os 150 anos (sesquicentenário) da inauguração e início das beneméritas atividades da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, que se deu em 1º de outubro de 1876. A data haverá de ser objeto de condigna comemoração cujo ápice ocorrerá em 1º de outubro de 2026, com eventos públicos e privados, aproveitando-se importante marco e ocasião para relembrar e exaltar os valiosos serviços que desde então têm sido prestados pelo inicialmente chamado *Hospital de Misericórdia* à população carente de Campinas e região.

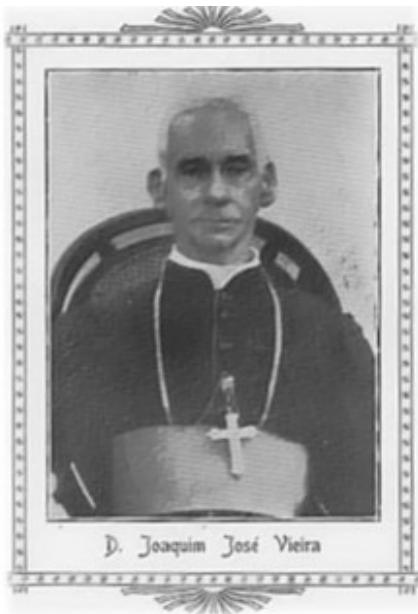
Além de homenagear a Santa Casa, será inevitável e importante lembrar a personagem principal desta conquista, o Padre Joaquim José Vieira (1836-1917)¹, mais conhecido por *Padre Vieira*. Natural de Itapetininga/SP, aos 24 anos foi nomeado Vigário (pároco) de Campinas em agosto de 1860. Devido a seu porte baixo e franzino, carinhosamente chamado de *Vigarinho* pela população campineira, o Padre Vieira, consternado, constatou a inexistência de um serviço médico gratuito para atender os mais necessitados e os escravos e ex-escravos doentes.

1 Não confundir, evidentemente, com o Padre Antônio Vieira (1608-1697), autor de notáveis sermões que foram publicados e obtiveram imenso e merecido sucesso sob o título de Sermões, disponível em http://www.ep.com.br/livros_vest/sermoes.pdf. Padre Antonio Vieira é dos personagens mais importantes das histórias brasileira e portuguesa do século XVII.

Preso à ideia de criar um hospital de atendimento gratuito e contando com valiosa colaboração de grande parte da comunidade, Padre Vieira idealizou a Santa Casa de Misericórdia de Campinas e a construiu por quase cinco anos, entre 19 de novembro de 1871 e 16 de agosto de 1876. Deliberada a criação daquela sagrada instituição, o Vigarinho procurou um terreno centralizado que pudesse abrigar as diversas construções previstas. Fixou sua atenção em uma grande quadra de terreno, com testada superior à antiga Rua Barreto Leme, hoje chamada Avenida Júlio de Mesquita e inferior à antiga Rua da Bica Grande, atualmente designada Avenida Anchieta. A quadra toda terminou doada à Santa Casa de Misericórdia pela senhora Maria Felicíssima de Abreu Soares,² viúva do comendador Joaquim José Soares de Carvalho,³ sob condição de que ali só se erigissem construções destinadas aos serviços de saúde.

2 Descrita pelo historiador campineiro João Marcos Fantinatti como pessoa de «coração magnânimo, princípios altamente caritativos, grande benemérita»; foi mãe do Barão de Parapanema (Joaquim Celestino de Abreu Soares) a quem muito incentivou para que fosse benemérito da Santa Casa de Misericórdia de Belém (Estado do Pará); mãe também de Gértrudes Leopoldina Soares de Arruda, casada com Joaquim Antonio de Arruda, o Barão de Atibaia. Tudo cf. <https://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2010/01/personagem-maria-felicissima-de-abreu.html>

3 Supõe-se tenha sido ele o construtor da Casa Grande do chamado *Engenho Tulha*, a mais antiga fazenda de café de Campinas, inicialmente construído para a produção de açúcar, no auge da economia açucareira (1790-1795) sendo possível que a Casa Grande seja uma construção remanescente de 1830, período em que se iniciou a estrutura cafeeira de Campinas. A grande propriedade em que se assentava a fazenda foi herdada por sua mulher Maria Felicíssima Miquelina de Abreu (ou Maria Felicíssima Miquelina de Abreu) do padre e padrinho de batismo dela, Manoel José Fernandes Pinto. Tudo cf. <https://conheca.campinas.sp.gov.br/pois/807>



D. Joaquim José Vieira

A pedra fundamental foi lançada em 19 de novembro de 1871, com a construção, iniciada imediatamente e coordenada por Diogo Benedito dos Santos Prado, mais conhecido por *Dioguinho*,⁴ aquele mesmo que em 1842 participara do Combate da Venda Grande, um dos episódios da Revolução Liberal⁵ e que atualmente dá nome à rua que é continuação da Avenida Júlio de Mesquita, no trecho em que termina na Avenida Orla do Rio Branco.

⁴ As famílias Prado e Penteado foram beneméritas de diversas instituições hospitalares. Segundo o historiador Celso Maria de Mello Pupo (1899-2003), em artigo publicado no jornal Correio Popular de 7 de fevereiro de 1964, Diogo era irmão de Francisco de Assis dos Santos Prado, o maior benemérito do Hospital Ana Cintra de Amparo/SP; era também tio de Carolina Prado Penteado, filha de seu irmão capitão Raimundo Alvares dos Santos Prado Leme e casada com Austero Penteado (1859-1049) que, com seus irmãos Severo (1845-1932) e Salustiano (1860-1024) foram doadores de vultoso patrimônio que permitiu à Irmandade de Misericórdia de Campinas construir o Hospital Irmãos Penteado. A própria Carolina, viúva, doou expressivo patrimônio à Irmandade, dentre os quais se destaca o imóvel em que se assentava o majestoso palacete em que viveu com seu marido Austero e em cujo espaço foi erigido o Cine Windsor, inaugurado em 6 de fevereiro de 1964, que serviu de incentivo para que o historiador Mello Pupo narrasse a história da Família Prado em artigo do dia seguinte, disponível em https://www.atom.cmu.unicamp.br/uploads/r/centro-de-memoria-unicamp/c/2/4/c24938365104c765852d90e10b139cd8cec9c310f4b3f1c9bc56d63b7ae0d736/898b8963-45bd-428f-8964-f5247f434c08-CMP_2.1.9.036.pdf

⁵ <https://ccla.org.br/2022/06/chamada-dos-heróis-combatentes/>

A capela de Nossa Senhora da Boa Morte, parte do mesmo conjunto arquitetônico, foi construída no mesmo período às expensas do fazendeiro José Bonifácio de Campos Ferraz (1815-1884), posteriormente agraciado com o título de Barão de Monte-Mor (primeiro e único com esta titulação) para cumprir voto (promessa) de erigir em Campinas uma capela invocando a padroeira da Santa Casa.

Interessantíssimo episódio ocorreu durante a construção da Santa Casa, no qual se entrelaçam três eventos históricos: I) construção da Santa Casa; II) inauguração da estrada de ferro Mogiana; III) a prisão de dois bispos católicos, episódio conhecido como A Questão Religiosa. Em 1874, aconteceu a prisão dos bispos de Olinda/PE, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878) e de Belém/PA, Dom Antonio de Macedo Costa (1830-1891) e este foi o ponto culminante daquele conflito entre a Igreja Católica e o governo imperial brasileiro. Os bispos foram presos por desobedecer ao Supremo Tribunal do Império, que determinou a não execução, em território brasileiro, da proibição do Papa Pio IX (atualmente Beato Pio IX) de que maçons fossem padres ou membros de irmandades religiosas. Em 1872, aqueles Bispos, seguindo as diretrizes papais, excluíram de suas dioceses os padres que haviam desobedecido a ordem da Igreja de não mais participarem de Lojas Maçônicas, assim como os maçons que eram membros de irmandades religiosas católicas.

Paralelamente, ficou pronta em 3 de maio de 1875 a primeira etapa do trajeto Campinas-Jaguariúna (34 km) da ferrovia da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (iniciativa da família Silva Prado e outros) cujas obras haviam começado em dezembro de 1872; em agosto, três meses depois, fina-

lizada a segunda etapa Jaguariúna/Mogi-Mirim (41 km) deu-se a inauguração do trecho todo Campinas/Mogi Mirim em agosto de 1875, que contou com a ilustre presença do Imperador Dom Pedro II⁶ que, lembremos, mandara executar no ano anterior a decisão do tribunal prendendo os religiosos.

Percorrendo a cidade por ocasião da inauguração da ferrovia e deparando com a grande obra da Santa Casa, Dom Pedro II estranhou a ausência do idealizador do Hospital nas homenagens que recebera das autoridades municipais. Perguntou dele e as pessoas, constrangidas, sabendo que o Vigarinho recusara a ideia de cumprimentar o Imperador, pretextaram qualquer desculpa.

O Imperador resolveu então ir pessoalmente até o Padre Vieira, na casa paroquial. Recebendo-o, o padre declarou ao Chefe da Nação que se abstivera propositadamente das homenagens, pois, sendo ele membro do Clero, causava-lhe repugnância apertar a mão de um monarca que ordenara a prisão de dois bispos brasileiros. Referia-se àquele episódio da questão religiosa.

Após ouvi-lo, o imperturbável Imperador, estendendo-lhe a mão, disse que ainda assim gostaria de ter a honra de cumprimentar o responsável por aquela obra meritória da Santa Casa. Os dois grandes homens vocacionados à causa pública e ao bem comum acabaram se cumprimentando e se entendendo. E em 17 de setembro de 1875 os bispos foram anistiados pelo Imperador e libertados.

De volta ao Rio de Janeiro (Corte, capital do Império) e admirado da sinceridade do

sacerdote, o Imperador outorgou-lhe o título de Conselheiro da Coroa Imperial, honraria até então concedida apenas a bispos diocesanos. E mais: vaga a Diocese do Ceará, o Imperador indicou-o pelo Decreto de 3 de fevereiro de 1883 ao Papa para a nomeação. Vigorava no Brasil o sistema do Padroado, segundo o qual o Papa não criava dioceses nem nomeava bispos sem a expressa indicação do Imperador. Como se constata, o Imperador não guardara qualquer rancor ou mágoa em relação ao Padre Vieira e foi com grandeza que o tratou.

A primeira mesa administrativa da Irmandade de Misericórdia de Campinas – instituição mantenedora da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital Irmãos Penteado – foi eleita durante a construção em 6 de fevereiro de 1876, tendo como primeiro Provedor o Padre Vieira, Bento Quirino dos Santos (1837-1914) como tesoureiro e o Dr. Luís Silvério Alves Cruz (1829-1894) como secretário, além de Francisco Alves de Almeida Sales como procurador e outros 12 mesários. A solene inauguração do denominado Hospital de Misericórdia sucedeu em 1º de outubro de 1876, iniciando imediatamente o atendimento à população.

A direção da unidade foi entregue às *Irmãs de São José*, de início com apenas três irmãs e com a Irmã Ana Felicidade Del Carreto, italiana de linhagem nobre, filha do Conde Del Carreto (como Superiora) enquanto a coordenação da atividade religiosa foi confiada ao Padre Francisco Quay Thevenon que, por 12 anos, exerceu a capelania. Como Superiora da Santa Casa, atuava a benemérita Irmã Ana Justina que, por 45 anos, prestou à Instituição serviços de relevante interesse público.

⁶ Dom Pedro II visitou Campinas em outras oportunidades: 1846, 1875 e 1886, foram as visitas mais importantes. Inf. disponíveis em <https://www.cidadeecultura.com/companhia-mogiana-em-campinas/> e https://campinassim.blogspot.com/2013/10/a-companhia-mogiana-de-estradas-de_13.html

Em pouco tempo a Santa Casa de Campinas mostrou eficiência em cumprir as funções para as quais havia sido criada. Entre 1878 e 1879 atendeu 337 pacientes, dos quais 220 classificados como brancos pobres, 107 escravos e 10 livres. No período 1883-1885 o livro de registros indicou o atendimento a 1.410 pessoas, escravos em sua maioria. O fundador da Santa Casa exerceu a provedoria até 22 de abril de 1883, quando precisou renunciar para assumir suas funções de Bispo do Ceará, onde chegou em 24 de fevereiro de 1884.

Distante de Campinas, Padre Vieira continuava a desenvolver com notável disposição a mesma intensa atividade de interesse social que sempre o animou, tendo criado no Ceará, apenas um mês após sua chegada, em 30 de março de 1884, a *União do Clero*, inovador sistema de amparo e assistência filantrópica aos padres da Diocese, um dos primeiros órgãos de previdência do Brasil que, transformado em Previdência Sacerdotal, atualmente faz a gestão do Hospital Cura d'Ars, no Centro de Fortaleza. Foram também de sua iniciativa: I) o Colégio Diocesano; II) um Seminário; III) o Externato de São Vicente de Paulo, exclusivo para meninas, fundado em 8 de dezembro de 1884; IV) a Escola Jesus-Maria-José, para órfãos, inaugurada em 22 de janeiro de 1905; V) o Colégio de Santo Antônio de Canindé; VI) o Liceu de Artes e Ofícios, administrado pelos salesianos; VII) a Associação das Senhoras de Caridade de Fortaleza, criada com a finalidade de assistir as vítimas da calamitosa seca de 1888. Chegou até mesmo a ocupar a Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, reprisando o que fizera na Santa Casa de Campinas.

Encerrado o período naquela diocese e retornando para Campinas, foi recebido com festa pela população, que construiu ao

lado da Santa Casa um palacete para servir-lhe de residência, onde viveu por mais três anos até falecer em 8 de julho de 1917. Foi sepultado defronte à Santa Casa, onde se ergueu um monumento à sua memória; foi depois exumado e trasladado para a Cripta da Catedral de Campinas.⁷

A Capela Nossa Senhora da Boa Morte foi tombada em 1988⁸ e dez anos depois o prédio da Santa Casa foi igualmente tombado⁹ porque reconhecidos como patrimônios históricos de Campinas.¹⁰ Em âmbito estadual ambos foram também tombados pelo Condephaat.¹¹

Atualmente, embora sejam poucas as pessoas interessadas em História e no que ela proporciona de ligação com o belo sentimento da gratidão, ainda assim se constata terem sido proféticas as palavras de Francisco Quirino dos Santos (1841-1886)¹² em artigo publicado no jornal *Gazeta de Campinas* de 19 de novembro de 1871:

[...] quanto aos homens, talvez um dia, com pulsando as prédicas do padre Joaquim José Vieira, apontem para o edifício com que ele vai dotar este município, dizendo: – Ali está o seu melhor sermão!

7 Cf. <https://jlnogueira.no.comunidades.net/dom-joaquim-jose-vieira>

8 Conforme Processo: 0006/1988, do tombamento da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, Rua Benjamim Constant, 1.651, Centro, Campinas/SP, que resultou na Resolução nº 002 de 19/12/1988 do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc).

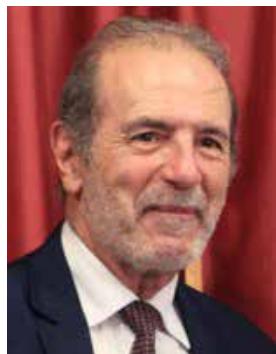
9 Conforme Processo nº 0005/1998, do tombamento da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, Rua Benjamin Constant, 1651, Centro, Campinas, que resultou na Resolução nº 71 de 23 de junho de 2008 do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc).

10 <https://conheca.campinas.sp.gov.br/pois/392>

11 Cf. https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/02/COND_008491_1969.pdf

12 Francisco Quirino dos Santos (1841-1886) era irmão do primeiro tesoureiro da Irmandade, Bento Quirino (1837-1914) e também irmão de Joaquim Quirino dos Santos (1820-1889) conhecido por Coronel Quirino; eram filhos do Major Joaquim Quirino dos Santos (que também participou do Combate da Venda Grande e que costuma ser confundido com seu filho Joaquim, por terem o mesmo nome) e de Manoela Joaquina de Oliveira.

Que os cidadãos campineiros orgulhosos, admirados e agradecidos pelo trabalho desse notável benfeitor que foi o Padre Vieira, o *Vigarinho*, reconheçam e valorizem os inegáveis serviços que a Santa Casa tem desde as suas origens prestado à comunidade carente e protejam essa instituição para que continue atuando em favor da redução do sofrimento das camadas mais carentes da população. E que, ao olharem para o prédio da Santa Casa, realmente a reconheçam como O MELHOR SERMÃO DO PADRE VIEIRA.



Giovanni Galvão, pseudônimo literário-profissional de João Luiz P. G. Minnicelli, graduado em Direito (FMU/1977), mestre e doutor em Urbanismo (PUC-Campinas, 2008-2016); professor de direito (Penal, Processual Penal e Ambiental), consultor jurídico e especialista em Terceiro Setor; fundador e presidente da Associação Reconvivência de Campinas, foi diretor do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA) de Campinas.

NOTÍCIAS DO CCLA – 2023 - 2024

CONVÊNIO COM O MUSICA BRASILIS

- Em 2023 e 2024 o CCLA participou do projeto Acervo digital de Partituras Brasileiras, idealizado pelo Instituto Música Brasilis (IMB). O objetivo foi dar acesso a perto de 5 mil obras de compositores brasileiros, hoje em domínio público, através do portal Musica Brasilis. Para tanto, houve acordos com 11 instituições detentoras de acervos musicais, dentre elas o Centro de Ciências, Letras e Artes – Museu Carlos Gomes. Analisando aqui caixas de obras ainda não catalogadas se constatou a existência de doações por famílias campineiras ao CCLA, inclusive 90 obras impressas, reveladoras da incrível diversidade de sons que entretinham, na época, os campineiros.

EVENTOS NO CCLA – 2024

- Numa iniciativa do Departamento de Literatura surgiu o “Chá com Letras”, em sessões de apreciação de temas literários e debates. O programa ocorreu sete vezes, um a cada mês. O idealizador e diretor do Departamento, escritor Luiz Carlos R. Borges, trouxe convidados para abordarem obras interessantes de seletos autores como Flaubert, Manuel de Barros, Camões, inclusive, tendo gerado uma reflexão sobre “Intelectualidade da Arte”, apresentado pela Dra. Maria Eugênia de Lima Montes Castanho. Coroando o ciclo, os fãs da Literatura fecharam revisitando o grande poeta Carlos Drummond de Andrade, no seu Dia “D”.
- Por ocasião da data de nascimento da saudosa soprano, Niza de Castro Tank, laureada em palcos nacionais e internacionais, primeira a gravar a ópera completa de “Il Guarany”, sob regência de Armando Belardi, aconteceu a palestra sob o título “Nascer de uma estrela”, pelo jornalista Alcides L. Acosta.
- A Galeria de Arte recebeu, em 2004, exposições mensais organizadas pela artista plástica Marly Stracieri, diretora do Centro Campineiro de Artes e Folclore. Igualmente, a ABAL Campinas, entidade dedicada ao canto lírico, ofereceu ao público os tradicionais “Encontros Musicais”. As vozes líricas propiciaram momentos de emoção às platéias de aficionados dessa difícil arte. Em agosto, aconteceu o recital “Evviva l’ Itália”, com os tenores Kohdo Tanaka, João Gabriel Bertolini, Nunno Dellalio, barítono José Luiz Águedo-Silva, soprano Marina Gabetta e, ao piano, José Francisco da Costa.
- O cinema movimentou o auditório Eng. Marino Zigliatti. Os cineastas Helen e Flávio Carniel propuseram uma oficina de produção de curtas metragens e a exibição de filmes

de sua autoria. Outros pontos altos foram os filmes “Aldo Baldin – uma vida pela música”, do cineasta Yves Goulart, e “Ruas Silenciosas”, de Lucas Sterpeloni. E o curta “Escombros”, de Cláudia Bortolato, sobre a demolição da Igreja do Rosário na década de 1950.



- 2024 marcou a efeméride dos 250 anos de fundação de Campinas. O CCLA, em parceria com o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas, desenvolveu série de oito palestras “Campinas, 250 anos”. A Professora Regina Márcia Moura Tavares focalizou o “Patrimônio Imaterial de Campinas e a sua Preservação”; Alcides Acosta falou sobre “a importância da Família Bierrenbach na história campineira”; os doutores Sérgio e Maria Eugênia L. Montes Castanho discorreram sobre os primeiros estabelecimentos escolares de Campinas; Luis Salvucci resgatou paisagens e locais de Campinas antiga através de sua ampla coleção de postais; o “Cristianismo e Medicina” foi o tema do médico Flávio A. Quilici; e, por fim, coube ao pesquisador de história e conselheiro do CCLA, Genaro Campoy Scriptore, encerrar a série falando de Campinas, de Freguesia a Cidade, tema de sua obra lançada em 2024.



Profs. Sérgio e Maria Eugênia na palestra sobre Escolas primevas de Campinas;
Profa. Regina Márcia após discorrer sobre a preservação dos patrimônios da cidade,
ladeada pelo presidente do IHGCC, Adilson R. Gonçalves e Alcides Acosta.

- Em maio, o teatro voltou ao auditório do CCLA através da peça **Navio Negreiro**, de Castro Alves, com o premiado ator, reconhecido pelo Guiness, Vado. Este artista já encenou a obra de Castro Alves, **Navio Negreiro**, por mais vezes em todo mundo.
- O Museu Carlos Gomes recebeu expressiva visitação, sobressaindo-se os alunos do ensino fundamental da Escola Guido Segalho e 22 jovens estudantes do GRUA Campinas, trazidos pela Professora Liselda.
- Em setembro, pelo 17º. ano consecutivo, o CCLA em conjunto com a Secretaria de Cultura e Turismo, desenvolveu o Concurso Estímulo para Cantores Líricos, que visa incentivar o canto lírico e revelar novas vozes para o teatro operístico nacional e internacional.



Candidatos vitoriosos do XVII Concurso Estímulo para Cantores Líricos do CCLA e SECULT:
(esq.) Weverton Silva, na categoria de Melhor Voz Masculina; Gabriela Bueno da Silva Parolin,
a Melhor Voz Feminina; Laura Duarte Santana, premiada como
Melhor Intérprete de Canção de Câmara e Isabela Mestriner Abrahão Machado,
a Melhor Intérprete de Ópera de Carlos Gomes. José Francisco da Costa,
pianista oficial do certame.

- CCLA recebeu expressivo público para o seu “Especial de Natal”, que teve uma exposição de presépio e árvore natalina, e um auto teatral com atores e atrizes da Cia Cenarte, sob direção de Walter Rhis.



Atrizes encenam o nascimento de Jesus.

- Nos vários eventos passaram pelas dependências do Centro de Ciências um total de 829 pessoas (fevereiro a novembro), assistindo a seis palestras do ciclo “Histórias de Campinas, 250 Anos”, sete tertúlias no “Chá com Letras”, a sete “Encontros Musicais”, recitais líricos da ABAL Campinas, três eventos de cinema, seis visitas de alunos da Escola Estadual Carlos Gomes e das Escolas Municipais de Campinas e três caminhadas em “tours” pela História de Carlos Gomes, no mês de setembro.
- Em dezembro ocorreu o lançamento do livro-arte “VICTOR FIEGERT, A POÉTICA DO RETRATO”, pela Pontes Editora, com tarde de autógrafos da autora, Dayz Peixoto Fonseca. A obra reúne texto e fotos do fotógrafo retratista Victor Fiegert (1906-1969). FIEGERT, ao longo de 20 anos retratou famílias e personagens de Campinas e região.



A história narrada no livro **Victor Fiegert - um fotógrafo austríaco no Brasil - a poética do retrato** deixou feliz a escritora Dayz Peixoto Fonseca que completou 60 anos de atividades culturais em Campinas. A crônica biográfica traz fotografias que ela conseguiu resgatar, devidamente identificadas e catalogadas, representam decisivamente a obra do

artista. No livro, a cidade de Campinas ressurge com suas características dos anos de 1950 e 1960 do século passado. Foi uma época promissora e de transformações, quando Victor Fiegert participou de sua história cultural e social e acompanhou as transformações nas artes plásticas. Tornou-se amigo dos artistas de todos os segmentos, enquanto fotografava em seu estúdio, localizado num casarão antigo no centro da cidade. Por ser um homem solitário, enfrentou contratempos em seu final de vida. Morreu aos 63 anos, pobre e carente de acolhimento da sociedade que tanto o admirou. A biografia Victor Fiegert/ um fotógrafo austríaco no Brasil/ a poética do retrato, certamente, servirá de inspiração para que muitos admiradores e estudiosos da fotografia e da história da cidade ampliem seus conhecimentos sobre os temas nele desenvolvidos.

Dayz Peixoto Fonseca nasceu em Miguelópolis, São Paulo e reside em Campinas-SP desde 1956. Formada em Filosofia, Orientação Educacional e Pedagogia pela Universidade Católica de Campinas, atual PUC-Campinas. Exerceu os cargos de Orientadora Educacional e de Coordenadora do Museu da Imagem e do Som na Prefeitura Municipal de Campinas, na qual se aposentou. Em outubro de 2025 foi agraciada com o título de CIDADÃ CAMPINEIRA pela Câmara Municipal de Campinas e, no MIS, foi homenageada com uma de suas fundadoras.

**Uma ampla rede de atendimento
com mais de 3.600 médicos, além de
hospitais, clínicas e laboratórios.**

E ainda uma rede própria que inclui:



E outros serviços:

- Centro de Promoção à Saúde
- Centro de Quimioterapia Ambulatorial
- Diagnóstico por Imagem

Unimed 
Campinas

55
ANOS

Entende você como ninguém

ANS - nº 33560

CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES

**Rua Bernardino de Campos, 989
Centro – CEP 13010-151 – Campinas – SP
Telefones: (19) 3231-2567 – (19) 3232-7119
www.ccla.org.br – Email: ccla@ccla.org.br**

